

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA, CULTURA E IDENTIDADES

MICHELLE DE PAULA PUPO

**“A SEMENTEIRA QUE PROVÊ A SÍFILIS”: AS REPRESENTAÇÕES DA
PROSTITUIÇÃO FEMININA NAS OBRAS MÉDICAS DE AFRÂNIO PEIXOTO
(1898-1936)**

PONTA GROSSA
2019

MICHELLE DE PAULA PUPO

**“A SEMENTEIRA QUE PROVÊ A SÍFILIS”: AS REPRESENTAÇÕES DA
PROSTITUIÇÃO FEMININA NAS OBRAS MÉDICAS DE AFRÂNIO PEIXOTO
(1904-1936)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em História.

Orientadora: Prof. Dr^a. Christiane Marques Szesz

Co-orientadora: Prof. Dr^a Georgiane Garabely Heil Vázquez

PONTA GROSSA
2019

P984 Pupo, Michelle de Paula
"A sementeira que provê a sífilis": as representações da prostituição
feminina nas obras médicas de Afrânio Peixoto (1898-1936) / Michelle de Paula
Pupo. Ponta Grossa, 2019.
141 f.

Dissertação (Mestrado em História - Área de Concentração: História, cultura
e identidades), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Christiane Marques Szesz.

Coorientadora: Profa. Dra. Georgiane Garabely Heil Vázquez.

1. Prostituição. 2. Medicina. 3. Sexualidade. 4. Doença. I. Szesz, Christiane
Marques. II. Vázquez, Georgiane Garabely Heil. III. Universidade Estadual de
Ponta Grossa. História, cultura e identidades. IV.T.

CDD: 981.62

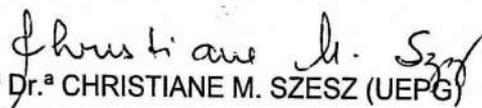


TERMO DE APROVAÇÃO

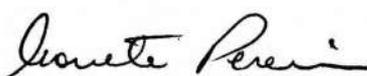
Michelle de Paula Pupo

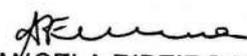
“A SEMENTEIRA QUE PROVE A SÍFILIS”: AS REPRESENTAÇÕES DA PROSTITUIÇÃO FEMININA NAS OBRAS DE AFRÂNIO PEIXOTO (1898 A 1936)

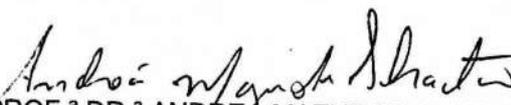
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História - Mestrado em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 29 de agosto, pela seguinte banca examinadora:


Prof.^a Dr.^a CHRISTIANE M. SZESZ (UEPG)
(Orientadora)


Prof.^a Dr.^a GEORGIANE GARABELY HEIL VÁZQUEZ (UEPG)

x 
Prof.^a Dr.^a IVONETE PEREIRA (UNIOESTE)


PROF.^a DR.^a ANGELA RIBEIRO FERREIRA


PROF.^a DR.^a ANDREA MAZUROK SCHACTAE

Ponta Grossa, 29 de agosto de 2019.

A minha guerreira e mais doce mãe! Marcia.

AGRADECIMENTOS

Gratidão! Palavra que exprime um sentimento a todos aqueles que tornaram a realização deste trabalho possível. Obrigada! Palavra que exprime meu reconhecimento a todos aqueles que fizeram parte da construção deste trabalho.

Primeiramente agradeço a minha mãe Márcia, por ser essa guerreira que criou esta filha sozinha, sempre me dando apoio nas horas mais difíceis e quando a angústia e os temores da vida me assolavam. A você meu eterno agradecimento.

Às minhas orientadoras Christiane Marques Szesz e Georgiane Garabely Heil Vázquez, pelo conhecimento compartilhado, pela competência com que orientaram este trabalho, também pelo tempo dedicado às orientações e leituras cuidadosas do texto, vocês são minha inspiração. Sou grata pela honra de ser orientanda de vocês.

Às professoras Angela Ribeiro Ferreira e Ivonete Pereira pela leitura cuidadosa do trabalho, e aos importantes apontamentos feitos no exame de qualificação que só vieram a enriquecer este trabalho.

Ao meu companheiro Marcelo, pela paciência, amor e compreensão nos dias difíceis e por todo apoio que me deu e me dá todos os dias.

Aos meus colegas de sala, pelas contribuições dadas para a realização deste trabalho e compartilhamento de angústias e aflições.

A CAPES, pelos 15 meses de bolsa concedida tornando possível a realização deste trabalho com maior dedicação e tranquilidade.

Enfim agradeço a todos aqueles que torceram por mim, que me apoiaram e estiveram ao meu lado durante o processo de seleção e da realização deste trabalho.

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *Outro*. (Simone de Beavoir)

RESUMO

Este trabalho buscou compreender de que forma a prostituição foi representada nas obras do médico Afrânio Peixoto. Médico e intelectual-cientista, literário, exerceu vários cargos importantes no período de consolidação da República brasileira. As fontes utilizadas se constitui de algumas obras e escritos de Afrânio Peixoto: Profilaxia pública da sífilis e enfermidades venéreas, Elementos de higiene, Noções de higiene, Higiene (volume 1)-higiene geral, Higiene (volume 2)-medicina preventiva, Criminologia, Novos Rumos da medicina legal, Sexologia forense, Medicina Legal (volume 1)-medicina forense, Medicina Legal (volume 2)-psicopatologia forense, Educação moral da mulher. Para a compreensão do campo médico a respeito do problema da prostituição também foram utilizadas as publicações das revistas médicas Gazeta Médica da Bahia e Brazil Médico e jornais do período como o Jornal do Comércio e o Correio da Manhã do Rio de Janeiro. Os intelectuais deste período, assim como Afrânio Peixoto, se viam com o dever de “civilizar”, “salvar”, “modernizar” a nação brasileira e tinham a Europa como referência de civilização. Buscamos demonstrar a partir das discussões de campo e redes de sociabilidades, junto com a história intelectual entender Afrânio Peixoto nas discussões do início da República. O discurso médico do início do século XX, interviu na vida privada do indivíduo de forma higienista contribuindo para a modernização do espaço urbano. A prostituição aparece como um problema a ser resolvido, os discursos médicos giraram em torno da regulamentação e da abolição deste ofício, embora amplamente discutida não se chega a ter um projeto efetivo de regulamentação da prostituição no Brasil. A temática da prostituição, aparece neste cenário como doença, devido a disseminação da sífilis, que deveria ser controlada e principalmente “higienizada”. As obras de Afrânio Peixoto são amplamente marcadas por questões higiênicas a partir da sexualidade, principalmente a feminina.

Palavras-chave: prostituição; medicina; sexualidade; doença.

ABSTRACT

This paper sought to understand how prostitution was represented in the works of the doctor Afrânio Peixoto. Doctor and intellectual-scientist, literary, held several important positions in the period of consolidation of the Brazilian Republic. The sources used are the works and writings of Afrânio Peixoto in this work were: *Profilaxia pública da sífilis e enfermidades venéreas*, *Elementos de higiene*, *Noções de higiene*, *Higiene- volume 1- higiene geral*, *Higiene- volume 2- medicina preventiva*, *Criminologia*, *Novos Rumos da medicina legal*, *Sexologia forense*, *Medicina Legal- volume 1- medicina forense*, *Medicina Legal-volume 2- psicopatologia forense*, *Educação moral da mulher*. To understand the medical field about the problem of prostitution were also used the publications of medical journals *Gazeta Médica da Bahia* and *Brazil Médico* and also periodicals such as the *Jornal do Comércio* and the *Correio da Manhã* in Rio de Janeiro. The intellectuals of this period as well as Afrânio Peixoto saw themselves with the duty to “civilize”, “save”, “modernize” the Brazilian nation and had Europe as a reference of civilization.. We seek to demonstrate from the discussions of network and field insert, aiming at intellectual history understand Afrânio Peixoto in discussions of the early Republic. The medical discourse of the early twentieth century intervened in the private life of the individual in a hygienist manner contributing to the modernization of urban space. Prostitution appears as a problem to be solved, medical speeches revolved around the regulation and abolition of this profession, although widely discussed there is no effective project to regulate prostitution in Brazil. The theme of prostitution appears in this scenario as a disease, due to the spread of syphilis, which should be controlled and mainly “sanitized”. The works of Afrânio Peixoto are largely marked by hygienic issues from sexuality, especially female.

Keywords: prostitution; medicine; sexuality; disease.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1- DO SERTÃO DA BAHIA PARA A MODERNA CAPITAL: TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE AFRÂNIO PEIXOTO.....	22
1.1 IREMOS, NA REPÚBLICA, DESFORRAR O TEMPO PERDIDO: AFRÂNIO PEIXOTO E A MODERNIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO.....	25
1.2 A FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA E FORMAÇÃO ACADÊMICA	
1.3 DE AFRÂNIO PEIXOTO.....	28
1.4 O MESTRE NINA RODRIGUES E O DISCÍPULO AFRÂNIO PEIXOTO.....	31
1.5 PSIQUIRIA, HIGIENE E MEDICINA LEGAL: CIÊNCIA E REDES DE SOCIBILIDADE.....	34
CAPÍTULO 2- AS MERETRIZES COMO OBJETO DE INTERVENÇÃO MÉDICA.....	50
2.1 AS MERETRIZES COMO UM PROBLEMA MÉDICO.....	55
2.2 REGULAMENTAR OU NÃO REGULAMENTAR A PROSTITUIÇÃO? EIS A QUESTÃO.....	59
2.3 ANTROPOLOGIA CRIMINAL E A MULHERES CRIMINOSAS	77
CAPÍTULO 3- A SEMENTEIRA QUE PROVÊ A SÍFILIS- AS REPRESENTAÇÕES DA PROSTITUIÇÃO NAS OBRAS DE AFRÂNIO PEIXOTO.....	84
3.1 PARA A SÍFILIS E AS DOENÇAS VENEREAS É NECESSÁRIO A ESTERELIZAÇÃO DAS LAZEIRAS DA PROSTITUIÇÃO: A SÍFILIS E A PROSTITUIÇÃO.....	85
3.2 A PREVENÇÃO E O SANEAMENTO DA PROSTITUIÇÃO: HIGIENE E EUGENIA.....	97
3.3 A PROSTITUIÇÃO COMO EQUIVALENTE FEMININO DA CRIMINALIDADE.....	107

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
FONTES.....	133
REFERÊNCIAS.....	135

INTRODUÇÃO

Mal necessário ou a escória da sociedade? A prostituição e a sexualidade feminina no Brasil se tornaram objetos de intervenção médica no século XIX, os debates se iniciaram em torno de uma possível regulamentação do meretrício ou da sua criminalização. Primeiramente a discussão se deu em torno da moralidade. Em seguida o debate foi ampliado por conta da disseminação da sífilis, este mal venéreo que afligiu os médicos que tentaram de várias maneiras a sua profilaxia neste período.

Problema médico, jurídico, sanitário e moral, a temática da prostituição era amplamente debatida pelos médicos e cientistas brasileiros. Influenciados por alguns países europeus como a França, médicos brasileiros buscavam este debate. Carlos Seidl, Publio Mello, Theophilo Torres, Werneck Machado, Souza Lima, Pires de Almeida, Neves Armoud, entre outros foram médicos dedicados a essa questão. Dentre estes médicos no início da República brasileira, temos a figura deste trabalho Júlio Afrânio Peixoto, figura central debatida nessa dissertação para se problematizar sobre a prostituição no início do século XX presentes no discurso e conhecimento médico.

Júlio Afrânio Peixoto, foi um destes médicos que buscou se integrar e contribuir para a nação da qual fazia parte. Em 1902, chegou a cidade do Rio de Janeiro e atuou como inspetor de saúde pública e diretor do Hospital de Alienados, em 1904. Também dirigiu o Instituto médico legal do Rio de Janeiro, em 1911, se tornou membro da Academia Brasileira de Letras, empossado dois anos depois como professor da cátedra de Medicina Pública da Faculdade de Direito. Em 1916, assumiu a cátedra de Medicina Pública da Faculdade de Medicina do Rio Janeiro, ocupando a cadeira de Higiene. Em 1924 foi eleito deputado federal pelo Estado da Bahia e Reitor da Universidade do Distrito Federal em 1935.

Segundo Santos (2017), Afrânio Peixoto se dedicou ao estudo de várias temáticas: eugenia, higiene, sexualidade, loucura, criminalidade e educação da mulher. Ao longo de sua trajetória intelectual Afrânio Peixoto publicou 140 escritos, dentre eles, ensaios, artigos, livros didáticos, literatura, biografias e críticas, perpassando diversas áreas do conhecimento e sobre os mais variados assuntos, desde a sexualidade feminina, à higienização da cidade e da sociedade.

A trajetória intelectual de Afrânio Peixoto será analisada, tendo em vista sua participação em associações e instituições que vieram posteriormente influenciar seu pensamento e suas obras, visando perceber sua inserção no campo médico e disputas travadas nas instituições científicas, para que seja possível a compreensão da representação da prostituição em suas obras, que é o objeto deste trabalho, pois não podemos compreendê-la separadamente do seu contexto e do seu autor.

[...] é na medida em que faz parte do campo intelectual em referência ao qual se define e se constitui seu projeto criador, na medida em que, se quisermos, ele é o contemporâneo daqueles com quem se comunica e aos quais se dirige através de sua obra, recorrendo implicitamente a todo um código que possui em comum com eles- temas e problemas na ordem do dia, maneiras de pensar, formas de percepção, etc.- que o intelectual é situado histórica e socialmente. Suas escolhas intelectuais ou artísticas as mais cientes são sempre orientadas por sua cultura e seu gosto, interiorizações da cultura objetiva de uma sociedade, de uma época, de uma classe. (BOURDIEU, 1968, p.136).

Para compreender a trajetória do indivíduo, tem que se levar em conta o caminho trilhado por ele, dentro do contexto e do campo ao qual ele faz parte. Compreender o campo é de extrema importância, para compreender como os agentes se confrontam nesses espaços.

[...] não podemos compreender uma trajetória (ou seja, o envelhecimento social que, ainda que inevitavelmente o acompanhe, é independente do envelhecimento biológico), a menos que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou; logo o conjunto de relações objetivas que vincularam o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes do campo – ao conjunto dos agentes envolvidos no mesmo campo e que se defrontaram no mesmo espaço de possíveis. (BOURDIEU, 1996, p. 82).

Sua trajetória será pensada a partir da história intelectual e pensando dentro dessa perspectiva, a autora Helenice Rodrigues da Silva nos apresenta algumas possibilidades de análise:

[...] a história intelectual parece visar, essencialmente, a dois eixos de análise: por um lado, o funcionamento de uma sociedade intelectual (o conceito de 'campo' de Bourdieu), ou seja, suas práticas, suas estratégias, seus habitus; por outro, as características de um momento histórico e conjuntural [...] que impõem visões de mundo, esquemas de percepção e apreciação, enfim, modalidades específicas de pensar e de agir por parte dos intelectuais. Em outras palavras, a história intelectual deve levar em conta a dimensão sociológica, histórica e filosófica capaz de explicar a

produção intelectual com base nos espaços socioprofissionais e nos contextos históricos. (SILVA, 2002, p. 12)

Outra constatação que nos traz Silva (2002), é que uma análise por meio da história intelectual deve privilegiar a leitura de um texto em relação ao seu contexto, ou seja, considerar a obra em relação à formação social e cultural do autor dentro do seu campo de produção.

Por isso, é importante para compreender um intelectual, entender que este indivíduo é fruto do seu tempo, como também construtor dele e das discussões presentes na época e suas obras e produções vão refletir os embates destas discussões. Percebemos assim a importância de não separar o intelectual do seu contexto, e dos campos em que participa, para compreendê-lo. Segundo Dosse (2007), a legitimidade de um intelectual não depende somente da sua obra, revista, colóquios, mas também da sua sociabilidade, no mundo universitário, editorial e midiático.

Afrânio Peixoto não se limitou somente a sua especialidade do campo médico, muito comum a intelectuais do período no início da República, frequentou diversas instituições científicas como a Academia Nacional de Medicina e a Academia Brasileira de Letras e se tornou um intelectual reconhecido neste período. Assim como os outros médicos, Afrânio Peixoto também estava preocupado com a problemática da sífilis e da prostituição, ela aparece frequente como problema a ser pensado em seus escritos.

Segundo Rago (2008), a prostituição era um fenômeno tipicamente urbano e seu crescimento passou a ser visto como um problema público com a modernização, e foi transformado em um poderoso fantasma de contenção das mulheres que pressionavam ingressar na esfera pública, não era fácil a aceitação de mulheres em espaços tidos como tipicamente masculinos. Durante a passagem do século a prostituta era pouco citada, a não ser pelos setores especializados nas discussões dos problemas sociais como médicos, juristas, chefes de polícia, jornalistas e literatos.

No Código Penal de 1890, a prática de lenocínio denominado como a ação de explorar, estimular ou favorecer a prostituição era tratada como crime. Segundo Mazzeiro (1998), o criminologista Evaristo de Moraes, via a prostituição como um mal necessário para a preservação da moral e do lar, não podendo ser considerada

um crime, porém ela foi apontada como um ato imoral, de um lado a repressão médica por estar associada a sífilis e de outro a repressão moral devido aos “escândalos” causados pelas prostitutas, tratados como atentado ao pudor, foram então implantadas penalizações para estas condutas consideradas antissociais.

Alguns criminologistas, chegaram a defender que existiam casos patológicos na prostituição de mulheres que se entregavam ao vício por exigências de seu organismo, como alterações hormonais e doenças mentais. Os criminologistas apontavam para o crime como problema biológico, hereditário, a exemplo de famílias com problemas de alcoolismo que afetariam seus filhos futuramente, problemas mentais que poderiam ser passados hereditariamente. Lombroso e Ferrero (2017) criminologistas italianos, acreditavam que a prostituição seria o lado feminino da criminalidade, classificavam como ocasional e nata, que derivava da hereditariedade.

No século XIX, no Brasil a temática da prostituição já era amplamente debatida pelos médicos. Magali Engel (2004), analisou a prostituição e o saber médico na cidade do Rio de Janeiro na década de 1840-1890, demonstra que as primeiras produções médicas a respeito do espaço urbano surgiram na década de 1830, com a criação da Academia Imperial de Medicina e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com a perspectiva de uma sociedade doente que deve ser conhecida e tratada. Posteriormente com os médicos, surgiu um projeto de higienização do espaço urbano e a partir deste momento a prostituição passou a ser objeto de preocupação nos textos médicos. Mas, somente a partir dos anos 1870 que a Academia de Medicina, começou a pensar medidas de controle para a prostituição.

Com o advento da República, a mudança de cenário do espaço urbano, os projetos de urbanização, de higienização e saneamento que visavam uma “limpeza” do espaço urbano, fez com que o debate em torno da regulamentação da prostituição voltasse à pauta da Academia Nacional de Medicina. A discussão perdurou por várias décadas e em alguns anos com mais ênfase nas páginas da Revista Brazil- Médico. Esta discussão vinha sendo abordada desde o Império, porém, Dom Pedro II se posicionava contra uma regulamentação e neste período o imperador possuía a autonomia final de escolha, então não chegou a ser implementada nenhuma medida. Com a chegada da República esta discussão continuou em alta, disputas por divergências de opiniões eram travadas neste

momento, pelos chamados *regulamentaristas*, que eram aqueles que viam a prostituição como um mal necessário para a sociedade, estes argumentavam que a prostituição deveria ser controlada e higienizada. Já os chamados abolicionistas¹ a criminalizavam, pois para eles a regulamentação reconheceria a prostituição como profissão e também aumentaria o número de prostitutas clandestinas, pois nem todas se submeteriam ao controle médico.

Os médicos também se dedicavam em definir os papéis de esposa e mãe, a mulher como o pilar da família, aquelas que gerariam os futuros filhos da nação. Em contraposição aparece a figura da prostituta como a decadência moral, uma sexualidade depravada que fugia dos padrões a serem seguidos, que precisava ser normatizada e controlada.

A República trouxe consigo a ideia de modernização, progresso, civilização. Segundo Herschmann (1996), os médicos e intelectuais cientistas se viam com a missão de modernizar o país, recuperar o atraso da nação por meio da ciência. Os médicos foram os primeiros a assumirem esse papel, a atuação era na normatização da vida do indivíduo, sendo responsáveis pela orientação da vida privada, fazendo com que homens e mulheres desempenhassem seu papel de reprodutores de uma nação “sadia” e “pura”.

Neste trabalho nos dedicamos a compreender de que forma a prostituição é representada nas obras e escritos de Afrânio Peixoto. Para a compreensão do conceito de representação, utilizamos a definição do conceito de representação de Chartier (1991), pois nos permite pensar um fenômeno social completo, uma categoria inerente ao conhecimento histórico de uma realidade existente independente de interpretações.

As representações nos permitem avaliar o ser percebido, que o indivíduo ou o grupo constrói e propõe para si e para os outros. Esse conceito não impõe uma aceitação única de representação, mas nos permite uma pluralidade de leituras, e demonstra que discordâncias são possíveis (CHARTIER, 1991). Pensando Afrânio Peixoto como um intelectual e a partir do conceito de representação, buscamos identificar a representação da prostituição deste médico e intelectual do século XX, a

¹ Abolicionistas aqui me refiro, aqueles indivíduos que eram contrários a uma regulamentação da prostituição, como médicos, juristas, criminólogos entre outros. Pois, o termo pode fazer alusão ao abolicionismo ligado ao período de escravatura no Brasil.

partir do seu lugar de fala, a partir dos campos que participou, percebendo também as discordâncias presentes no indivíduo e no seu campo.

Chartier (1991), apresenta a seguinte definição do conceito de representação coletiva e sua relação com o mundo social:

[...] de início, o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais 'representantes' (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe. (CHARTIER, 1991, p.183)

Abre-se uma via de mão dupla, segundo Chartier (1991), uma que irá pensar a construção de identidades sociais como resultado da relação de forças impostas por quem detém poder, e a outra que considera o recorte social objetivado como relação do crédito que os grupos dão a si mesmos, a sua capacidade de reconhecer a sua existência como uma unidade.

A partir do conceito de representação de Chartier (1991), buscamos compreender a prostituição nas obras e escritos de Afrânio Peixoto como também compreender as divergências nestas interpretações e representações naquela década, diferentes da defendida pelo médico.

Segundo Meyer (2000), representação é importante para a construção de um texto, pois é entendido como uma forma de produzir significados, produzidos através da linguagem e implicam em relações de poder. É no interior dessas relações de poder que diferentes grupos sociais são significados e representados e que o corpo feminino é representado de variadas formas em diferentes esferas sociais. O sistema de representação que opera com e através de redes de poder assumem o poder de nomear, descrever, classificar, identificar e diferenciar – o poder de definir quem está excluído de quais grupos e posições sociais, construindo as posições que este sujeito ocupa, diferenças e identidades. Aqui trabalhamos com a visão do corpo feminino e da prostituta, sendo representado pelo olhar médico durante uma parte do século XX.

Segundo Veiga-Neto (2002), não há uma representação homogênea que serviria para categorizar todos os corpos, mas é importante perceber de que forma essas representações são produzidas, tornando-se hegemônicas.

Percebendo em Afrânio Peixoto como um importante intelectual do período, buscamos a partir da história intelectual compreender sua trajetória, as relações que estabeleceu, levando em consideração a análise do contexto em que as obras e textos foram escritos, quais os acontecimentos que se passavam naquele período que levaram Afrânio Peixoto a determinadas conclusões. Segundo Silva (2002), a análise por meio da história intelectual nos permite compreender a obra em relação à formação social e cultural do autor dentro do seu campo de produção, pois, as discussões do período podem refletir na escrita de sua obra, seja ela diferente da maioria ou em concordância.

As transformações que ocorreram durante o século XX, contribuíram para pensarmos a identidade feminina sendo influenciada por uma nova série de discursos, reconstruindo seus espaços, suas posturas, através de novos padrões de comportamento, que revelaram rupturas e permanências com a norma conservadora. Segundo Foucault (2014), é necessário problematizarmos essas práticas de poder, de subjetivação discursivas que construíram e produziram um modo de ser, pensar, agir e sentir específicos a uma época.

O nascimento dessa medicina normativa, criou um discurso totalmente masculinizado a respeito de mulheres que não tinham voz neste momento. As relações de gênero são relações de poder e a compreensão deste termo gênero nos auxilia a refletir sobre isso. Segundo Scott (1995), o termo gênero fez sua aparição com as feministas americanas, que enfatizavam nas distinções baseadas no sexo, a rejeição do determinismo biológico e principalmente no aspecto relacional das definições normativas da feminilidade.

O termo 'gênero', além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino. Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia de esferas separadas e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. Além disso, o termo 'gênero' também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos

fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo 'gênero' torna-se uma forma de indicar 'construções culturais' - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. (SCOTT, 1995, p.75)

Ressaltamos, portanto, que a visão apresentada pelos médicos a respeito da prostituição, incluindo entre eles a figura de Afrânio Peixoto, era um olhar masculinizado e hegemônico, não necessariamente sendo a única visão a respeito desta problemática neste período, um discurso biologizante voltado para a formação de uma nação sadia e pura.

Segundo Gomes (2011), o avanço da escrita da história das mulheres se deu pelos novos rumos das tendências historiográficas, pois até a década de 1970, predominavam análises estruturalistas com recortes macrossociais, as questões a respeito do indivíduo e do âmbito privado eram ignoradas trazendo a invisibilidade das mulheres na história. A historiografia brasileira num primeiro momento percebia a mulher como resultado das condições socioeconômicas e como vítima, sem consciência e atuação histórica.

Já na década de 1980 as pesquisas, ainda focadas na 'condição feminina' (sempre em contraste e separada da experiência masculina), tentaram preencher este vazio e passaram a investigar as mulheres enquanto sujeitos históricos, analisando seu cotidiano a partir das ideias de resistência e da transformação da sua realidade. Simultaneamente, este foi o período de efervescência também de trabalhos inseridos na forte tendência dos estudos "das mentalidades" ganhando destaque as temáticas que auxiliavam as análises do feminino (a sexualidade, o amor, o corpo, o pecado, o medo, a morte, os desvios...) e as relações entre o público e o privado. Assim, as mulheres tornavam-se sujeitos sociais que engendravam a História, que lutavam contra as declarações de poder e produziam percepções e experiências próprias. (GOMES, 2011, p.5).

Segundo a autora, as mulheres são reintegradas ao passado, que mesmo nebuloso se encontrava repleto de seus vestígios, anseios, lutas e transgressões, através de releituras de fontes como processos eclesiásticos e civis, obras literárias, tratados médicos e morais, imprensa, literatura que tratavam sobre as variadas temáticas: sexualidade, família, moralidade, maternidade, feminismo e construção de estereótipos femininos.

As fontes utilizadas para a realização deste trabalho são algumas obras e escritos médicos de Afrânio Peixoto: Profilaxia pública da sífilis e enfermidades venéreas (1904), Elementos de higiene (1913), Noções de higiene (1914), Higiene-

volume 1- higiene geral (1922), Higiene- volume 2- medicina preventiva (1922), Criminologia (1933), Novos Rumos da medicina legal (1933), Sexologia forense (1934), Medicina Legal- volume 1- medicina forense (1936), Medicina Legal-volume 2- Psico-patologia forense (1936), e Educação moral da mulher (1936) que permeia entre o campo médico e literário. Também foram utilizadas como fonte, as publicações das Revistas Médicas: Gazeta Médica da Bahia e Brazil-Médico (1898-1936), para compreensão das discussões a respeito da prostituição no campo médico ao qual Afrânio Peixoto pertencia. As edições da Revista foram encontradas disponíveis para consulta online no site de Obras Raras da Fiocruz, no arquivo da Revista Brazil-Médico e no site da Gazeta Médica da Bahia é possível encontrar todas as edições para consulta e para essa pesquisa foram selecionadas as edições a partir do ano de 1898 até 1936 o ano da última obra produzida que foi analisada neste trabalho, selecionando debates da Academia Nacional de Medicina que eram publicadas na Brazil- Médico e textos onde a temática da prostituição estava presente, como forma de compreender as discussões do campo médico e fazer uma articulação com as obras e escritos de Afrânio Peixoto.

Também foram utilizados o Jornal do Comércio e o Correio da Manhã, que eram jornais de grande influência no Rio de Janeiro, para articularmos as discussões sobre a prostituição entre a sociedade e o campo médico do início do século XX. As edições dos jornais estão disponíveis para consulta no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, as reportagens foram encontradas com o auxílio das seguintes palavras chaves: prostituição, regulamentação da prostituição, meretrício, Afrânio Peixoto.

O recorte temporário 1898-1936, foi escolhido a partir da produção de obras de Afrânio Peixoto utilizadas como fonte neste trabalho, desde o período da sua formação até a publicação da obra *Educação Moral da Mulher* em 1936, mas gostaria de ressaltar que este recorte não é limitador, visto que precisamos ultrapassá-lo determinadas vezes para a compreensão do contexto e da problemática.

Sendo assim, para responder a problemática desta pesquisa que é compreender de que forma são representadas as prostitutas e a prostituição nas obras e escritos médico Afrânio Peixoto, o trabalho está dividido em três capítulos, distribuídos da seguinte forma:

No Capítulo 1 “Do Sertão da Bahia para a moderna capital: trajetória intelectual de Afrânio Peixoto”, buscamos fazer uma reflexão sobre a trajetória intelectual de Afrânio Peixoto. Mas, buscamos dar uma maior ênfase neste capítulo para a compreensão de Afrânio Peixoto enquanto intelectual presente e ativo no início da República, focando mais em sua formação e principalmente sua chegada na cidade do Rio de Janeiro, espaços por onde circulou como também os laços criados a partir de suas redes de sociabilidade e influência de outros intelectuais. A compreensão de Afrânio como intelectual irá nos permitir compreender seu pensamento e posteriormente seus escritos a respeito da prostituição a partir de sua formação, dos espaços e instituições onde circulou e conflitos que se envolveu.

Foram realizadas revisões de trabalhos anteriores que já discutiram a temática de forma mais aprofundada a trajetória intelectual de Afrânio Peixoto como os trabalhos de Santos (2017) e Silva (2014), articulando com o conceito de campo de Bourdieu (1996) e outros debates teóricos da história intelectual, utilizando também algumas publicações a respeito de Afrânio Peixoto nos jornais do período como fonte de auxílio.

No Capítulo 2, “As meretrizes como objeto de intervenção médica”, é abordado de que forma a mulher e sua sexualidade como também as prostitutas se tornam objeto de conhecimento e intervenção médica. Compreender as discussões sobre as mulheres, sexualidade e prostituição que permeavam o campo médico no início da República, principalmente os debates que giravam em torno da prostituição como um problema a ser resolvido, utilizando como fonte as principais revistas médicas do período, a Gazeta Médica da Bahia e o Brazil-médico. Compreendendo como o campo médico pensava e discutia a temática, será possível perceber onde Afrânio Peixoto se localiza neste campo e posteriormente compreender suas obras.

No Capítulo 3, “As representações da prostituição nas obras de Afrânio Peixoto”, analisamos as obras e escritos (artigos das revistas médicas) médicas de Afrânio Peixoto a respeito da prostituição. Afrânio Peixoto não possui nenhuma obra em específico sobre a prostituição, mas este debate está presente em diversas obras do médico baiano que se demonstra muito preocupado com as mulheres e a educação feminina. As análises das obras são feitas levando em consideração o conceito de “representação” de Roger Chartier (1991), que nos permite também demonstrar que há um lugar de qual aquele discurso se pronuncia, e os interesses por traz da disseminação e aplicação deste discurso, pois, o sujeito que pronuncia

ou escreve “faz uma série de "escolhas", de pessoa, de espaço, de tempo e de figuras, contando a história a partir de um determinado "ponto de vista". Faz-se também uma análise comparativa com os debates médicos no contexto de início da República (analisadas no segundo capítulo) com as obras e escritos de Afrânio Peixoto, percebendo discrepâncias e concordâncias deste intelectual dentro do seu campo, como também algumas contribuições da categoria de gênero de Scott (1995), para reflexão das relações de poder.

TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Dedicamos este tópico para demonstrar a trajetória metodológica que utilizamos para a realização deste trabalho, o passo a passo para o início e a finalização desta pesquisa.

Para a seleção de fontes, foi realizada um levantamento das obras publicadas por Afrânio Peixoto, das que foram possíveis de serem encontradas foi realizada uma seleção a partir dos títulos e posteriormente pelo conteúdo apresentado nessas obras. Foram selecionadas obras que apresentaram algum debate em torno da prostituição, sífilis e sobre a condição e papel feminino. Nem todas as obras foram analisadas integralmente, a seleção foi feita a partir de uma leitura do sumário quando existente e quando não a partir de um passar de olhos pelas páginas das obras selecionamos trechos e partes para serem analisadas.

As revistas médicas e jornais foram encontrados a partir dos acervos virtuais disponibilizados na internet. A Revista Brazil-médico e os Jornais Correio da Manhã e Jornal do Comércio estão disponibilizados na Hemeroteca, acervo digitalizado da Biblioteca Nacional, a partir de palavras chaves como prostituição, prostituta, meretriz, Afrânio Peixoto. A revista Brazil Médico possui seu acervo digitalizado até o ano de 1905. Nosso recorte data o ano de 1936, após o ano de 1905, os textos médicos foram sendo selecionados manualmente edição por edição, a partir do acervo digitalizado da Revista Brazil-Médico, disponibilizado no site de Obras Raras da Fiocruz. Os textos da revista Gazeta Médica da Bahia também foram selecionados manualmente edição por edição, disponibilizados no acervo digitalizado da Gazeta Médica pela Faculdade de Medicina da Bahia.

Após fazer o levantamento dos dados e seleção dos textos a serem utilizados, a análise se pautou em olhar os textos a partir dos referenciais teóricos de

história intelectual se focando nos discursos apresentados pelos médicos e por Afrânio Peixoto, buscando apresentar e discutir a forma como essas representações são apresentadas nestes textos.

CAPÍTULO 1- DO SERTÃO DA BAHIA PARA A MODERNA CAPITAL: TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE AFRÂNIO PEIXOTO

Neste capítulo nos dedicaremos a compreender Afrânio Peixoto como intelectual, sua formação e inserção no campo médico e posteriormente no campo literário. Suas influências teóricas e publicações realizadas, quais os meios e caminhos que percorreu para se tornar um intelectual no início da República brasileira. Buscaremos analisar os campos que transitou, suas redes de sociabilidade e as instituições que frequentou e que o legitimaram enquanto intelectual e cientista deste período.

Júlio Afrânio Peixoto nasceu em 17 de dezembro de 1876, na cidade de Lençóis, na Chapada Diamantina da Bahia. Filho de Francisco Afrânio Peixoto e Virgínia Morais Peixoto, era o primogênito de dez irmãos. Alguns anos depois, se mudou com a família para a cidade de Canavieiras, na busca de melhorar sua situação financeira. Seu pai era garimpeiro e intencionava melhorar de vida com a exploração dos diamantes.

Foi um aluno destaque nos cursos preparatórios, considerado acima da média, tanto que ganhou gratuidade nas mensalidades do ano seguinte, pelas suas notas excelentes. Afrânio Peixoto justifica que ao se recordar dos tempos de Colégio que decidiu seguir a carreira de intelectual, que foi o que possibilitou sua ascensão social. Justificou sua escolha para a carreira de medicina, por possuir grande habilidade intelectual e o físico debilitado, também não possuía aptidão para matemática, mas possuía bastante para química, física e história natural. (SANTOS, 2017).

Aos 21 anos formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1897, com a tese *Epilepsia e Crime*, tese prefaciada por dois professores reconhecidos no campo médico Juliano Moreira e Nina Rodrigues.

No início do século XX, a partir da instauração da República, sanear, higienizar e eugenizar, eram palavras frequentes nas discussões intelectuais. Se buscava a modernização do Brasil, que aos olhos dos países europeus era um país atrasado. Com o fim do regime de trabalho escravocrata, se buscava modernizar o país e a ciência se apresentava para cumprir essa missão. Estabelecendo novos valores e novas condutas para o espaço urbano. A modificação do comportamento social e o saneamento do espaço urbano tomaram conta das discussões neste

período. A mulher e sua sexualidade se tornaram alvo dos médicos sanitaristas-higienistas, a fim de normatizar seu comportamento, pois seria dela que nasceriam os futuros filhos da nação.

A obra literária *A Esfinge*², publicado em 1911, logo após sua entrada para a Academia Brasileira de Letras (ABL), se tornou o primeiro romance de sucesso na carreira literária de Afrânio Peixoto. O romance narra o amor dos primos Paulo e Lúcia, ele escultor, filho do sertão que se educara na Europa, ela pertencente à uma classe mais elevada da sociedade carioca. A história é narrada nas cidades de Petrópolis e no Rio de Janeiro

A Esfinge, produzida no início da segunda década do século XX, apontou algumas das questões discutidas no período, entre as quais se destaca a transição política republicana e a conformação da população brasileira, também demonstra uma preocupação com o universo feminino e dificuldade de compreensão deste mundo

Neste livro Afrânio Peixoto traz discussões sobre as relações conjugais, o divórcio e definição dos papéis femininos. Como a exemplo, a cena em que Dr. Vicente da Câmara, personagem da obra, apresenta sua posição sobre o casamento e pede a mão de Lúcia em casamento:

-Lúcia: E por que não casa?... Para que tanto rodeio, tanta escusa política e social?

-Vicente: É muito simples, é exato, mas não sou homem que se case com qualquer. Tenho direito de pensar em um brilhante casamento ... depois, não casar em certas condições, seria contraproducente, nenhuma vantagem traria a meus planos

-Lúcia: Já sei... um casamento de conveniência. É prático.

- Vicente: Não seja má, nem precipitada, atenda. Preciso, pois, de uma mulher em condições especialíssimas... acordes com os meus planos. Além disso, há no problema quantidade formidável a considerar, o homem, que o político reveste; é preciso satisfazer o homem. Minha mulher, pois, se deve ser o ornamento de minha existência, a colaboradora inteligente de meus planos, na conquista e da dominação dêste meio, deve por outra ser minha mulher, agrada-me física e espiritualmente, ser para mim a um tempo a sedução, o encanto, a graça, como minha mulher, o conselho, a providência, o auxílio, como minha associada. (PEIXOTO, 1962, *grifo meu*, p.107-108)³.

² Ano de publicação da obra, a versão que tive acesso e ao qual farei referências em citações é a coletânea de Romances Completos de 1962, uma obra que possui na íntegra sete romances publicados por Afrânio Peixoto dentre eles a obra *A esfinge*.

³ Em todas as citações que aparecem a ortografia incorreta, é porque foram mantidas a grafia original do período.

Percebemos nesta passagem do livro o que seria considerado por Afrânio Peixoto um casamento adequado, principalmente para figuras importantes da sociedade, e na declaração do personagem Vicente, percebemos a representação de esposa ideal. Quando Vicente declara “não casar com qualquer uma” ou não “casar em certas condições”, que nos remetem as discussões feitas na Academia Nacional de Medicina neste período sobre a exigência do exame pré-nupcial para casamentos e posteriormente com os debates eugenistas sobre uma regulamentação higiênica do casamento,⁴ que buscava determinar a “mulher honesta” aquela que serviria para o casamento e a “mulher pública” aquelas com quem não se deveria casar, algumas carregavam este estigma por doenças ou por degenerações a partir da hereditariedade, portanto, não serviriam para o casamento na perspectiva da eugenia.

Alguns anos mais tarde com a publicação da obra *Eunice, ou a educação moral da mulher* (1936), Afrânio Peixoto traz em forma de um manual a reflexão de como era a educação feminina e de como ela deveria ser processada. Questionando os papéis sexuais femininos no trabalho que seriam incompatíveis com sua função biológica, que era ser mãe e apostando em uma educação sexual higiênica para a melhoria da nação.

Segundo Herschmann (1996), os escritos literários de Afrânio não se distinguiam do científico, eles possuíam o mesmo fio condutor de ideias. Sua literatura girava em torno de personagens femininas, mito da beleza feminina geradora do mal. Dava muita ênfase nas personagens femininas e no papel da mulher, como também elas eram seu público alvo, pois suas obras adquiriam o cunho de instrução pedagógica. Seus romances também refletem a percepção do médico sobre o papel da atuação intelectual no país:

Os romances de Afrânio Peixoto são o exemplo maior daquilo que o médico entendia como atuação intelectual: cativar pela forma e instruir pelo conteúdo. O intelectual militante perpassa toda a sua escrita literária. Sua crença na possibilidade de transformação do homem a partir da educação, aliado a uma militância científica e nacionalista conduziram a construção de romances em que os leitores, muitas vezes, eram tratados como ouvintes de um conferencista. Assim, amplas palestras sobre higiene, criminologia, história, psicologia foram levadas a cabo por meio dos enredos literários. A geografia, o clima do sertão e a índole dos sertanejos foram vistas como objetos clínicos, analisados a partir de Lamarck, e dos neolamarckistas, de

⁴ Faremos uma discussão mais detalhada sobre esses embates na Academia Nacional de Medicina no Capítulo 2.

Darwin, Sigmund Freud, Gabriel Tarde, Maeterlinck, Du Bois, Cícero e Chateaubriand, conforme identificou um crítico contemporâneo de Peixoto. Em outras passagens das obras de Peixoto, é possível identificar a forte presença do naturalismo, conforme demonstrou Lilia Moritz Schwarcz ao afirmar que na obra *A Esfinge* os personagens cediam lugar 'as leis naturais' que lhes estreitavam o horizonte, reduzindo-os a meras categorias da ciência. Muitas vezes - afirmou a autora - longe do enredo, heróis e heroínas abriam espaço para reflexões estranhas àquele local, dando lugar as conclusões [que eram] dos cientistas da época. (SANTOS, 2017, p.247)

Segundo Santos (2017), o médico baiano transitava por diversos espaços literários, políticos e sociais bem heterogêneos e não é possível classificá-lo dentro de uma corrente literária específica, mas sem dúvida todas as suas obras são marcadas por sua perspectiva científica no início do século.

1.1 IREMOS, NA REPÚBLICA, DESFORRAR O TEMPO PERDIDO: AFRÂNIO PEIXOTO E A MODERNIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

A bordo do *Magdalena* chegou ontem a esta capital o Dr. Júlio Afrânio Peixoto, nomeado Comissário de Hygiene desta Capital. O Dr. Afrânio Peixoto exercia o cargo de preparador de medicina legal e hygiene, na Faculdade de Medicina da Bahia, e o de professor de Medicina Legal da Faculdade Livre de Direito do mesmo Estado, sendo autor de várias obras científicas e literárias. (**Jornal do Commercio**, 14/10/1902).

No dia 13 novembro 1902, chegou a cidade do Rio de Janeiro o jovem médico baiano Júlio Afrânio Peixoto. A cidade no período era a Capital Federal do Brasil e palco de grandes transformações que vieram com a Proclamação da República no país. A chegada da República significou para os brasileiros uma adequação a nova ordem e aos novos costumes estabelecidos, com a intenção de modernizar o país, que era considerado atrasado, em comparação aos países europeus. Segundo Sevcenko (1998), a cidade do Rio de Janeiro era o alvo dessas transformações, pois como capital federal era a vitrine do país.

A construção deste novo ideário moderno, se tornou uma tarefa dos chamados homens de ciência desde a reforma do espaço físico até as mudanças nos ideais e valores da sociedade. Os chamados "homens da ciência", segundo Herschmann (1996), durante a passagem do século XIX para o século XX, tinham em discussão a construção de um ideário moderno brasileiro, essa temática interessava e atingia vários campos intelectuais, como: a medicina, o direito, higienistas, sanitaristas, engenheiros e políticos brasileiros em geral, com o objetivo

de “salvar” a nação e recuperar o atraso brasileiro. Esses intelectuais não ficavam restritos apenas a sua especialidade, mas interferiam em vários campos ou esferas sociais.

Esses intelectuais–cientistas que denominamos neste trabalho, formularam modelos de condutas, conjunto de valores, e uma imagem do país, com os quais pretendiam orientar os indivíduos na construção de uma “sociedade civilizada”.

Segundo Santos (2017), Afrânio Peixoto chegou na cidade do Rio de Janeiro com a ambição de se tornar professor na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ) e um intelectual reconhecido, com o objetivo de contribuir para a nação. Em suas obras tentava demonstrar sua preocupação com o Brasil e os brasileiros tanto nas obras científicas como nas literárias, um homem que estava a par dos debates nos meios científicos do período.

Durante o período analisado a ciência se organizava em campos, o campo médico, o campo das letras, o campo político, dentre outros. A grande maioria dos intelectuais transitava em vários deles. Dentro desses campos haviam disputas e conflitos, esses campos não eram homogêneos, portanto, para que seja possível a compreensão das obras de Afrânio Peixoto, precisamos compreender sua trajetória enquanto indivíduo, os campos que participou e o contexto que viveu e produziu suas obras.

Afrânio Peixoto trabalhou como inspetor de saúde pública no Hospital de Alienados, em 1904 se tornou diretor, também dirigiu o Instituto Médico legal do Rio de Janeiro, e, em 1911, se tornou membro da Academia Brasileira de Letras, empossado dois anos depois como professor da cátedra de medicina pública da Faculdade de Direito. Em 1916, assumiu a cátedra de medicina pública da Faculdade de Medicina do Rio Janeiro ocupando a cadeira de higiene. Em 1924 foi eleito deputado federal da Bahia, e em 1935 reitor da Universidade do Distrito Federal.

Visto esse breve histórico dos cargos exercidos por Afrânio Peixoto, percebemos que sua atuação não ficou limitado ao campo médico, ele transitou no campo das letras e no campo político. Publicou diversas obras na área da educação

e história. Foi membro da Liga de Higiene mental⁵ e Academia Nacional de Medicina e redator da Gazeta Médica da Bahia⁶.

Segundo Leclerc (2004), o intelectual ultrapassou seu campo de competência profissional, para falar das coisas onde ele não era especialista, mas que ele se julgava implicado e preocupado. É possível perceber isso na trajetória intelectual de Afrânio Peixoto, com suas obras na área da educação, história, literatura.

A história de Afrânio Peixoto se entrelaça com a de outros intelectuais do período, como também da própria legitimação do campo científico, na atuação da medicina como missionária da construção de uma nação civilizada e moderna.

O cientista, o literato e o intelectual devem ser assim compreendidos na sua condição de atores sociais, cujo desempenho se dá num contexto específico e por intermédio de sua atuação em diferentes campos sociais. Desenvolvem estratégias interagindo, portanto, com diferentes atores, instituições e grupos. (STANCIK, 2005, p.47)

Segundo Herschmann (1996), os médicos foram os primeiros cientistas a assumirem o papel de modernização do país no contexto de início da República. Neste período o Estado passou a ser responsável pela organização social e interferiu de forma mais direta na sociedade civil.

⁵ Liga Brasileira de Higiene Mental. Fundada no Rio de Janeiro, em 1923, pelo psiquiatra Gustavo Riedel, a Liga tinha como objetivo primordial a melhoria na assistência aos doentes mentais, através da modernização do atendimento psiquiátrico (SEIXAS, MOTA E ZILBREMANN, 2009).

⁶ Em 1831, foi lançada a primeira publicação médica do Brasil: os Seminários de Saúde Pública, da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (posteriormente transformada em Academia Imperial de Medicina), os quais deram origem aos Anais da Academia Nacional de Medicina, editados até os dias atuais. Mas, a primeira revista médica brasileira, estritamente voltada às publicações científicas, foi a Gazeta Médica da Bahia (GMBahia), tendo entre os seus fundadores sete ilustres médicos da cidade da Bahia e o estudante de Medicina Antonio Pacifico Pereira. Desse núcleo primacial da GMBahia, o Dr. Otto Edward Henry Wücherer foi o que mais contribuiu com novos conhecimentos, especialmente sobre a ancilostomíase e os ofídios, e, de forma fundamental e inovadora, ao descrever a filária em pacientes com "hematuria intertropical", daí a homenagem desse nematódeo pertencer ao gênero Wuchereria, da espécie W. bancrofti. A GMBahia circulou regularmente entre 1866 e 1934, depois entre 1966 e 1972, com um número avulso em 1976. Em 1984, os professores Eurydice Pires de Sant'Anna (Escola de Biblioteconomia) e Rodolfo Teixeira (Faculdade de Medicina da Bahia) organizaram o índice cumulativo da GMBahia de 1866 a 1976, com a citação de todos os 3.870 trabalhos publicados naquele período. Mais recentemente, em 2002, foram digitalizados todos os trabalhos publicados até 1976 e alguns textos em livro-impresso, também pela Dra. Luciana Bastianelli da Gráfica CONTEXTO (Salvador, Bahia). Com esse passado, não parece exagero escrever que a classe médica do Estado da Bahia e, muito especialmente, os docentes da Faculdade de Medicina da Bahia (FMB) têm como deveres o soerguimento e a continuidade desse relicário da Medicina brasileira. (NETO, José Tavares. **Apresentação da Gazeta Médica da Bahia**, disponível em <http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia>, acessado em 14/05/2018).

De acordo com Costa (1999), a medicina atuou de forma preventiva, atuando na normatização da vida social, sendo responsável pela orientação da vida privada dos indivíduos, criando e se baseando no modelo de família burguês, atuando sobre o corpo, sexo e higiene, tendo como objetivo fazer com que homens e mulheres desempenhassem seu papel de reprodutores de uma nação “sadia” e “pura”.

1.2 A FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE AFRÂNIO PEIXOTO

Segundo Rocha, *et al.*, (2017), a Faculdade de Medicina da Bahia, foi criada em 1832, substituindo a Escola Médico-Cirúrgica da Bahia, que foi fundada em 1808, com a chegada de D. João VI no Brasil, foi a primeira instituição de ensino superior do país. Um dos fatores que influenciaram a criação da instituição foi a ocupação francesa e a indisponibilidade de enviar os profissionais para o atendimento da população, como também a necessidade de formar profissionais para atender as necessidades que surgiam no país.

Em 1813, passa a ser chamada de Academia Médica-cirúrgica sofrendo a primeira alteração. E somente em 1832, recebeu o nome de Faculdade de Medicina da Bahia.

Segundo Maio (1995), os recursos eram escassos e no seu início a centralização da administração nas mãos do Império diminuía bastante a autonomia da Faculdade, além de salários baixos e instalações precárias. O ensino era teórico e livresco. Os limites institucionais do ensino médico baiano acarretaram na constituição de grupos institucionais, no final da década de 1860, o mais conhecido foi o denominado de Escola Tropicalista Baiana⁷ (ETB).

⁷ Segundo o Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930) da Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, a Escola Tropicalista Baiana, não se constituiu como uma instituição de ensino formal, mas como um grupo de médicos estabelecidos na Bahia que se dedicaram à prática de uma medicina voltada para a pesquisa da etiologia das doenças tropicais que acometiam as populações pobres do país, principalmente os negros escravos. Este grupo teria se formado por volta de 1860, e o nome de Escola Tropicalista Baiana lhe foi atribuído posteriormente. Alguns professores da Faculdade de Medicina da Bahia participavam do grupo, mas os fundadores não conseguiram se integrar ao corpo docente da Faculdade, suas atividades eram exercidas no Hospital da Santa Casa da Misericórdia da Bahia. **(DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL (1832-1930).** Disponível em <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/esctroba.htm>. Acesso em 10 de ago. 2019.)

A origem da Escola Tropicalista Baiana está associada a três médicos: o português de origem alemã, Otto Wucherer (1820-1875); o escocês John L. Paterson (1820-1882) e o português José Francisco Silva Lima (1826-1910). A visibilidade do grupo se deu pelo trabalho que realizaram no Hospital de Caridade da Santa Casa de Misericórdia, em Salvador, pelo diagnóstico preciso das epidemias que com frequência estavam aparecendo na cidade. Como forma de aumentarem sua atuação e visibilidade, em 1866 fundaram a revista *Gazeta Médica da Bahia*, os casos eram debatidos e publicados em formas de artigos na revista, que se tornou uma das maiores no século XIX. (PEARL, 1990 *apud* MAIO, 1995).

Segundo Santos (2017), os médicos da Escola Tropicalista Baiana, não tinham relação com a Faculdade de Medicina da Bahia. Na década de 1880, a Faculdade passa por algumas Reformas, e alguns dos médicos chamados de tropicalistas se tornaram docentes na instituição, a Escola Tropicalista Baiana teve grande influência no olhar em que a Faculdade de Medicina da Bahia adquiriu sobre a prática médica.

Segundo Maio (1995), neste período emergiu uma nova representação do saber médico, expressa pela noção de medicina experimental. Essa mudança atingiu os dois grandes centros de formação médica no Brasil, a Faculdade de Medicina da Bahia e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro conseguiu mais recursos por estar em um processo de institucionalização mais avançado, mas mesmo assim os tropicalistas conseguiram criar uma tradição médica na Bahia.⁸

Essas duas Faculdades possuíam perspectivas diferentes, segundo Schwarcz (1993), a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro buscava sua identidade e originalidade na descoberta de doenças tropicais (febre amarela, doença de Chagas), sanadas por programas higiênicos. A Faculdade de medicina da Bahia acreditava que o cruzamento racial era o grande problema, mas também a diferença, para os baianos o cruzamento racial explicaria a criminalidade, a loucura, a degeneração e para os cariocas o convívio das diferentes raças seria o maior responsável pelas doenças e obstáculo a perfectibilidade biológica.

⁸ Neste período também foram fundadas a Faculdade de Medicina de da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1898 e a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo fundada em 1912, mas não tinham tanta relevância e influência como a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Medicina da Bahia.

[...] trata-se de uma disputa de hegemonia na medicina, entendida, nesse momento, como uma prática profissional em processo de construção. Os médicos da faculdade do Rio de Janeiro buscavam sua originalidade e identidade na descoberta de doenças tropicais como a febre amarela e o mal de Chagas, que deveriam ser prontamente sanados pelos programas 'higienicos'. Já os médicos baianos farão o mesmo ao entender o cruzamento racial como o nosso grande mal, mas ao mesmo tempo, nossa suprema diferença. Ou seja, enquanto para os médicos cariocas tratava-se de combater *doenças*, para os profissionais baianos era o *doente*, a população doente que estava em questão. Era a partir da miscigenação que se previa a loucura, se entendia a criminalidade, ou, nos anos 20, se promoviam programas 'eugênicos de depuração'. Se o jargão é comum, a atenção é diversa. (SCHWARCZ, 1993, p.190)

Ainda Schwarcz (1993), em 1880, a Faculdade de Medicina da Bahia, dava ênfase em estudos sobre a população contaminadas por moléstias infectocontagiosas. Em 1890, surgiu a chamada Medicina Legal, com o surgimento da figura do perito, que juntamente com a polícia explicariam a criminalidade e a loucura. E em 1930, o surgimento dos estudos eugenistas, buscavam separar uma população "enferma" da sã, a partir desta perspectiva viam que através da miscigenação, se poderia prevenir a loucura e compreender a criminalidade e a degeneração.

Essas características hereditárias eram abordadas pelos teóricos raciais e eugênicos que estavam em alta na Europa e que influenciaram o saber médico no Brasil. Segundo Barbosa (2016), essas teorias tinham a ciência como base para analisar características raciais e na Europa o objetivo era promover uma raça como a melhor entre as demais, e que esta raça seria promovida para governar as demais. A eugenia buscava o aperfeiçoamento da espécie humana, selecionar os melhores seres humanos, segundo seus critérios de classificação, para transmissão dessas características e melhorar os próximos descendentes. No Brasil essa proposta se apresentou com a intenção de salvar a nação, buscando um branqueamento da população. Muitos intelectuais se apoiaram nessas ideias como Euclides da Cunha, Silvío Romero e Nina Rodrigues, que foi uma das grandes referências de Afrânio Peixoto.

Em 1892, aos dezesseis anos Afrânio Peixoto ingressou no curso de medicina na Faculdade de Medicina da Bahia. Segundo Santos (2017), a partir das memórias de Afrânio Peixoto do tempo em que frequentou a Faculdade, relatou que havia um grande esforço médico para diferenciar a medicina praticada na Bahia e a

que era praticada no Rio de Janeiro, desde as disciplinas cursadas, os métodos e as abordagens. Afrânio Peixoto, ressaltava e valorizava todos os estudos e cursos que teve após sua formação, mas a maioria dos direcionamentos ao longo de sua carreira foram iniciadas pelos mestres baianos.

De acordo com Herschmann (1996), a medicina era um campo científico em construção e queria se colocar como o saber que resolveria os problemas do país. Mesmo possuindo um perfil inovador e com caráter científico, os discursos médicos eram perpassados pelo caráter moral e religioso, pois viam que a medicina teria também um papel moral.

Afrânio Peixoto foi um dos intelectuais de grande importância nesse período e o que mais atingiu outros campos do saber, e culpava os bacharéis pelo estado em que o Brasil se encontrava, para ele a retórica dos bacharéis deveria ser substituída pela intervenção dos médicos e engenheiros. Para o médico a principal causa do mal brasileiro era a má formação e a falta de informação sendo necessária a construção de um projeto pedagógico. Apesar de muito influenciado pelas teorias lombrosianas também defendia a visão de uma educação pautada na higiene, uma medicina preventiva. A exemplo estão os dois volumes da obra Higiene (1922), escrita pelo médico. (HERSCHMANN, 1996).

1.3 O MESTRE NINA RODRIGUES E O DISCÍPULO AFRÂNIO PEIXOTO

Segundo Santos (2017), durante sua formação acadêmica Afrânio Peixoto se inscreveu como assistente de laboratório de prática de Medicina Legal de Nina Rodrigues e o auxiliou em diversos trabalhos. Foi através de Nina Rodrigues, que Afrânio Peixoto realizou suas primeiras pesquisas e intervenções no campo médico e embora tenha ressignificado alguns ensinamentos, sua atuação médica sempre foi referenciada a Nina Rodrigues e à Medicina Legal. Primeiramente, porque os estudos realizados dentro da Faculdade de Medicina da Bahia, sobre clima tropical e possíveis doenças climáticas, se manifestaram como tentativa de conferir viabilidade para a nação.

De acordo com Maio (1995), Raimundo Nina Rodrigues foi um importante médico do século XIX. Considerado fundador da antropologia criminal no Brasil e pioneiro nos estudos raciais, como também da institucionalização da Medicina Legal no Brasil. Em 1889, se tornou professor da Faculdade de Medicina da Bahia, adjunto

da 2ª Cadeira de Clínica Médica. Em 1891, foi transferido para a cadeira de Medicina legal, neste mesmo ano, se tornou redator chefe da Gazeta Médica da Bahia.

Na publicação da obra *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil* em 1894, Nina Rodrigues revelou sua conversão aos estudos da área de medicina legal. Dedicando esta obra aos médicos e juristas consagrados neste campo: Cesare Lombroso, Enrico Ferri, Garófalo, Alexandre Lacassagne e o Dr. Corre⁹. Segundo Maio (1995), ele também se identificava com Francis Galton criador da denominada teoria eugênica e do social darwinismo.

Segundo Rodrigues (2015), foi em torno da teoria lombrosiana¹⁰ que Nina Rodrigues, desenvolveu suas ideias e tornou-se referência no campo da Medicina Legal no Brasil.

Afrânio Peixoto, em sua tese de formação em Medicina, *Epilepsia e crime* (1897), inspirou-se nos estudos realizados por Nina Rodrigues sobre medicina legal e antropologia criminal. Sua tese recebeu o prefácio de Nina Rodrigues e de Juliano Moreira, também professor de Afrânio Peixoto no período. Nas ressalvas realizadas por Nina Rodrigues no prefácio da obra de Afrânio Peixoto, segundo Silva (2014), deixava claro que não concordava com diversos pontos, como: o conceito de degeneração, as ideias a respeito da criminologia e a constituição da epilepsia, mas considerava como simples divergências de opiniões científicas e que o trabalho merecia grande reconhecimento por ser o único trabalho brasileiro deste gênero. A parte dedicada ao prefácio do professor Juliano Moreira¹¹, também são apontadas

⁹ Segundo Balera e Diniz (2013), os estudos de Cesare Lombroso, Enrico Ferri e Rafael Garofalo, “são exemplificados pela craniologia, instituída no século XVIII, que objetivava compreender a relação entre a estrutura/conformação da caixa craniana e a potencialidade intelectual dos indivíduos.

¹⁰ Formulações teóricas realizadas pelo médico italiano Cesare Lombroso, famoso na área de criminologia, baseados em autores como Darwin, busca traçar um perfil de indivíduos criminosos, a partir de características biologicamente determinantes, baseados na hereditariedade.

¹¹ Juliano Moreira (1873 – 1933), médico brasileiro de descendência africana nascido em Salvador, BA, conhecido por suas inovações, no início do século XX, no tratamento dos doentes mentais no Brasil, e também designado fundador da disciplina psiquiátrica no Brasil. Formado na Faculdade de Medicina da Bahia, aperfeiçoou-se na Europa, onde frequentou cursos de doenças mentais e de anatomia patológica. Foi aprovado no concurso para professor da Faculdade de Medicina da Bahia (1896). Mudando-se para o Rio de Janeiro, cidade onde ficaria pelo resto da vida, foi nomeado diretor do Hospital Nacional de Alienados (1902), onde desenvolveu uma administração marcante. Reformou e ampliou a instituição e obteve a promulgação da primeira lei brasileira de assistência aos loucos (1902-1930). Batalhador em prol dos doentes mentais foi um dos responsáveis pela lei de assistência aos alienados (1904). Foi também Diretor Geral de Assistência a Alienados (1911-1930), criou o manicômio judiciário, adquiriu o terreno para construção do atual Hospital-Colônia Juliano Moreira e fundou a nova colônia para mulheres dementes. Em seu trabalho clínico eliminou coletes e camisas-de-força e instalou um laboratório de análises, a partir do qual iniciou-se, no Brasil, a rotina de punções lombares para elucidação de diagnóstico. Professor de neurologia e psiquiatria e

algumas críticas, mas afirmava ver na obra de Afrânio Peixoto ideias muito parecida com as suas. Também ressaltou qualidades pessoais do autor.

O objetivo de Afrânio Peixoto em sua tese, segundo Silva (2014), era demonstrar o caráter sintomático das atuações criminosas em epiléticos. Não queria somente classificar a doença, mas o modo da ciência médica em operar suas classificações e diagnósticos, o modo pelo qual estruturava o conhecimento do campo, discutindo também a questão metodológica. Buscando atrelar seu trabalho e a produção do conhecimento a analisar realidades singulares, como a produção de um conhecimento atrelado à realidade brasileira, quebrando com os pensamentos hegemônicos, apontando para uma metodologia aplicada pela Escola Tropicalista Baiana e por Nina Rodrigues.

O objeto de interesse de Afrânio Peixoto ao escrever esta tese era analisar se o indivíduo mantinha a consciência durante as crises epiléticas. “Este ponto se fazia relevante quando da associação da epilepsia ao crime, já que saber se o indivíduo mantinha ou não sua consciência teria reflexos no modo como seria julgado por um crime cometido.” (SILVA, 2014, p. 258-259).

Sua tese aparece como sugestão de Bibliografia na Revista Brazil-médico na edição de 1898, texto escrito por Dr Marcio Nery, que não poupa elogios a Afrânio Peixoto, dizendo que “em seu trabalho o Dr. Afrânio Peixoto dá provas de um talento acima do vulgar” (BRAZIL-MÉDICO, 1898, p. 306).

No Anuario Medico Brasileiro: Movimento Cientifico Medico Brasileiro (RJ), também encontramos um outro texto do Dr. Marcio Nery¹², sobre a tese inaugural de Afrânio Peixoto, também demonstrando o talento acima da média do jovem médico. Mas também aponta um certo exagero de Afrânio ao tomar tudo por epilepsia, até mesmo as convulsões de infância. A associação da epilepsia com o crime, para Marcio Nery, não há muita inovação por parte de Afrânio, mas ele traz algumas observações valiosas.

pesquisador de doenças tropicais, deixou importantes trabalhos sobre o ainhum, a boubá, a leishmaniose e a lepra, e os livros Assistência aos alienados no Brasil (1906) e A evolução da medicina no Brasil (1908). (JULIANO MOREIRA. Disponível em: <http://biografias.netsaber.com.br/biografia-2428/biografia-de-juliano-moreira>. Acesso em: 10 ago. 2019.

¹² Segundo Mathias (2016), o Dr Marcio Nery, formou-se em medicina em 1890, com a tese *Da influencia exercida pelas moléstias do aparelho circulatório quanto ao desenvolvimento das moléstias mentaes e d'estas sobre aquellas*, em 1894 atuou como médico no Pavilhão de Observações no Distrito Federal, que era uma instituição vinculada ao Hospital Nacional de Alienados e da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro que buscava avaliar gratuitamente os suspeitos de alienação mental, enviados pelas autoridades policiais, desempenhando o papel de porta de entrada para o Hospício.

O autor da <Epilepsia e crime> discute com superioridade de vistas as diversas theorias da criminalidade, pondo mais uma vez em relevo seus conhecimentos acerca d'estes modernos estudos. Terminando esta rápida noticia, cumprimentamos ao jovem confrade e felicitamos as lettras medicas brasileiras por ter sido enriquecidas com mais um trablho digno de estima. (Dr. Marcio Nery, **Anuario Medico Brasileiro**: Movimento Scientifico Medico Brasileiro (RJ), 1897)

Após sua formação, em 1899, Afrânio Peixoto assumiu o cargo de preparador da cadeira de Medicina Legal na Faculdade de Medicina da Bahia. Segundo Santos (2017) a partir da autobiografia de Peixoto, o médico relata que teve uma educação diferenciada com os mestres baianos e que a Faculdade de Medicina da Bahia, dispunha de uma educação melhor do que a ensinada na capital. Entretanto, o Rio de Janeiro tornou-se sua ambição. Tinha como objetivo ministrar aulas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a capital do seu país.

1.4 PSIQUITRIA, HIGIENE E MEDICINA LEGAL: CIÊNCIA E REDES DE SOCIBILIDADE

Segundo Sevcenko (1998), uma das primeiras medidas das elites após a Proclamação da República, foi a abertura da economia aos capitais estrangeiros, permissão para bancos privados emitirem moeda. O objetivo era promover uma industrialização imediata e a modernização do país. A cidade do Rio de Janeiro, que no período era a capital federal brasileira, foi um grande alvo de modernização, pois como capital ela era a vitrine do país.

Após a abolição da escravidão em 1888, a capital tinha na sua maioria uma população negra e mestiça, remanescentes de escravos e ex-escravos. Esses indivíduos migraram das fazendas de café em busca de novas oportunidades nas funções ligadas às atividades portuárias da cidade. Se concentraram em antigos casarões no centro da cidade que com o tempo foram se degradando devido ao acúmulo populacional naquele perímetro, vivendo em precárias condições sanitárias. A cidade do Rio de Janeiro apresentava uma série de endemias, foco de difteria, malária, tuberculose, febre amarela, sífilis dentre outras. (SEVCENKO, 1998).

No período colonial, segundo Costa (1999) a higienização das famílias era voltada apenas para elite, os escravos apareciam como problema para os médicos, pois o escravo não era livre, não possuía nenhum direito e viam esses indivíduos

como uma resistência a normalização, era, portanto, necessário incluí-los e transformá-los em agente dessa mudança sem mudar sua posição social.

Até o século XIX, a sexualidade interferia muito pouco na estabilidade familiar. A solidez de um casal não dependia do nível de sexualidade que permeasse a relação. O exercício sexual no casamento restringia-se à cópula com vistas a procriação. O sexo tinha um andamento conjugal oculto, isento de comentário público. (COSTA, 1999, p.226)

Os cortiços já apareciam como problema desde o Império, segundo Chalhoub (1996), nos cortiços habitavam pessoas que na sua grande maioria eram escravos e recém-libertos, vistos pelas autoridades como “valhacouto de desordeiros”. A pobreza era suficiente para considerar um indivíduo malfeitor, também apareciam como perigo de contágio, era necessário a repressão aos maus hábitos e a educação dos menores. As habitações coletivas eram vistas como foco de doenças e propagação de vícios, por isso era necessária sua derrubada e afastamento dessa população “indesejada” do centro da cidade. Segundo Schwarcz (2012), a cidade passou a ser um palco de conflitos, personificado pelas “camadas perigosas”.

Visto essas dificuldades apresentadas, as autoridades conceberam um plano de três dimensões: a modernização do porto liderada pelo engenheiro Lauro Müller, o saneamento da cidade liderada pelo médico Oswaldo Cruz e a reforma urbana liderada pelo engenheiro e urbanista Pereira Passos. Tinham o objetivo de resolver os problemas apresentados. Houve a demolição das residências no entorno do porto, principalmente as mais pobres, sem nenhuma indenização. Alguns movimentos surgiram como resistência a este projeto de modernização, a exemplo a Revolta da Vacina que ocorreu em 1904.

Os chamados “homens da ciência”, segundo Herschmann (1996), durante a passagem do século XIX para o século XX, tinham em discussão a construção de um ideário moderno brasileiro, essa temática interessava e atingia vários campos intelectuais, como: a medicina, o direito, higienistas, sanitaristas, engenheiros e políticos brasileiros em geral, com o objetivo de “salvar” a nação e recuperar o atraso brasileiro. Esses intelectuais não ficavam restritos apenas a sua especialidade, mas interferiam em vários campos ou esferas sociais.

Segundo Santos (2017), Afrânio Peixoto chegou ao Rio de Janeiro com uma carta de recomendação que pediu ao governador do Estado da Bahia, Severino

Vieira, que proporcionou a ele chegar ao Rio “com o pé direito”. Os grupos com o qual Afrânio Peixoto, dialogou na sua chegada à capital, ajudaram a definir o rumo dos seus posicionamentos. Aproximou-se de Carlos Peixoto Filho¹³, que também havia acabado de chegar ao Rio de Janeiro para exercer o cargo de Deputado Federal por Minas Gerais, que aproximou Afrânio Peixoto de um amplo debate sobre política assim como sua inserção em rodas de conversas e debates.

A consolidação e legitimação de um intelectual não se dá somente pela formação científica, mas pelas redes de sociabilidade em que este está inserido, como também associações e instituições que participa. Todo intelectual está inserido em um contexto e suas redes de sociabilidades não podem ser ignoradas e essas redes mudam conforme o contexto.

Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade ou gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de aprender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar. (SIRINELLI, 2014, p.248)

Afrânio Peixoto morou alguns meses no Grande Hotel do Largo da Lapa, segundo Silva, A. (2014), o Grande Hotel era como um centro que abrigava figuras importantes na política nacional. O bairro da Lapa no Rio de Janeiro teve grande importância na vida política nacional. O local era “residência predileta dos políticos mineiros, que entre mulheres, perfumes parisienses e copos de vinho tramavam o rumo da nação” (SILVA, A. 2014, p. 59). Lá se encontravam oficiais de alta patente, ministros, banqueiros. Da elite intelectualizada do período poucos nomes ilustres não passaram por lá.

Depois junto com as amizades que fez ao chegar no Rio de Janeiro, Miguel Calmon, Carlos Peixoto Filho, Primitivo Moacyr e Eloy de Souza, decidiram alugar uma casa que ficou conhecida por “casa das Laranjeiras”. Exceto Afrânio Peixoto,

¹³ Carlos Peixoto de Melo Filho nasceu na cidade de Ubá (MG) em 1871, filho de Carlos Peixoto de Melo. Seu pai foi deputado geral e senador por Minas Gerais. Formou-se em direito em 1890 pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi prefeito de Ubá em 1896 e lutou para garantir a autonomia do município. Em 1903, elegeu-se deputado federal por Minas Gerais para a legislatura 1903-1905. Reeleito para as legislaturas 1906-1908 e 1909-1911, foi presidente da Câmara dos Deputados de 1907 a 1909. Partidário do civilismo, combateu a candidatura do marechal Hermes da Fonseca à presidência da república em 1910. Tornou a se eleger deputado federal em 1915, com mandato até 1917. Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Faleceu na cidade de Ubá em 1917. (SOUZA, Ioneide Piffano Brion de. **Carlos Peixoto de Melo Filho**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MELO%20FILHO,%20Carlos%20Peixoto%20de.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.)

todos os outros colegas estavam envolvidos com carreiras parlamentares. A casa, estava sempre repleta de homens do cenário político e cultural. Nestes cenários se pautavam as principais discussões intelectuais do país dentre elas discussões que permeavam a vida privada dos indivíduos, da sua sexualidade, da sua saúde. Este primeiro grupo com quem Afrânio Peixoto teve contato quando chegou a capital federal e as relações que foram estabelecidas por eles foram significativas para a construção do pensamento médico sobre a realidade brasileira. (SANTOS, 2017).

Este grupo de jovens na casa das Laranjeiras, proporcionou a Afrânio Peixoto encontrar personalidades como Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha, que sempre estavam presentes nas reuniões. A primeira década do século XX foi decisiva na consolidação da carreira profissional e intelectual de Afrânio Peixoto. Os anos em que morou na casa das Laranjeiras, foram de extrema importância para o estabelecimento das relações sociais do médico. Segundo Santos (2017), foi entre 1903 até 1911, que Afrânio Peixoto entrou nas instituições as quais sempre almejou, tornando-se um escritor de renome, tanto no âmbito científico como literário. A sua entrada no mundo científico se deu por meio das relações políticas que estabeleceu na Bahia e as influências dos amigos da casa da Laranjeiras.

Em 1903, foi nomeado secretário da Diretoria Geral de Saúde Pública, e como diretor foi nomeado outro médico também jovem e promissor da época Oswaldo Cruz, no governo de Rodrigues Alves¹⁴. Segundo Santos (2017), Oswaldo Cruz recusou ter Afrânio como seu secretário, pois alegava não conhecer a figura de Afrânio Peixoto e que já havia prometido o cargo a um amigo. Como forma de se desculpar, Oswaldo Cruz ofereceu a Afrânio Peixoto a direção do Hospital de Jururuba, mas ele recusou, alegando que era um lugar onde se recolhiam os “pestosos” e que não tinha capacidade clínica para exercer o cargo como também anunciou que estaria saindo do seu lugar de médico da saúde pública, que não queria exercer funções de dependência de Oswaldo Cruz, ficando sem nenhum emprego no Rio de Janeiro.

¹⁴ O governo de Rodrigues Alves foi um marco no que diz respeito “à busca por um novo tempo”. Segundo Jeffrey Needell, esse governo caracterizou-se pela intensa preocupação com as transformações sociais e culturais que derrubariam a ideia de um passado colonial e dariam início a um tempo moderno e civilizado. Neste sentido, foram empreendidas diversas reformas, das quais destacaram-se duas: a reforma urbana e a reforma na saúde. Segundo Nara Britto, tratava-se de “um projeto inovador na época, de mudanças na saúde pública brasileira, que, entre outros objetivos, visava combater as doenças endêmicas”.(SANTOS, 2017, p.167).

Segundo o Jornal *Correio da Manhã*, Afrânio Peixoto teria recusado o cargo, sendo nomeado então o Dr. João Pedroso de Albuquerque.

'Nomeado para o logar de secretário directoria geral de saude publica o dr. João Pedroso de Albuquerque, ficando sem efeito a nomeação do dr. Julio Afrânio Peixoto, que não aceitou'

'No gabinete do sr. Ministro da justiça esteve o dr. Oswaldo Cruz, novo diretor geral de saude publica'

Ao dr. J.J. Seabra em ligeira conversa, mostrou o sr. Oswaldo Cruz desejo de ter ampla autorização do governo para agir com a necessária energia Esta autorização foi-lhe concedida pelo dr. Seabra em nome do presidente da República.

Mas tarde procurou o sr, ministro da justiça o dr. Julio Afrânio Peixoto, ultimamente nomeado para o logar de secretário da directoria geral de saúde pública, que declarou não aceitar este cargo.". (**CORREIO DA MANHÃ- RJ**, 27/03/1903, p. 1)

Após este episódio, Afrânio Peixoto conseguiu então um cargo de médico no Hospital Nacional de Alienados, devido a sua aproximação com Juliano Moreira, que na época exercia a função de diretor do Hospital. Segundo Silva (2014), o Hospital Nacional de Alienados passava por uma reforma que fazia parte de um projeto de saneamento da cidade do Rio de Janeiro.

A reforma pelo qual o Hospital de Alienados passou neste período não era somente estrutural, mas também no modelo de intervenção médica. Segundo Portocarrero (2002), no final do século XIX, a função do psiquiatra era bastante limitada e a situação dos loucos já era percebida como carente de cuidados médicos. Com o início da República verifica-se a necessidade de reformulação das instituições psiquiátricas para melhor cumprir suas funções terapêuticas e reforçar o papel do médico quanto ao poder sobre os alienados, transformando o hospício em uma instituição hospitalar.

A medicalização não significa, portanto, apenas reconhecer a qualidade de doente do louco ou a transformação do hospício em estabelecimento médico semelhante a um hospital, mas implica a definição, pela instituição médica, de um novo estatuto jurídico, social e civil do alienado: o estado de menoridade social. (PORTOCARRERO, 2002, p. 96)

Segundo Portocarrero (2002), no início do século XX, as investidas na psiquiatria ganharam força com Juliano Moreira que buscava a instauração de um modelo homogêneo de intervenção médica sobre os alienados responsabilizando o Estado por essa função, através de um controle centralizador de diretrizes uniformes de condutas, voltadas para um maior controle da população

e saúde através da definição que torna patológica os indivíduos desviantes da normalidade.

Juliano Moreira se preocupou em criar um novo sistema de assistência ao alienado de acordo com o programa de ordenação social do governo de Rodrigues Alves, onde a urbanização e os projetos sanitários apareciam como prioridade, que visavam maior controle da ordem social. A prática psiquiátrica apontará novas formas de conduta, necessárias para o controle da sociedade, por meio da higiene, asilos e hospícios, a partir da divisão da população entre normais e doentes mentais, produtivos e inúteis. (PORTOCARRERO, 2002).

Segundo Portocarrero (2002), a psiquiatrização não ocorreu somente com o louco propriamente dito, mas também com o louco em potencial, que foi representado por um indivíduo normal, mas que por um processo de degeneração pode adquirir uma doença mental e também dos anormais e degenerados, alcoólatras, epiléticos, sífilíticos, os sujeitos mais vulneráveis pela decadência moral e física, à loucura. Passando a psiquiatria a se dedicar ao conhecimento da anormalidade, dos desviantes, criminosos e degenerados. Toda a anormalidade passa a ser vista como um desvio mental, se é um desvio é preciso deter, cuidar, corrigir e reeducar.

De acordo com Weyler (2006), nenhum detalhe deveria escapar ao olhar dos médicos. Casos de embriaguez, alienação, epilepsia e desobediência civil eram tomados como prova de que o cruzamento racial levaria à degeneração. No campo psiquiátrico esse biologismo foi trazido por Juliano Moreira da corrente psiquiátrica alemã, a teoria da degenerescência de Morel, base da teoria eugênica.

Em 1904, Afrânio Peixoto foi nomeado diretor do Hospital Nacional de Alienados, segundo Sales (2011), essa nomeação se deu devido ao adoecimento de Juliano Moreira e Afrânio Peixoto deu continuidade ao projeto de reforma de Juliano Moreira:

Na direção do Hospício dá continuidade à obra iniciado por Juliano, destacando-se, entre as novas instalações inauguradas durante a sua administração, uma usina geradora de eletricidade, uma cozinha à vapor, oficina de tipografia, laboratório de anatomia patológica, balneoterapia, massagens, laboratório de antropometria e psicologia, gabinete dentário, sala de cirurgia, laboratório fotográfico, escola para crianças débeis e curso de enfermagem, biblioteca para os médicos e outra para os doentes internados, além da publicação do primeiro volume dos *Arquivos* (de psiquiatria). (SALES, 2001, p. 10).

Neste período cresceram as publicações de Afrânio Peixoto na área da psiquiatria, principalmente com a criação dos *Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Sciencias Affins*¹⁵, na companhia de Juliano Moreira, como forma de legitimação dos discursos médicos, criando também a Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e medicina Legal em 1907.

Segundo Wanderley e Neto (2016), Afrânio Peixoto com a influência do médico Juliano Moreira se aproximou do campo psiquiátrico trabalhando dentro do Hospital de Alienados, recebendo o título de membro da Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro.

O campo da Medicina Legal, foi um campo de forte atuação do médico baiano Afrânio Peixoto, suas influências vêm desde a época em que cursava medicina na Faculdade de Medicina da Bahia. Diferente do campo psiquiátrico, no campo médico-legal Afrânio publicou diversas obras e manuais extensos, como *Elementos de medicina legal* (1914), *Sexologia Forense* (1934), *Criminologia* (1933), dentre uma diversidade de obras. Segundo Silva (2014), nesta área sua produção é voltada para a normatização de instituições e técnicas de autópsias, sobre questões sexuais e acidentes de trabalho.

Em 1904, Afrânio Peixoto viajou a Buenos Aires para o 2º Congresso Médico Latino Americano, onde apresentou o texto, “Defesa social contra a tuberculose”, publicado no Jornal do Comércio, segundo o Jornal, o Congresso pediu aos governos nacionais e municipais da América Latina a educação higiênica especialmente a antituberculosa e antialcoólica desde as escolas primárias até superiores.

O Congresso Médico Latino americano, parecia ser um importante evento para o campo médico, foi noticiado pelas revistas médicas e também pelos jornais do período.

¹⁵ Surgido em 1905, o Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins foi o primeiro periódico brasileiro especializado na área. Com o nome de Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal, tornou-se, em 1908, veículo de divulgação da Sociedade com o mesmo nome. A partir de 1919 foi publicado como Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria. O periódico traz as propostas para a psiquiatria brasileira lideradas por Juliano Moreira, diretor do Hospício Nacional e da Assistência a Alienados do Distrito Federal. Por veicular trabalhos de profissionais do Hospício Nacional, é fonte fundamental para a investigação dos processos diagnósticos e das práticas clínicas e terapêuticas do período. Apresenta-se aqui uma seleção de artigos publicados na revista entre 1905 e 1930, ano da aposentadoria de Moreira. (FACCHINETTI, CUPELLO, EVANGELISTA, 2010, p. 1).

Segundo Moraes e Amorim (2009), os congressos médicos latinos americanos surgiram da iniciativa de grupos médicos que atuavam nos serviços públicos de saúde, como também nas faculdades e sociedades médicas.

Percebemos, portanto, o interesse das autoridades brasileiras em buscar, junto com os demais países latinos a resolução do problema sanitário do país. Afrânio Peixoto foi um dos médicos representantes do governo brasileiro neste Congresso, junto com João Batista Lacerda, Francisco Fajardo, Azevedo de Sodr e, Azevedo de Lima e Carlos Filho. Recebendo segundo o Jornal do Comércio, trinta contos de r eis do ministério da justiça e negócios interiores para irem ao Congresso. Segundo Moraes e Amorim (2009), os médicos escolhidos para irem ao Congresso não eram por acaso, eram médicos reconhecidos e atuantes no campo médico sanitário.

Afrânio Peixoto, quando se tornou diretor do Instituto Médico-Legal (IML) do Rio de Janeiro em 1907, iniciou uma nova fase neste Instituto, segundo Sales (2001), Afrânio tomou medidas imediatas na dire o da institui o, nomeou doze médicos legistas com a realiza o de um concurso. Segundo Ferreira (2007), através do prestígio e das propostas de Afrânio o Gabinete Médico-Legal foi transformado em Serviço Médico-Legal do Rio de Janeiro.

Segundo Silva (2014), sua tese *Epilepsia e crime*, discutia a rela o da epilepsia com o crime, mas via a epilepsia como uma degenera o patológica mais violenta, e considerava o crime como uma manifesta o da inadapt o do indivíduo as imposi oes sociais, que também poderia resultar em processos degenerativos.

Ele considerava a jun o dos t picos epilepsia e crime como um 'programma de transcendentis problemas sociais'. A degenera o, tomada como elemento essencial para o entendimento desta equa o, era definida por Rodrigues como consequência de acidentes e estados mórbidos, bem como produto 'de toda sorte de excessos, physicos, intellectuales ou morales'. (SILVA, 2014, p. 253).

A segunda obra de fôlego neste campo produzida por Afrânio, foi o *Manual de Tanatopsia Judiciária* (1901), que de acordo com Silva (2014), resumia o estado da ciência médico-legal.

Neste mesmo ano publicou na revista *Gazeta Médica da Bahia*, em uma edi o especial dedicada a Rudolf Virchow, falando sobre seu trabalho na Medicina

Legal. Afrânio apontava o médico alemão como referência na organização do serviço pericial de autópsias.

O livro *Elementos de Medicina Legal* (1914), se inicia com uma advertência explicando o que seria o campo da Medicina Legal, ressaltando que ela não é uma ciência autônoma, mas “um conjunto de aquisições de varia origem” (PEIXOTO, 1914, p.5), ela é uma aplicação de conhecimentos aos misteres da justiça, baseada em disciplinas diversas, para a aplicação do momento.

Mesmo dizendo que a antropologia criminal não é de interesse imediato do perito, essas teorias passaram as ideias de Afrânio em várias obras. Segundo Silva (2014), as ideias de Lombroso e a correlação entre as características físicas dos indivíduos com a propensão a cometer crimes, colocam em pauta nos tribunais as teorias da degeneração e a “criminalidade nata” no fim do século XIX. Essas teorias eram utilizadas para classificar os tipos de criminosos.

O criminologista Cesare Lombroso, aparece como referência em diversas obras de Afrânio Peixoto. Dentre elas a obra *Criminologia* (1933), que segundo Moreira (2012), é onde é demonstrado o seu projeto de eugenia, de restituir saúde à nação. Afrânio Peixoto trata da criminalidade em geral, mas seu foco é principalmente as mulheres, percebendo na maternidade e no aleitamento a solução para diversos problemas da prole.

Ao prefaciando a obra de Nina Rodrigues, Afrânio Peixoto escreve que “LOMBROSO sagrava-o Apostolo da An-thropologia Criminal no Novo-Mundo, apenas porque disse á Europa como no Brasil appareciam e se comportavam os factos apreci-dos e notorios do Velho Mundo” (PEIXOTO, 1938, p. 7). Segundo Afrânio Peixoto (1938), Nina Rodrigues se predispôs a estudar o Brasil e as coisas nacionais, não buscava criar uma ciência nova, mas resolver as incógnitas que assombram os laboratórios e clínicas do mundo todo, que seriam a tuberculose, o câncer, a lepra, a herança, a degeneração, a criminalidade.

Afrânio Peixoto atuou com mais engajamento em três áreas da medicina: a Higiene, a Psiquiatria e a Medicina Legal. Publicou diversas obras e escritos que contribuíram para as três áreas, a área em que Afrânio Peixoto teve menos publicações foi a psiquiatria, seus trabalhos nesta área se resumem ao seu trabalho junto com Juliano Moreira no Hospital Nacional de Alienados.

A higiene para Afrânio era vista como a salvação da população brasileira, que se via condenada a crer que o clima e a miscigenação eram o grande atraso da

nação, para Afrânio isso não era determinante, o que faltava era uma boa educação higiênica.

Segundo Silva (2014), Afrânio não teve tantas produções de fôlego no campo psiquiátrico como teve no campo de higiene e medicina legal, embora estes campos se entrelacem nos escritos sobre alcoolismo e epilepsia a partir do crime. As publicações de Afrânio Peixoto neste campo se dão mais pelos escritos em periódicos nacionais e estrangeiros, comunicações e apresentações em congressos como da Academia Nacional de Medicina. Tem um grande reconhecimento dos pares do campo psiquiátrico embora não tenha tanta produção bibliográfica dedicada a este campo.

Em 1916, assumiu a cátedra de Medicina Pública da Faculdade de Medicina do Rio Janeiro, ocupando a cadeira de Higiene, cumprindo seu objetivo de mudar-se para o Rio de Janeiro.

No período em questão estavam em alta debates em torno do higienismo, sanitarismo e ideias eugênicas, presentes nos discursos da intelectualidade do período. Segundo Abrantes (2010), a intervenção de Afrânio Peixoto, nesses debates se deu por meio de discursos médicos e pedagógicos, e eram direcionados especialmente as mulheres, que eram consideradas o pilar da família.

Segundo Souza (2012), em 1910 a hora da eugenia parecia ter chegado ao Brasil, com a influência do médico e farmacêutico Renato Kehl, grande propagandista das teorias eugênicas no Brasil. O cenário brasileiro era marcado pela grande presença de negros recém-saídos do regime escravista, como também uma grande presença de mestiços e indígenas. Um país com clima tropical, marcado pela pobreza, visto pelo mundo como uma país de incapazes e degenerados. Uma população miscigenada e boa parte dos intelectuais buscava construir um discurso menos pessimista sobre o futuro da nação, pois alguns defendiam a ideia de um branqueamento da população brasileira para que esta alcançasse o progresso e a civilização, medidas como esterilização de pessoas com caracteres degenerativos, exames pré-nupciais, marcaram algumas propostas destes médicos para esta população considerada por eles degeneradas.

Esses discursos atingiram principalmente a população pobre, o simples fato de ser mulher pobre ou negra, já era motivo para que esses médicos atribuíssem identidades preconceituosas, classificadas como indolentes, força de trabalho barata, proliferação de doenças físicas, morais e sociais que ocorria no caso das

prostitutas. Pois, esses médicos se baseavam num perfil de mulher de elite supostamente cheia de docilidade, ternura e pureza.

Ainda segundo Souza (2012), os discursos eugênicos eram confundidos com os discursos sanitaristas, visto que as primeiras obras de caráter eugênico estavam associadas pelo ideário do movimento.

O que possibilitava a união entre a eugenia e as idéias higiênico-sanitárias, quando não a sua inconfundível associação, foi o fundo neolamarckista e sua convicção na transmissão dos caracteres adquiridos. (SOUZA, 2012, p.8)

Alguns intelectuais não diferenciavam a eugenia do saneamento, como a exemplo Olegário de Moura que “sanear é eugenizar” e para Belisário da Penna que via o saneamento, a higiene e a medicina social como alicerces da eugenia.

O estilo neolamarckiano reformista da eugenia foi representado em sua forma mais pura, talvez, nas campanhas antialcoólicas da década de 1920. De há muito encarado como problema social e moral característico da população pobre e negra, particularmente, o alcoolismo foi reformulado como ‘inimigo da raça’ porque o ‘vício’ provocaria condições hereditárias ligadas ao crime, à delinqüência juvenil, à prostituição e às doenças mentais entre os pobres das zonas rurais e urbanas. O higienista e eugenista Afrânio Peixoto, por exemplo, afirmou que o álcool causava degeneração racial porque os filhos de alcoólatras eram defeituosos e predispostos desde a infância a meningite, convulsões, deficiência mental, loucura e crime (STEPAN, 2004, p. 350).

Para o médico a principal causa do mal brasileiro era a má formação e a falta de informação sendo necessário a construção de um projeto pedagógico. Apesar de muito influenciado pelas teorias lombrosianas, também defendia a visão de uma educação pautada na higiene, uma medicina preventiva. A exemplo estão os dois volumes da obra Higiene (1922)¹⁶, escrita pelo médico.

A visão eugênica em Afrânio não era pessimista a respeito da miscigenação, mas abordou com uma perspectiva higienista, apostando na higiene como forma de compensar os “desfavoráveis” de características raciais. Apoiava a vinda de imigrantes de preferência brancos e europeus com o objetivo de branquear a população brasileira.

¹⁶ Versões que obtive acesso, ambas são a 3ª edição, consegui localizar a data certa de publicação, pois alguns títulos das obras mudam, como não tive acesso as outras, não consegui fazer essas comparações.

Para Afrânio Peixoto a eugenia, era “a moderna arte ou ciência que se preocupa com uma raça humana sadia e feliz, e começa, para obtê-la, em procurar a saúde e a felicidade daqueles donde há de vir” (PEIXOTO, 1923, p. 64, *apud*, ABRANTES, 2010, p.147).

Segundo Afrânio Peixoto (1922), a higiene não se interessa somente pelo indivíduo, mas por sua ascendência e descendência. Pela visão de Darwin os ascendentes transmitem aos seus descendentes seus caracteres gerais e individuais, mas nem sempre estes caracteres são felizes, vindo a surgir deformações e degenerações, sendo necessário um auto-saneamento da espécie, feito pela eugenia, que garantiria uma raça pura e saudável. Segundo Abrantes (2010), através da imigração e da seleção sexual como meio de aperfeiçoamento do brasileiro, através da medicina legal Afrânio Peixoto desenvolveu estudos que ajudam a justificar cientificamente o racismo.

Segundo Herschmann (1996), os literatos também buscavam formas de captar a realidade através dos métodos científicos, como forma de contribuição para a construção da nacionalidade, com base no naturalismo estético, que tinha o compromisso de relatar a realidade como ela se apresentava. Assim como houve a aproximação dos literatos com o campo científico também houve a aproximação de cientistas com o campo literário, como forma de consolidar sua carreira de intelectuais.

1.5 A CONSOLIDAÇÃO DE UM INTELLECTUAL: AFRÂNIO PEIXOTO, INSTITUIÇÕES E DISPUTAS

A Academia Brasileira de Letras, Academia Nacional de Medicina, a Liga de Higiene Mental, assim como outras sociedades e instituições, se tornam o palco de disputas hegemônicas como também de conflitos e discordâncias entre os intelectuais, não sendo instituições que formam pensamentos homogêneos. Segundo Bourdieu (2010), o campo intelectual se relaciona com outros campos como o literário e o científico, pela circulação dos indivíduos entre eles, mas o que aproxima a todos é o capital simbólico que representa, o reconhecimento, a consagração.

Pensando essas instituições como espaços hegemônicos, que representam os interesses e conflitos da sociedade civil e política. As disputas do campo médico também se faziam presente nestes espaços que foram palco dos conflitos e discordâncias médicas entre Afrânio Peixoto e de Carlos Chagas, considerado um dos médicos mais promissor e reconhecido do período pela sua recém descoberta, sobre a doença que assolava o Brasil, o mal de Chagas. Segundo Bourdieu (1968), a participação dos intelectuais nas discussões do seu campo entre concordâncias e discordâncias é o que os faz pertencentes às discussões de sua época.

[...] os homens cultos de uma época determinada podem estar em desacordo quanto aos objetos que disputam, mas estão em pelo menos em acordo em disputar certos objetos. O que faz com que um pensador pertença a sua época, o que faz com que seja situado e datado, são antes de mais nada as problemáticas e temáticas obrigatórias nas quais e pelas quais pensa. (BOURDIEU, 1968, p.141).

A partir da reflexão de Bourdieu (1968) sobre as disputas nos campos intelectuais, podemos perceber que a atitude de Afrânio Peixoto ao considerar ofensivo dizer que haveriam doenças tropicais, ou típicas do clima brasileiro poderia ser levado como uma ofensa pessoal, visto que sua origem era sertaneja, como também a descoberta da doença causou certo ressentimento nos médicos que não faziam parte das pesquisas do Instituto Oswaldo Cruz como era o caso de Afrânio Peixoto, que se declarou desde o primeiro momento um questionador dos dados e dos diagnósticos lançados por Carlos Chagas.

De fato, toda influência e toda limitação exercida, por uma instância exterior ao campo intelectual é sempre *refratada* pela estrutura do campo intelectual: assim é que, por exemplo, a relação que um intelectual mantém com sua classe social de origem ou de fato é mediatizada pela posição que ocupa no campo intelectual e em função da qual se sente autorizado a reivindicar essa posição (com as escolhas que ela implica) ou inclinado a repudiá-la e dissimulá-la vergonhosamente. (BOURDIEU, 1968, p.145).

O episódio de maior repercussão aconteceu com o discurso de acolhimento de Figueiredo Vasconcelos na Academia Nacional de Medicina, proferido por Afrânio Peixoto em novembro de 1922.

Durante o vosso consulado, podereis ter feito mais, o que clama e o que reclama, mas não o quiseste. Poderíeis ter achado alguns mosquitos, inventado uma doença rara e desconhecida, doença de que se falasse muito, mas quase ninguém conhecesse os doentes, encantoada lá num

viveiro sertanejo de vossa província, que magnanimamente distribuireis por alguns milhões de vossos patrícios, acusados de cretinos. Poderíeis ter feito uma reforma sanitária gastando cinco vezes mais que Oswaldo Cruz para, para fazer cinquenta vezes menos, mas vos ficariam tempo e saldos para a crítica mercenária aos inimigos que houvésseis provocado. Poderíeis mais, e tudo o que a vaidade sem escrúpulo e a imprudência provocante podem fazer tentar. (PEIXOTO, Afrânio. **Boletim da Academia Nacional de Medicina**, n.20, 1922, p. 723, *apud*, SANTOS 2017, p. 197)

Segundo Kropf (2010), Chagas se sentiu pessoalmente ofendido e pediu ao presidente da Academia Miguel Couto que formasse uma comissão para avaliar seus estudos sobre a caracterização clínica e epidemiológica da doença e que a sua permanência nessa associação dependeria dos resultados.

Como vimos em Bourdieu (1968), embora os intelectuais de determinado período discordem a respeito de questões que discutem, ao mesmo tempo estão de acordo em discutir essas determinadas questões e é a partir dessas problemáticas que um pensador reflete que ela passa a pertencer à sua época, nos permitindo situá-lo. Assim, percebemos Afrânio Peixoto como um intelectual de sua época, alguém que participou ativamente das discussões e problemas que preocupavam a sociedade, um homem que travou disputas e reflexões dentro do campo médico e também fora dele.

Segundo Herschmann (1996), a sexualidade também é um tema que perpassou o discurso médico, pois esta seria a questão chave para a regeneração nacional. A educação sexual surgiu como como pauta principalmente para os jovens. A higiene sexual surgiu como forma de prevenção da sífilis e doenças venéreas, que juntamente com o alcoolismo e a tuberculose eram vistas como flagelo social, pois precisavam ser controladas, estes médicos apontavam a higiene como uma prevenção a estes males que seriam processos degenerativos e mantinha a sociedade longe da “civilização”, havendo uma aproximação das leis da natureza com as leis de Deus, surgindo uma preocupação moral no discurso médico.

Segundo Abrantes (2010), no início da República havia uma grande preocupação das elites dirigentes com a ordem moral e social, isso envolvia a constituição e harmonia das famílias, a partir do controle da sexualidade feminina e da disciplina das camadas populares como forma de garantir a ordem social. A visibilidade feminina nos espaços públicos, assim como sua inserção em escolas e

no mercado de trabalho trouxe uma preocupação de ordem moral quanto a conduta feminina.

Os discursos desse período sobre a situação da mulher e sua educação apontavam para um momento de transição que anunciava mudanças significativas para a sociedade e para a própria mulher. Nessa polifonia, apresentavam-se vozes conservadoras preocupadas com a dissolução de costumes patriarcais tradicionais, e também vozes mais liberais, preocupadas tanto com a modernização dos papéis masculinos e femininos sem, contudo, alterar a 'desigualdade de gênero', quanto como promover a garantia de direitos civis e sociais às mulheres. (ABRANTES, 2010, p. 145)

Dentro destes discursos sobre as mulheres e a sexualidade feminina, família e educação, a medicina exerceu um importante papel. Afrânio Peixoto como uma das grandes autoridades deste campo, buscava através do saber médico e da educação o “desenvolvimento de uma raça forte, higienizada, disciplinada, capaz de promover o progresso e manter a ordem no país.” (ABRANTES, 2010, p. 145).

Afrânio Peixoto tratava sobre temas como eugenia, higiene, loucura, criminalidade, sexualidade (defloramento, adultério, homossexualidade) e a educação das mulheres. Escreveu uma obra denominada *A educação moral da mulher* (1936). Também era considerado um dos especialistas em estudos sobre a honra feminina, associada a virgindade.(ABRANTES, 2010).

Neste capítulo traçamos uma trajetória das contribuições de Afrânio Peixoto para os campos da Higiene, Psiquiatria e Medicina Legal e percebemos, portanto, um interesse pela figura feminina e o papel das mulheres na sociedade brasileira, tanto em suas obras literárias, quanto nas científicas. As mulheres e sua sexualidade, se tornaram objeto de conhecimento e intervenção médica desde o período do Império e com a modernização do espaço urbano, passaram a ser amplamente discutidos.

Percebemos nesta trajetória intelectual de Afrânio Peixoto, a importância de se compreender um intelectual dentro do seu contexto e das suas redes de sociabilidade. Um livro ou uma obra escrita mesmo que individualmente é fruto das relações e transformações sociais de um período.

Cada intelectual empenha em suas relações com os outros uma pretensão à consagração cultural (ou à legitimidade) que depende, na sua forma, e nos títulos que invoca, da posição que ele ocupa no campo intelectual e em particular em relação à Universidade, detentora, em última instância, dos sinais infalíveis da consagração [...]. (BOURDIEU, 1968, p.135).

A vivência e contatos pessoais que um intelectual traça durante sua vida são essenciais para consagrá-lo como tal, assim como as instituições ao qual participa e os cargos que ocupa durante sua vida são definidores também.

Quando tentamos compreender uma trajetória intelectual, de acordo com Dosse (2015), buscamos entender de que modo o grupo do qual os intelectuais participam e se apropriam dos valores de uma época e os transformam, pois através do itinerário individual se consegue compreender as influências do coletivo. Não se pensa o indivíduo fora do coletivo, pois quem cria o coletivo são os indivíduos, “comunidades não pensam, só indivíduos podem pensar” (DOSSE, 2015, p. 208).

Segundo Herschmann (1996), os médicos foram os primeiros cientistas a assumir o papel de orientar os indivíduos na construção de uma sociedade civilizada, atuando de forma preventiva na normatização da vida social, sendo responsáveis pela orientação da vida privada dos indivíduos.

Essa preocupação da medicina com a normatização da vida social, fez com que se desenvolvesse neste campo várias especialidades como: a criminologia, medicina legal, higiene, a psicologia e psiquiatria, que estava voltado para a destruição de vícios e perversões, que eram causados pelos excessos e desvios dos indivíduos. Esse campo médico, produziu uma tecnologia capaz de ao mesmo tempo controlar os indivíduos, tornar eles produtivos, mas também inofensivos. Essa normatização ocorreu de forma discursiva e não como rigor de proibição, dando grande ênfase no que dizia respeito ao sexo e a sexualidade dos indivíduos.

CAPÍTULO 2- AS MERETRIZES OBJETOS DE INTERVENÇÃO MÉDICA

Afrânio Peixoto em suas obras médicas como também nas literárias demonstra grande preocupação com a educação e a sexualidade feminina. Em sua obra *Eunice, ou a educação moral da mulher* (1936), traz um panorama de como se dava a educação sexual da mulher, intitulados de “como era” e “como deve ser” pelo médico. Ele ressalta a importância de uma mãe educada sexual e higienicamente, pois caso contrário colocaria em perigo a vida dos seus filhos como também a própria vida, mas tudo isso depende da educação e não mais do que seguir a natureza.

Nesta obra Afrânio Peixoto relembrou um congresso em que estava na posição de higienista e pedia o ensino da *puericultura*, que seria a arte de zelar pelas crianças desde a escola primária ou na escola normal, porque é neste momento que as meninas se interessam pelas bonecas aprendendo a cuidá-las e na adolescência essa mocinha pensará no marido e nos filhos que irá ter.

Neste capítulo nos dedicaremos a compreender as discussões que permeavam o campo médico a respeito da prostituição, discussões a respeito do problema da sífilis e de uma regulamentação ou abolição da prostituição a partir da análise das publicações das discussões da Academia Nacional de Medicina na Revista Brazil-Médico. As discussões a respeito das obras de Afrânio Peixoto serão retomadas no próximo capítulo articulando com as discussões da Academia Nacional de Medicina e textos médicos apresentados neste segundo capítulo, buscando compreender a prostituição a partir do conceito de redes de sociabilidade presente na história intelectual. Segundo Sirinelli (1998), a partir das estruturas elementares de sociabilidade desses sujeitos, ou seja, aquilo que produziram, lugares que trabalharam e publicaram seus escritos, com quem dialogavam, o que liam, discutiam e procurando apreender certos modos de inserção que possibilitam a ascensão e a queda de determinadas ideias, produzidas por determinados conjuntos

sociais e compreendem de que forma estes indivíduos participantes de uma elite cultural produziram e mediram a cultura em seus contextos.

Mas falar sobre a mulher e a sexualidade não é um assunto da contemporaneidade como podemos pensar, é um assunto que já vem sendo pensado e discutido há séculos. Segundo Martins (2004), a questão sexual era um problema que perseguia muitos homens da ciência, principalmente os médicos. Os primeiros manuais europeus publicados sobre amor, sexo e casamento foram produzidos tanto por autores liberais quanto conservadores que contribuíram para educação sexual de homens e mulheres do século XIX, mas que foram baseados em documentações científicas e jurídicas que começaram a surgir na metade do século XVIII, pensando a respeito do sexo de cada indivíduo e na observação das diferenças entre estes.

O século XVIII e XIX, marcam uma expressiva mudança na forma de olhar as diferenças entre homens e mulheres, o cientificismo foi decisivo para a formulação de conhecimento a respeito das diferenças humanas, pois, “o ser homem e ser mulher, passou a ser uma determinação física, uma realidade comandada pela diferença de corpos” (MARTINS, 2004, p. 31), nestes séculos houve uma grande produção científica a respeito do sexo.

Martins (2004), relata que as mulheres não poderiam estudar medicina, filosofia ou se dedicar as artes, pois ao fazer isso infringiam leis naturais do seu corpo, que não foi preparado para este objetivo. Mais do que afirmar que o corpo feminino foi destinado pela natureza a função reprodutiva, a medicina da mulher¹⁷ comprovava estatisticamente que o destino feminino estava ligado estritamente ao seu corpo biológico.

Estas ideias não surtiriam efeito se não houvesse um reconhecimento da autoridade do discurso médico e científico, que como representantes da ciência, passaram a ser incorporados nos meios sociais não somente como especialistas de saúde e doenças, mas de conselheiros da arte do bem viver, adquirindo um status maior do que padres e pastores. Em meio a este discurso voltado para a família, que a mulher aparece como o corpo e o espírito da instituição familiar. O corpo feminino

¹⁷ Nesta obra “Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX”, a autora Ana Paula Vosne Martins (2004), traz a discussão de como a mulher se torna objeto de intervenção médica, especialmente para as áreas de ginecologia e obstetrícia, chamadas pela autora de medicina da mulher, áreas que se dedicavam estritamente ao corpo feminino. Mas também aborda outros campos médicos que trataram a mulher como um objeto como a Medicina legal e a criminologia.

deveria ser regulado, para que não se desvirtuasse, pois, os médicos acreditavam que ele era mais frágil.

Ainda segundo Martins (2004), a transformação do corpo feminino em objeto de conhecimento nos permite pensar em um processo de gerenciamento desses corpos, que buscavam explicar, através da natureza, hierarquias e relações de dominação reproduzidos na vida social.

Segundo Foucault (2014), no século XVII, não havia um controle sobre as práticas sexuais, a partir do século XIX o sexo foi incitado a manifestar-se. O sexo foi colocado em discurso por meio das instituições como igreja, escola, família, através de saberes médicos, pedagógicos não com a intenção de reduzir ou proibir a prática sexual, mas ao tentar administrar isso, investiga-se mais a pensá-lo, a produzi-lo. A vontade de saber sobre a o sexo é o ponto central para o controle da população e do indivíduo.

Durante muito tempo filósofos e médicos não encaravam este objeto devido a sua repugnância, entretanto, durante o século XVIII, nasceu uma incitação política e econômica para falar sobre o sexo.

Deve-se falar do sexo, e falar publicamente, de uma maneira que não seja ordenada em função da demarcação entre o lícito e o ilícito, mesmo se o locutor preservar para si a distinção (é para mostra-lo que servem essas declarações solenes e liminares); cumpre falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se. (FOUCAULT, 2014, p. 27).

Surgindo a necessidade de controlar o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição, chamado por Foucault, de polícia do sexo.

As sexualidades que não se encaixavam a este padrão de controle foram denominadas por Foucault de sexualidades periféricas¹⁸, multiplicando as condenações judiciais das perversões menores, associação da irregularidade

¹⁸ De acordo com Foucault (2014), até o final do século XVIII, três grandes códigos explícitos regiam as práticas sexuais: o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil, elas fixavam a linha divisória entre o lícito e o ilícito, cada qual a sua maneira, todos centrados nas relações matrimoniais, o sexo dos casais era sobrecarregado de recomendações e regras. O poder incita várias formas de sexualidade, designadas sexualidades periféricas. No decorrer do século eles carregavam sucessivamente o estigma da “loucura moral”, da “neurose genital”, da “aberração do sentido genésico”, da “degenerescência” ou do “desequilíbrio psíquico”.

sexual a doença mental, definindo cuidadosamente da infância a velhice uma norma de desenvolvimento sexual, organizando controle pedagógicos e tratamentos médicos.

Surge toda uma gentilha diferente, apesar de alguns parentescos com os antigos libertinos. Do final do século XVIII até o XX, eles correm através dos interstícios da sociedade perseguidos pelas leis, mas nem sempre são encerrados frequentemente nas prisões, talvez doentes, mas vítimas escandalosas e perigosas presas de um estranho mal que traz o nome de 'vício' e, às vezes, de 'delito'.[...] Incontável família dos perversos que se avizinha dos delinquentes e se aparenta com os loucos. No decorrer do século eles carregaram sucessivamente o estigma da 'loucura moral', da 'neurose genital', da "aberração do sentido genésico", da 'degenerescência' ou do 'desequilíbrio psíquico'. (FOUCAULT, 2014, p. 45-46).

É a partir dessas sexualidades periféricas, que as relações do poder com o sexo e o prazer se multiplicam e medem o corpo, penetrando nas condutas, fixam-se sexualidades rotuladas, segundo um lugar, a idade, o gosto, possibilitando a majoração desse poder. Estes discursos médicos fazem parte dessas relações de poder que permeiam a sexualidade, a partir do momento em que determinam o correto e o errado, o normal e o anormal dentro de uma relação ou ato sexual.

Os médicos buscavam uma legitimação científica que não possuíam em determinados assuntos, como a ginecologia e a obstetrícia, pois, a maioria das mulheres, principalmente das classes populares preferiam a ajuda de parteiras para a realização do parto. Segundo Martins (2004), o interesse dos médicos pelas doenças de mulheres, assim como pela obstetrícia, tinha uma razão política, aponta as sociedades gregas e romanas como exemplos, pois nestas sociedades a importância das mulheres era medida pela sua capacidade de gerar herdeiros saudáveis.

No Brasil esta realidade era muito semelhante, não foi a partir da constituição da República que a mulher e a sexualidade passam a ser objeto de intervenção médica, esse debate já aparecia em discussões anteriormente, mas com a modernização do espaço urbano, passam a ser amplamente discutidos.

Segundo Engel (2009), os desvios sexuais no caso de mulheres, aquelas que cometiam atitudes diferentes daquelas que sua condição biológica oferece como a histeria, condutas criminosas, homossexualidade, masturbação, dentre outras eram tratados como patologias mentais. Quando internadas em hospitais nas alas psiquiátricas, buscavam nas mulheres seus antecedentes pessoais, as possíveis

causas para o seu quadro, como questões emocionais ou uma sexualidade anormal, que poderia criar uma criminosa em potencial. Para os médicos, as imagens femininas estavam associadas a questões naturais, ao sentimento, as emoções, sensibilidade, já as imagens masculinas estavam associadas à cultura, a inteligência, portanto, a mulher deveria ser normatizada para o papel de esposa e mãe, pois a mulher devido sua ligação com o lado emocional, estaria mais próxima da loucura. As mulheres histéricas, eram perigosas e poderiam manifestar uma sexualidade excessiva e pervertida, que poderia escapar do controle médico.

[...] as situações que conduzem a mulher a ser diagnosticada como doente mental concentram-se na esfera da sua natureza e, sobretudo de sua sexualidade, o doente mental do sexo masculino é visto, essencialmente, como portador de desvios relativos aos papéis sociais atribuídos ao homem – tais como: trabalhador, o de provedor etc. [...] Lugar de ambiguidade e espaço por excelência da loucura, o corpo e a sexualidade femininos inspirariam grande temor aos médicos e aos alienistas, constituindo-se alvo prioritário das intervenções normalizadoras da medicina e da psiquiatria. (ENGEL, 2009, p.333).

De acordo com Engel (2009), para os médicos o período menstrual era o mais propenso ao aparecimento de doenças mentais, assim como a gravidez, o parto e o pós-parto. Já a maternidade aparece como prevenção e cura dos distúrbios mentais ligados a sexualidade, a maternidade era a essência da mulher e a cura de todos os desvios, pois o instinto materno anulava o instinto sexual, para a mulher sentir prazer durante a relação sexual era considerado anormal.

Em tempos de linguagem censurada, onde falar sobre sexo era um tabu, Del Priore (2011), aponta que os médicos eram os únicos autorizados a falar sobre prazer e sexualidade, caracterizavam os desvios para criar uma estratégia justificada, tudo que estivesse fora do coito disciplinado era considerado errado.

A saída da mulher do confinamento doméstico para o trabalho nas fábricas era vista pelos médicos e higienistas, segundo Rago (2009), como desagregação do lar pois, elas deveriam estar dentro de casa, cuidando dos seus filhos, que seriam abandonados prejudicando a formação do seu caráter, prejudicando o crescimento da nação. Porém, as mulheres já estavam presentes no cenário de trabalho e nas indústrias, muito antes do que imaginamos, em 1872, as mulheres representavam 76% da força de trabalho nas fábricas e em 1950 esses dados diminuem para 23%, isso porque no período republicano, a preocupação girava em torno da formação do novo trabalhador brasileiro, e o trabalho da mulher fora de casa prejudicava os laços

familiares. Os intelectuais-cientistas, consideravam a participação feminina no espaço público incompatível com a sua condição biológica.

Para Afrânio Peixoto (1936), a comparação entre os dois sexos apresenta uma condição de inferioridade, o médico demonstra como é monstruoso e selvagem a mulher ter que trabalhar e ser privada da sua vida feminina e ainda competir com os homens na fábrica e mesmo que algumas profissões escolham as mulheres para exercerem determinadas funções, assim como a chaga da sociedade que seria a prostituição, que é causada pela procura masculina, mas que é ofertada de forma egoísta e mal-educada pelas mulheres por conta do luxo, prazeres e conforto que outras formas de trabalho eram incapazes de prover. Percebemos em Afrânio Peixoto essa perspectiva biologizante de atribuir tarefas e papéis às mulheres a partir de capacidades físicas e biológicas determinadas pelos médicos. Segundo eles, a mulher seria biologicamente preparada somente para o exercício da maternidade e de cuidados com o lar, qualquer tarefa que fugisse a esse papel não poderia ser exercida por mulheres, como a exemplo dos seus trabalhos na fábrica e ao exercício da prostituição que era apontado principalmente como uma forma de melhorar as más condições econômicas dessas mulheres, visto que não conseguiam outros meios de subsistência.

A prostituição é uma temática que não preocupa só Afrânio Peixoto, mas a comunidade de médicos deste período, pois além de ser uma atividade considerada imoral pelos médicos, juristas e sociedade em geral, era amplamente debatida por conta de um problema sanitário e higienista, a profilaxia pública da sífilis.

2.1 AS MERETIZES COMO UM PROBLEMA MÉDICO

Assim como a sexualidade feminina, a prostituição era tratada como um problema e se tornou uma preocupação médica muito antes de Afrânio Peixoto se inserir nesse campo. Essa discussão já era feita na Academia Imperial de medicina e nas principais Faculdades de medicina do Brasil, nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador e posteriormente em 1912 na cidade de São Paulo com a criação da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo.

A autora Magali Engel (2004), analisou a prostituição e o saber médico na cidade do Rio de Janeiro na década de 1840-1890, e demonstrou que as primeiras produções médicas a respeito do espaço urbano surgiram na década de 1830, com

a criação da Academia Imperial de Medicina e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com a perspectiva de uma sociedade doente que deve ser investigada e tratada. Posteriormente com os médicos surgiu um projeto de higienização do espaço urbano e a partir deste momento a prostituição passou a ser objeto de preocupação nos textos médicos. Mas, somente a partir dos anos 1870 que a Academia de Medicina, começou a pensar medidas de controle para a prostituição.

Foi encaminhada uma representação assinada por 759 médicos residentes do Rio de Janeiro à Câmara dos Deputados solicitando medidas corretivas para atitudes tomadas por meretrizes que causavam ofensa à moralidade e prejuízo aos comerciantes, a posição tomada pela Câmara era que esta tarefa não competia a área de saúde pública, mas uma questão policial.

Os anos de 1890 representaram um marco em estudos da temática da prostituição por médicos, e o saber médico como o mais indicado para combater a profilaxia da sífilis, que começou a se disseminar apontando a prostituta como uma das principais causas, definindo-a também como doença (ENGEL, 2004).

Os debates médicos giravam em torno daqueles que defendiam a abolição da prostituição e daqueles que defendiam uma regulamentação deste ofício. Por um lado, aqueles que achavam que a melhor solução do problema da prostituição era sua proibição por outro lado aqueles que acreditavam que a prostituição era um mal necessário e que uma regulamentação seguida por um controle médico resolveria o problema.

A partir destes discursos criam-se limites entre o que é normalidade e o que é doença, no campo da sexualidade, como podemos observar:

Fixando limites entre *normalidade* e *doença* no campo da sexualidade, o discurso sobre a prostituição traz implícito um projeto de normatização higiênica do corpo, concebido não apenas num sentido físico, mas, também, num sentido moral e num sentido social. (ENGEL, 2004, p. 69).

A culpabilização das prostitutas pela disseminação da sífilis, causa um incômodo de sua presença no espaço urbano, aparecendo as primeiras medidas de repressão através do Código Penal de 1890. Segundo Aguiar (2016, p.59):

[...] a legislação não era completamente alheia ao comportamento desviante do meretrício. O Código Penal de 1890 previa como contravenção aquela

manifestação que atenta contra a ordem pública, abrindo precedentes para que a liberdade do indivíduo encontre certa limitação comportamental e possa ser vigiada e controlada. Portanto, se a troca do ato sexual por um valor monetário não era passível de intervenção, outros comportamentos relacionados com a atividade eram.

O código Penal de 1890, também apresentava punições diferentes para crimes cometidos contra mulheres “honestas” e prostitutas. A exemplo, o artigo 266, que trata sobre atentado ao pudor e violência sexual, a pena para estupro de uma mulher virgem ou honesta era de 1 a 6 anos, caso fosse uma mulher pública ou prostituta a pena era de 6 meses a 2 anos de prisão. A prostituição em si, não é apontada como crime, mas seu favorecimento sim. A maioria das sanções respondidas por prostitutas estava relacionado ao artigo 282, do Código Penal:

Art. 282. Offender os bons costumes com exhibições impudicas, actos ou gestos obscenos, attentatorios do pudor, praticados em logar publico ou frequentado pelo publico, e que, sem offensa á honestidade individual de pessoa, ultrajam e escandalisam a sociedade (BRASIL, 1890)¹⁹

A presença da prostituta no espaço urbano causava incômodo às famílias “de boa moral”, pois as prostitutas na classificação de Chalhoub (1996) eram consideradas “classes perigosas”. No período de início da República, a intenção era modernizar o país, e para isso era necessário a eliminação destes indivíduos, retirá-las do centro urbano e jogá-las para uma região mais afastada como aconteceu com a derrubada dos cortiços habitados por escravos recém-libertos. Como vimos anteriormente o movimento higienista e sanitaria tiveram grande papel nestas transformações.

Com a modernização do espaço urbano pelo desenvolvimento industrial, os papéis femininos foram reforçados cada vez mais, a mulher aparece como o “sexo frágil”, feita para o lar e para a maternidade.

A consequência dessa visibilidade da mulher no espaço urbano é a vigilância sobre seus atos e a elaboração de uma nova imagem da mulher, aquela que se preocupava com frivolidades, com beleza, nascendo então a consumidora fútil, sempre preocupada em se produzir, mas sem parecer uma prostituta. O que

¹⁹BRASIL. Decreto Nº 847, de 11 de Outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Rio de Janeiro:1890. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 21 de jan. 2019.

Rago (2008) chama de *espectro da prostituta*, a ameaça constante em que cai a mulher em ser confundida com a “decaída”.

Na obra “*Do cabaré ao lar: a utopia da sociedade disciplinar- Brasil 1890-1930*” (1997), Margareth Rago, mostra que a prostituição era classificada pelo saber médico como um “vício” que poderia contaminar todo o corpo social, tendo como precursor o médico sanitarista francês Alexandre Parent-Duchâtelet. O médico era especialista em esgoto e higienização e elaborou um projeto sanitarista na cidade de Paris no século XIX, fazendo um minucioso estudo sobre origens da prostituição, a clientela, idade, hábitos. Suas ideias são disseminadas em vários países na Europa e também no Brasil até o surgimento das teorias abolicionistas que questionavam um enclausuramento da chamada “sexualidade vagabunda”. Seguindo seus passos vários médicos brasileiros tomaram os prostíbulos e prostitutas como lugar de análise, onde classificavam e identificavam hábitos e realizam diagnósticos classificando-as fora da normalidade sexual.

Apontam como traços característicos das prostitutas a preguiça, aversão ao trabalho e uma perseguição pelo prazer, que vive em função do desejo libidinal, “a prostituta construída pelo discurso médico simboliza a negação dos valores dominantes, “pária da sociedade” que ameaça subverter a boa ordem do mundo masculino.” (RAGO, 1997, p.90).

Mary Del Priore (2011), cita a obra do médico Lassance Cunha “*A prostituição, em particular no Rio de Janeiro*”, segundo ele foi através dos prostíbulos que começou a surgir a noção de prazer sexual.

As francesas eram renomadas por introduzir homens maduros e adolescentes às sutilezas do amor, por revelar delicadezas eróticas aos mais velhos. Só que, ao frequentar o bordel, o homem corria o risco de aprender práticas que ele não poderia, de forma alguma, transmitir a sua legítima esposa. Afinal, uma mulher de princípios nada devia saber sobre sexo. Pais endinheirados pagavam cortesãs para iniciar seus filhos. (DEL PRIORE, 2011, p.87).

A prostituição surgiu como uma ameaça a família, na tradição religiosa cristã, a imagem da prostituta estava associada a sujeira, a doença, “a mulher que se deixasse conduzir por excessos, guiar por suas necessidades, só podia terminar na sarjeta, espreitada pela doença e miséria profunda” (DEL PRIORE, 2011, p.89), a prostituta era guiada pelo dinheiro e por conta deste colocava a honra e as grandes fortunas em risco.

Segundo Aguiar (2016), no século XX, a maioria das cidades possuíam regiões que reuniam prostitutas, as chamadas “zonas”, as mulheres eram classificadas em diferentes grupos, alto e baixo meretrício e intermediárias, classificação que sofreu alterações conforme a modernização das cidades. Cabia, portanto, ao poder público, responder as recomendações de médicos e intelectuais, realizando trabalhos de vigilância e do comportamento.

2.2 REGULAMENTAR OU NÃO REGULAMENTAR A PROSTITUIÇÃO? EIS A QUESTÃO

No início do século XX, já no contexto republicano, as páginas do recém-criado Jornal *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, demonstrava a preocupação da população com a presença das meretrizes nas ruas, e com sua falta de pudor, exigindo que polícia tomasse alguma providência para resolver o caso.

A polícia que tão energética, por vezes, se tem mostrado com a baixa prostituição, deve também pôr cobro a uns tantos abusos, de uma das mulheres domiciliadas na Rua Senador Dantas.

Hontem as famílias residentes nas ruas Marrecas, Passeio e Evaristo Veiga foram gravemente ofendidas no seu pudor pelas scenas revoltantes de que foram theatro os fandos da casa de famosa pensão, que a polícia bem conhece.

Esperamos do sr. Chefe de polícia uma enérgica providência e pomos a seu dispor a carta em que se nos narram os factos, que dão motivo a justa indignação dos moradores vizinhos. (CORREIO DA MANHÃ, 21 de agosto, 1901)

Percebemos no discurso da imprensa, a tentativa de tentar mobilizar a polícia para que agisse de forma mais efetiva sobre a presença de prostitutas nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, pois as famílias residentes nas ruas onde houve o acontecido ficaram gravemente ofendidas no seu pudor com as cenas. A preocupação é principalmente com a moral das famílias “de boa conduta” que residem nestes lugares.

Após dois anos, ainda nas páginas do *Correio da Manhã*, temos a publicação de uma portaria pelo Delegado da 8ª urbana aos seus inspetores. Esta portaria, não considerava a vagabundagem um crime por completo, mas a considerava como um estado antissocial permanente, que precisava de medidas para que fosse combatida. Por vagabundo, citando o código Penal de 1842, se

entendia aquele que vagueia sem domicílio, sem trabalho ou meios de subsistência, mas também aquele que a utiliza como meio de ocupação, proibida por lei e ofensiva a moral e os bons costumes. Sobre a prostituição a notícia afirmava que:

Attendendo a que a prostituição, sobre ser ocupação reprovada como ofensiva da moral e dos bons costumes nunca foi considerada profissão para o fim de ser publicamente tolerada, sendo que as meretrizes não gozão de consideração civil por falta de boa fama. (CORREIO DA MANHÃ, 23 de março, 1903).

A notícia também debate o fato de alguns países terem regulamentado a prostituição, mas que o intuito seria de coibir o escândalo público, mas nunca de reconhecer a prostituição como profissão. Enfatizando a não regulamentação da prostituição no Brasil, como também a punição daqueles que favorecem a mulher a esta atividade, que estava previsto no Código penal de 1890, artigo 277.

A portaria decretada pelo delegado, autorizava a vigilância policial de prostitutas para assegurar o respeito e a moral pública, dizendo que legalmente toda meretriz é vagabunda, pouco importando a casa que habite, que poderiam ser processadas com o artigo 6, da lei 628, de 28 de outubro de 1899, que tratava das prisões em flagrante, e em conformidade com o artigo 399 do Código Penal de 1890, que considerava crime prover a subsistência por meio de uma ocupação proibida por lei, ou que fosse ofensiva da moral e dos bons costumes.

No entanto a prostituição nunca foi enquadrada como crime, mas em relação as prostitutas algumas medidas deveriam ser adotadas para inibi-la, segundo o Jornal Correio da manhã deveriam ser as seguintes:

- a) Que intirem a vir a esta delegacia qualquer meretriz notoriamente conhecida como tal, que for vista em exibição nas portas ou janelas;
- b) Que façam prender aquellas que nas ruas ou logares frequentados pelo publico, demonstram de modo inequivoco a escandalosa e reprovada occupação a que habitualmente se entregam; (CORREIO DA MANHÃ, 23 de março, 1903)

Ainda nas páginas do *Correio da Manhã*, em 1904²⁰, temos a publicação de uma discussão a respeito da prostituição e a lei, que ainda debate as medidas que deveriam ser tomadas para a solução desse problema no Brasil. Pois, segundo o Jornal, o presidente Campos Salles em 1900 teria ido a Argentina e admirado a

²⁰ Jornal Correio da Manhã, 23 de Abril, 1904.

excelência dos bordéis luxuosos, querendo trazer essas ideias para o Brasil para a solução do problema da prostituição, com a intenção de enclausurar o vício e submetê-lo diretamente a vigilância policial, mas não houve tempo de providenciar essa autorização de regulamento, pois Campos Salles retirou-se da governança, e neste período a polícia deu grandes exemplos da sua incapacidade de repressão aos excessos das meretrizes, que era necessário que os policiais tomassem algumas medidas sérias como retomar a assinatura do *termo de bem viver*²¹, que segundo o Correio da Manhã “toda gente sabe que elle se aplica - *as prostitutas que perturbam o socego publico*” (CORREIO DA MANHÃ, 23/01/1904)²². As medidas necessárias deveriam vir após o segundo ou terceiro aviso às prostitutas, que deveriam ser autuadas regularmente deixando de ser necessário o flagrante. A notícia novamente enfatiza com o Código Penal a punição de quem ofende a moral e os bons costumes.

A imprensa não era a única preocupada com a prostituição e sua presença no espaço urbano, os médicos também se demonstravam muito interessados em debater esta problemática, também voltados não somente para a resolução do problema da sífilis, mas também perpassados por uma visão moralizante.

A preocupação médica com a prostituição não desapareceu com o início do século XX, muito pelo contrário, ela era amplamente debatida na Academia Nacional de Medicina, pela mesma preocupação anterior a profilaxia pública da sífilis. Esses debates eram marcados pelas discussões do movimento higienista e sanitarista que buscava neste contexto a modernização da cidade do Rio Janeiro, a partir da eliminação das chamadas “classes perigosas”, em busca de uma nação sadia e pura.

No texto publicado pelo médico Carlos Seidl, na Revista Brazil-Médico, em 1901²³, ele apresentou as impressões de uma viagem que fez a Argentina sobre vários assuntos dentre eles a saúde pública e a prostituição, ressaltando os pontos positivos de como funcionavam esses serviços em Buenos Aires, fazendo comparações com o que falta e o que deveria ser feito no Brasil.

²¹ São documentos processuais, amparados no Código do processo Criminal desde 1830, muito utilizado pela elite agrária imperial com a finalidade de coagir condutas e perfis de indivíduos que fugiam do padrão de tolerância da sociedade.

²² Ano IV, edição 1045

²³ Brazil-médico, Anno XV, nº31, 1901, p. 299.

Segundo Pereira (2005), em 1875, foi regulamentada a prostituição em Buenos Aires a partir de sucessivas ordenanças municipais e inspirada no modelo francês²⁴, a partir de argumentos higiênicos e morais. A capital argentina criou um status legal para as prostitutas públicas, definindo regras para sua circulação, horário, condições de trabalho e moradia.

Segundo Seidl (1901), a vigilância sobre o exercício da prostituição em Buenos Aires faz parte da repartição de Assistência pública, e é tratada como uma medida de profilaxia urbana e executada com maior rigor. Todas as mulheres que exercem a prostituição eram obrigadas a se inscrever no Dispensário de Salubridade, onde faziam uma matrícula com nome e apelido, idade, nacionalidade, filiação e demais dados para identificação, deveriam entregar três fotografias, uma ficaria no dispensário, uma enviada para a polícia e a outra é colocada na caderneta entregue a prostituta, esta caderneta deveria ser apresentada pela prostituta sempre que funcionários, municipais, policiais e clientes o exigissem.

Nesta caderneta ficavam registradas as visitas médicas que deveriam acontecer semanalmente e o status de sã ou enferma. A inspeção médica acontecia duas vezes por semana, todas as prostitutas eram obrigadas a comparecer e pagavam a quantia de um peso, poderiam ser examinadas em seu domicílio, mas pagavam uma quantia maior. A inspeção era feita com minúcia na cavidade bucal e nos órgãos genitais, os *speculuns*²⁵ eram esterilizados em água fervente antes de serem utilizados e cada um servia a uma mulher. A mulher que fosse encontrada doente de moléstia venérea era encaminhada ao Hospital Norte e só saíam de lá curadas. Este Hospital era destinado exclusivamente as mulheres e especialmente as prostitutas consideradas doentes, segundo a descrição do médico era um Hospital moderno com a capacidade de 200 leitos e afastado do centro da cidade. Se fazia um exame minucioso e muitas vezes constrangedor o que fazia com que muitas mulheres escapassem a essa inspeção.

²⁴ Segundo Pereira (2005), no exterior o debate se centrava no sistema francês, que previa a reclusão de prostitutas em casas de tolerância com exames médicos periódicos obrigatórios e internação forçada para as que apresentavam doenças venéreas. Segundo Carrara (1996), a regulamentação da prostituição foi instituída em Paris no início do século XIX, mas não visava prioritariamente as doenças venéreas, mas sim combater a libertinagem, proteger a moral das famílias, moralizar e disciplinar o espaço público.

²⁵ Instrumento médico capaz de enxergar e examinar um paciente no interior de uma cavidade, ao qual não é possível uma abordagem direta.

Para registro no dispensário não eram aceitas mulheres menores de 18 anos, as meninas que fossem pegas realizando tais atividades eram encaminhadas ao Hospital Norte e ficavam à disposição do juiz na defensoria de menores.

Os prostíbulos eram rigorosamente fiscalizados e cada um deles possuía uma matrona ou gerente responsável.

Segundo Pereira (2005), a cidade de Buenos Aires ganhou fama internacional como um dos grandes centros de tráfico de mulheres, e esta má fama afetou também a cidade do Rio de Janeiro por ser um ponto de chegada alternativo. Na capital argentina as crianças eram alugadas por pagamentos mensais por seus pais nas casas de prostituição. Somente em 1913 com a lei Palácios que a capital argentina passou a reconhecer e punir a coerção de mulheres ao trabalho sexual.

No Brasil não havia a regulamentação da prostituição, mas a punição já era prevista no Código Penal de 1890, como vimos anteriormente com Engel (2004), já haviam diversas discussões que permeavam o assunto da regulamentação apesar dessas discussões nunca chegarem a uma solução para esta problemática.

Segundo Carrara (1996), no cenário internacional a partir dos anos 1870, que a regulamentação começou a entrar em xeque. Fora do meio médico se iniciou um movimento pela erradicação do trabalho escravo, que teve início na Inglaterra, empreendida por meios protestantes e pela líder feminista Josephine Butler. Em 1877, foi fundado em Genebra a Federação Britânica e Continental pela abolição da prostituição, destinada a pressionar os governos europeus regulamentaristas.

No Brasil, as críticas abolicionistas e regulamentaristas giravam em torno de três ordens: Primeiro seria o **critério de eficácia**, justificando a ineficiência da regulamentação e o aumento da clandestinidade. Segundo seria o **critério jurídico-político**, considerando a medida antiliberal e despótica, pois tirava as prostitutas do direito comum e as colocava sob o arbítrio da polícia, como também as medidas afetariam somente as mulheres. Terceiro, seria a **moralidade**, com a justificativa de que a regulamentação reconheceria a profissão e legitimaria o duplo padrão de moralidade, que permitiria aos homens o que era vetado as mulheres, o exercício sexual sem fins reprodutivos. Os abolicionistas defendiam a criminalização da atividade de prostituição e dos agenciadores, como também um trabalho de recuperação das decaídas. O combate ao vício e a moléstia deveria acontecer através da educação e propaganda. (CARRARA, 1996).

Ainda segundo Carrara (1996), no final do século XIX, estavam em alta as ideias do sifilógrafo francês Jean Alfred Fournier, que influenciaram as ideias dos médicos brasileiros no debate sobre a regulamentação em 1890 na Academia Nacional de Medicina. As pautas eram baseadas nas conferências realizadas sobre o assunto devendo ser implementadas através da rede de Sociedade Internacional de Profilaxia Sanitária e Moral. Em 1902, ocorreu a criação da *Sociedade Brasileira de Prophylaxia Sanitaria e Moral*, sob a presidência de Pizarro Gazibo e Werneck Machado, foi criada por uma iniciativa regulamentarista, por Bruno Chaves, incumbido de criar a filial brasileira desta sede, durante a 1ª Conferência Internacional de Profilaxia da Sífilis que ocorreu em Bruxelas em 1899.

Com o início do século XX, houve a revogação de várias regulamentações, até o 1º Congresso Internacional de Dermato-Sifilografia que aconteceu em Paris, o meio médico estava bastante dividido e em 1902 as ideias abolicionistas prevaleceram. No Brasil até 1890, os médicos tendiam a defender a regulamentação, o principal defensor das ideias regulamentaristas baseado nas ideias de Fournier e do sistema francês, era Antonio José Pereira da Silva Araújo, que criou a Revista *União Médica*, para adotar ideias e pressionar as autoridades imperiais a regulamentar.

Como percebemos até o início do século XX, ainda se debatia o mesmo problema na Academia Nacional de Medicina a prostituição e a disseminação da sífilis, esta discussão perdurou várias décadas, alguns anos aparecendo com maior ênfase em outros menos, mas nunca deixada de lado, porém nunca houve um consenso sobre os limites desta intervenção ou um projeto efetivo a respeito da temática.

Segundo Carrara (1996), com o advento da República, o controle sanitário e a profilaxia da sífilis voltavam a preocupar o governo e a polícia, o chefe de polícia do Rio de Janeiro Sampaio Ferraz, chegou a enviar o médico Ernani Pinto a Buenos Aires para estudar a regulamentação ali adotada. Em 1900, durante o 4º Congresso de Medicina e Cirurgia que ocorria em Buenos Aires, Ernani Pinto propôs um projeto de regulamentação da prostituição comissionado por Sampaio Ferraz, a oposição veio do médico Theophilo Torres, que contribuiu para que o projeto não recebesse apoio no Congresso, este mesmo médico apareceu como personagem de algumas discussões ocorridas sobre a temática na Academia Nacional de Medicina.

A tese de Flaviano Innocencio da Silva sobre a *Prophylaxia Publica da Syphilis* (1900), apresentada a Faculdade de medicina da Bahia, tem um capítulo em específico sobre a Sífilis e a prostituição. Silva apresenta a prostituição como o fator mais importante de disseminação da sífilis, compromete a família, abastardando e até extinguindo a raça. Para Silva (1900), a prostituição seria inextinguível porque é um mal necessário, mas não significa que ela deva existir em liberdade, apontando para uma regulamentação, pois exercida sem restrições, carrega a sociedade de moléstias venéreas e abalam os alicerces da moralidade. Segundo o médico, todos os governos de países civilizados adotaram um sistema de regulamentação da prostituição para combater a sífilis.

Em 1902, a temática de regulamentação da prostituição apareceu novamente nos debates da Academia Nacional de Medicina, sendo publicadas estas discussões na Revista Brazil-Médico, proposta pelo Dr. Publio Mello²⁶, como um meio de combate a sífilis, julgando a temática de extrema importância e que esta deveria ser incorporada nas próximas sessões da Academia. Em resposta ao médico o Dr. Theophilo Torres declarou que votaria contra esta regulamentação, mas concorda com Publio de ser um assunto de extrema importância. O médico Souza Lima também se manifestou, sobre a importância de debater este assunto já que o autor do projeto apresentado ao Senado não cogitou visitas médicas.

Segundo Carrara (1996), em 1902, o Médico e Senador Lopes Trovão, havia proposto ao senado um projeto de regulamentação da prostituição, que causou um alvoroço na Academia Nacional de Medicina que voltou a ser palco destas discussões.

Percebemos a preocupação dos médicos em não aceitar a regulamentação, pois, segundo eles a questão estava sendo encarada somente pelo lado moral e não cogitaria uma vigilância médica e que o projeto facilitaria a profilaxia da sífilis.

Nas sessões seguintes da Academia²⁷ a discussão já aparece como **“Regulamentação da prostituição como meio profhylatico da syphilis”**, o médico Publio de Mello inicia a discussão falando sobre o projeto proposto no Senado e que este assunto interessa muito aos higienistas e que conhecem os perigos da sífilis e não ignora o fato de que a regulamentação do meretrício não traria resultados como meio profilático, trazendo um estudo histórico da prostituição acrescentando que

²⁶ Brazil-Médico, ano XVI, 1902, nº 41, 42,45, p.414, 434,452.

²⁷ Brazil-Médico, ano XVI, nº42, 1902, p. 434-436.

regulamentá-la é legitimá-la, seria um atentado a moral e legitimaria o vício. Esta regulamentação também favorecia a prostituição clandestina, dando exemplos dos países que regulamentaram e se arrependeram, pois não obtiveram resultados. Este Projeto faz crer à população que a prostituição é um meio de vida honesto.

Theophilo Torres julga a prostituição não uma chaga, nem um mal necessário, mas um produto da civilização ao qual sempre existiu e há de existir, mas o problema que interessa é somente a propagação da sífilis e não acredita que a regulamentação possa trazer resultados satisfatórios e aconselha a formação de ligas contra a sífilis como as já existentes e aplaude as conferências do Dr Gazibo (Presidente da Sociedade Brasileira de Prophylaxia Sanitaria e Moral). Torres aponta também a importância de falar da sífilis para os jovens nos Colégios, os meios de tratar e evitar a doença.

Werneck Machado se manifesta dizendo que o problema da sífilis e das moléstias venéreas é que é um problema muito vasto, não pretende discutir o projeto apresentado ao Senado, embora considere a discussão importante, considera que o projeto estaria mais bem colocado se estivesse figurado nos capítulos do Código Penal, e ao médico cabendo o estudo da parte higiênica, não deixando de merecer sua atenção para a parte moral. Machado apresenta as discussões que ocorreram dois anos antes em Bruxelas no 4º Congresso Internacional de Dermatologia e Syphiligraphia, que deu início a Sociedade Brasileira de Prophylaxia Sanitaria e Moral no Brasil, neste Congresso uma das pautas amplamente debatida foi a regulamentação da prostituição, demonstrando o quanto ela é ilusória. Termina dizendo que antes de se pensar em uma regulamentação é necessário que se pense na fundação de hospitais especiais ou enfermarias especiais nos hospitais existentes.

A prostituta não é o tratamento para a sífilis e nem a doença em si, mas se torna um dos meios efetivos para o combate à doença. Pois, estes médicos apontavam a prostituição como o principal meio de transmissão da sífilis, e o controle sobre a prostituição poderia evitar que a sífilis se espalhasse. Por isso que os a maioria dos médicos se apresentavam como abolicionistas apontavam algumas propostas para o controle da prostituição, que se assemelhavam as medidas de controle apresentadas pelos chamados regulamentaristas.

Na sessão seguinte²⁸, o debate continua e o médico Souza Lima se posiciona também contra a regulamentação, propondo que o melhor meio profilático é a instrução do povo, como também a exigência de um atestado de sanidade para realização do matrimônio, que seria o exame pré-nupcial. O Dr Werneck Machado discorda de Souza Lima nesta medida dizendo que vai contra o sigilo profissional.

Na última sessão²⁹ Publio de Mello apresenta algumas conclusões:

A Academia Nacional de Medicina attendendo aos grandes males da syphilis produz, já no proprio individuo, já na sua prole, constituindo-se um verdadeiro perigo social, faz votos para que sejam adoptadas medidas prophylaticas, que possam reduzir ao mínimo os efeitos terríveis desta moléstia, factor de assinalada preponderancia na decadencia das raças. Para obtenção dos fins desejados, devem ser adoptadas as seguintes medidas:

1º Ampla divulgação por cursos públicos, conferencias populares com projecções, avulsos impressos, etc., dos perigos da syphilis e das molestias venéreas, quando descuradas ou mal tratadas.

2º Creação de enfermarias especiaes nos hospitais geraes e de hospitais especiaes para o tratamento especifico

3º Creação de postos médicos para tratamento gratuito e divulgação de conselhos sobre a gravidade da moléstia

4º Inspecção rigorosa dos corpos arregimentados do exercito e da armada

5º Exame obrigatório das amas de leite

A regulamentação da prostituição, por muitos julgada medida de prophylaxia, tendo, em todos os paizes onde foi adoptada e ensaiada, dando resultados negativos, não deve ser incluída entre as diversas medidas que tenham de ser tomadas na lucta contra esta moléstia, por ser, além de tudo, medida immoral, medida attentatoria da liberdade individual, de alcance unilateral e de resultados funestos, pois, longe de diminuir, mais incrementa a disseminação da syphilis, favorecendo a prostituição clandestina. (BRAZIL-MÉDICO, ano XVI, nº47 1902, p. 478)

O médico Souza Lima, diz concordar com propostas de Publio de Mello, pois insiste que deveria ser colocado o exame pré-nupcial como uma medida, cita a lei do casamento civil que já prevê o pedido deste atestado e que não há cabimento ali para o segredo médico, discordando da posição de Werneck Machado. Recebe apoio dos médicos Theophilo Torres e Augusto Hygino. O médico Costa Ferraz se posicionou contra a medida pois, para ele o casamento é um ato voluntário e é contrário a intervenção da Academia neste assunto, pois isto é uma questão que compete somente a família para a conservação da espécie. Tendo esquentado o clima nas discussões no palco da Academia.

Em resposta Souza Lima, se manifestou dizendo que a medicina pública não é indiferente aos interesses da família e da sociedade, entendendo que ou se deve

²⁸ Brazil-Médico, ano XVI, nº45, 1902, p. 452.

²⁹ Brazil-Médico, ano XVI, nº47, 1902, p. 473.

riscar toda a intervenção pública ou ampará-los dos meios necessários. Costa Ferraz se manifesta novamente contrário a regulamentação e que Publio de Mello havia sido muito brando na redação dos artigos. Souza Lima insiste para que se inclua a execução prática do art. 20 sobre a lei do casamento civil e o exame pré-nupcial e que fosse proibido o casamento a quem se achasse nas condições aludidas. Por fim, todas as conclusões foram adotadas.

O texto do médico Pires de Almeida sobre a *Libertinagem no Rio de Janeiro* também publicado na Revista Brazil-médico em 1902³⁰, no mesmo período em que o debate sobre a regulamentação do meretrício está em alta na Academia Nacional de Medicina, porém, o texto de Pires de Almeida apresenta algumas posições contrárias as ideias abolicionistas dos médicos da Academia quando trata sobre a prostituição.

Pires de Almeida inicia seu texto falando sobre a prostituição entre os “selvagens”, justificando sua existência prostituição muito antes de se conhecer a existência do Brasil. Sobre a prostituição na cidade do Rio de Janeiro, Almeida relata que ela se tornou documentada em 1798, pelo Senado da Câmara. Considerava que nos fins do século XVIII, a prostituição era pequena, que foi no início do século XIX, com a chegada da Corte Real Portuguesa, a partir do aumento da população e abertura dos portos que a prostituição no Brasil teve um impulso. O médico tenta demonstrar o quão natural seria este crescimento prostitucional devido ao aumento populacional. Ressalta o fato de que nos três anos após a abolição da escravidão o número de mulheres estrangeiras que chegaram ao Brasil para se prostituir quadruplicou, sendo também uma das causas para o aumento de meretrizes como forma de subsistência, mas a coloca como **necessária** para satisfação dos desejos libidinosos, sua diminuição aponta afrouxamento nos costumes da família e devido ao seu desenvolvimento tão grande é necessário se perguntar se ela deve ser regulamentada, nas palavras de Almeida:

Si a prostituição é um mal necessário, si é uma ferida que cumpre conservar aberta para indiretamente não levar a desorganização a um órgão vital do corpo social, nem por isso se deve deduzir que o assumpto não deva preocupar a atenção dos hygienistas e dos moralistas. A prostituição deve ser contida dentro de certos limites, que, infelizmente, fôram de muito ultrapassados entre nós. Deve principalmente evitar-se que ella se

³⁰ Brazil- Médico, ano XVI, nº 16, 1902, p. 153; nº10 p. 185; nº22 p.217; nº23, p. 225. O texto é dividido em várias edições da revista, trabalhando não somente sobre a prostituição, mas da libertinagem, os costumes que afligem a moral.

apresente com demasiada imprudência; contra seus ataques cumpre principalmente proteger a infância, e as meninas e moças desprotegidas da sorte. (ALMEIDA, 1902, p.225)

Almeida não se posiciona contra a prostituição, muito pelo contrário, aponta para a regulamentação e para que os poderes públicos voltassem sua atenção para os debates travados na Academia Nacional de Medicina nos anos 1890, pois a prostituição sem uma vigilância derramaria sífilis pela população, e com o aumento desta infecção são necessários cuidados profiláticos.

Durante o ano de 1902, foi travado um amplo e árduo debate sobre a regulamentação da prostituição no Brasil, não obtendo uma homogeneidade de pensamento no meio médico, assim como existiam aqueles que se posicionavam a favor e aqueles que se posicionavam contra a regulamentação, não havia unanimidade, entretanto alguns concordavam com apontamento do lado abolicionista e outros do lado regulamentarista.

Afrânio Peixoto não participou desta discussão no palco da Academia Nacional de Medicina, mas não deixa de expressar a sua opinião sobre a temática e publica um texto em 1904 na Gazeta Médica da Bahia intitulado “*Prophylaxia publica da syphylis e enfermidades venéreas*”³¹, e publicado posteriormente na *Brazil-médico*. O texto seria um relatório apresentado ao 2º Congresso Médico Latino-Americano, realizado em Buenos Aires em Abril de 1904, neste período Afrânio Peixoto, trabalhava no Hospital Nacional de Alienados, onde posteriormente se tornou diretor.

Neste texto Afrânio Peixoto (1904), aponta a prostituição como causadora da sífilis e das demais moléstias venéreas. Segundo Carrara (1996), em 1904, Afrânio assumia posições anti-regulamentaristas e em 1913, quando já era professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro reafirmava sua posição em sua obra *Elementos de Higiene*.

A argumentação anti-regulamentarista de Afrânio Peixoto é particularmente interessante pelo fato de procurar retirar claramente a questão do campo da moralidade, rompendo com o caráter moralizador do discurso abolicionista. (CARRARA, 1996, p.183).

³¹ Gazeta Médica da Bahia, vol. XXV, nº12, junho, 1904

Em 1905, é publicado também pela Revista Brazil-Médico³² algumas medidas contra sífilis, propostas por Theophilo Torres, apontando a regulamentação do meretrício às visitas médicas, o internamento forçado dentre outras medidas regulamentaristas como não aconselhável, aponta para medidas punitivas para cafetões e a educação como indispensável para o combate do contágio a sífilis, como também a criação de dispensários para o tratamento das moléstias venéreas e ao mesmo tempo núcleo de propagandas e a inclusão da sífilis e moléstias venéreas no quadro de notificação compulsória.

Em 1907, a discussão é retomada por um pronunciamento de Werneck Machado na Academia Nacional de Medicina, posteriormente publicada no Brazil-Médico³³ sobre o tratamento da sífilis e também pela comunicação de Alfredo Porto na Sociedade Brasileira de Medicina e Cirurgia, que contesta a comunicação do médico Egas Muniz, sobre a ineficiência do tratamento mercurial da sífilis, pois Machado o considera o único meio específico para o tratamento da sífilis.

Outro texto que nos chama a atenção é de Alfredo Porto, intitulado “Pro Syphilis”³⁴, onde cita as leis, falando sobre a necessidade do seu estabelecimento, pois a sífilis não provém destas leis e infrações e a sociedade não deveria se envergonhar de constatar tal doença nos indivíduos. Porto traz em seu texto algumas proposições sobre a sífilis em cada sexo e estado civil, a exemplo, a sífilis no homem não casado, a sífilis no homem casado, e o que mais nos chama a atenção, **a sífilis na mulher e a sífilis nas mulheres rigorosamente honestas.**

3º Syphilis na mulher- mais delicado e difícil é a averiguação etiologica da syphilis na mulher. Sob o ponto de vista que nos interessa, devemos estudar separadamente a syphilis nas mulheres que repudiaram todos os laços que as prendiam á moral social e nas mulheres de vida honesta ou pseudo-honesta.

Vergonhoso será o reconhecer a existência da prostituição, mas não compreendemos em que esta vergonha pode ser agravada com o fato de uma prostituta contrair syphilis. Da mesma forma quando uma mulher de vida pseudo-honesta tem a infelicidade desse syphilisar por via venérea, já a sociedade está sciente da sua conducta, que a cada passo a expõe áquella desgraça. A vergonha de um crime não depende da extensão dos danos causados, variável por circunstancias alheias á vontade do criminoso, mas sim na pratica deliberada de actos conducentes ao crime.

4º Syphilis nas mulheres rigorosamente honestas- como estudamos unicamente as infecções venereas, este grupo abrange apenas a syphilis resultante de contágio da mulher pelo marido, quer directamente, quer por intermédio do producto da concepção. Em nossa opinião é, talvez, a única

³² Brazil- Médico, ano XIX, nº 31, 1905, p. 310.

³³ Brazil-Médico, ano XXI, nº 15, 1907, p. 319, p. 327.

³⁴ Brazil- Médico, ano XXII, nº 27, 1908, p. 261.

forma vergonhosa da syphilis. Toda vergonha do facto recahe, porém não sobre a infeliz victima, mas exclusivamente sobre todos que têm entretido e alimentado o preconceito que procuramos destruir. E elle que, impedindo tratamento rigoroso dos jovens syphiliticos, e dificultando a vulgarisação de conhecimentos sobre o contagio, herança, therapeutica, etc., da syphilis, permite que muitos desses jovens, ou inconscientemente, ou mesmo confiantes em conselhos erroneos e levianos, maculem o thalamo nupcial, transmittindo a syphilis á sua mulher logo nos primeiros mezes de casamento. E' realmente vergonhoso que a sociedade ainda seja testemunha de gantos factos desta natureza! (PORTO, 1908, p. 263)³⁵

Na citação de Porto, é enfatizada que a sífilis nas mulheres públicas deveria ser estudada separadamente dos casos de sífilis em mulheres honestas, pois seria vergonhoso reconhecer a existência da prostituição, mas grave é se a prostituta contrai sífilis, mas entre essas mulheres a sociedade está ciente da sua conduta, diferente da mulher honesta que tem o seu meio de contágio pelo marido, mas a vergonha recai sobre ela, que não seria culpada pela sua contaminação.

No final do texto, Porto faz um apelo em nome dos sagrados interesses profiláticos uma maior benevolência e equidade para a sífilis, onde o maior crime é aquele que a moral não soube impedir.

Em 1913, a profilaxia pública da sífilis volta a ser objeto de discussão na Academia Nacional de Medicina³⁶, com o médico Neves Armoud demonstrando preocupação com a indiferença de que é tratada a sífilis na Capital, pois os elementos de contágio a procuram-na como refúgio. O médico Olympio da Fonseca propõe que a discussão seja ampliada abrangendo também as moléstias venéreas. Werneck Machado aponta para a importância da discussão, onde todos querem e exigem providências, mas nem todos têm a coragem necessária para encarar um dos maiores flagelos que seria a sífilis, pois não adiantaria nada a luta contra o alcoolismo e a tuberculose se não for incluída nela também a sífilis. Retomando a mesma discussão que aconteceu em 1902.

Neves Armoud, propõe a criação de uma comissão que crie um plano de estudo para ser enviado ao governo para que fossem colocadas em prática. Theophilo Torres concorda com a formação de uma comissão e relembra que as discussões anteriores não chegaram a resultado nenhum porque as opiniões eram diversas, mas ressalta que não se deve formar a comissão sem antes conhecer a opinião da Academia e propõe que algumas sessões sejam feitas para que posteriormente se faça a nomeação.

³⁵ Brazil-Médico, ano XII, nº27, 1908.

³⁶ Brazil-Médico, ano XVII, nº22, 1913, p.220.

O médico Souza Lima, envia uma carta a ser lida em uma das sessões da Academia, justificando sua ausência nas sessões por motivo de enfermidade, já antecipando seu voto contrário a regulamentação, como também para que relevem a questão do exame pré-nupcial como medida, para impedir a união de casamentos desastrosos e o desfalecimento da raça. Theophilo Torres se manifesta também apresentando a importância da discussão sobre a temática, também relembra as outras ocasiões que o problema da sífilis e a prostituição foram discutidas na Academia e demonstra a insatisfação de que sempre que se é tocado no assunto surge a panacéia da regulamentação, acusam os anti-regulamentaristas de atrapalharem a ação dos homens de boa vontade. Também enfatiza o fato de que a regulamentação atingir só as mulheres, os homens escapam a ela, se a profilaxia não for total ela de nada vale, pois não tem como obter o controle daqueles que se entregam ao vício ocultamente e ressalta a importância da ação policial contra as meretrizes, não por serem possíveis doentes, mas pelo atentado a moral.

Ao mesmo tempo em que Theophilo Torres se posiciona contra a regulamentação da prostituição ele apresenta medidas muito próximas das ideias regulamentaristas, sua justificativa é que a regulamentação se apresenta como parcial e que não resolveria o problema, ela deveria ser total. Apela que deve ser feito igual a profilaxia da tuberculose, realização de conferências, ligas, conselhos e propagandas, a fundação de dispensários, sanatórios e hospitais, “que o desejo de Fournier se realize” (BRAZIL-MÉDICO, 1913, nº24, p.245), nos lembrando as discussões anteriores onde Fournier era o principal defensor da regulamentação do meretrício na França e do sistema francês. Carrara (1996), classifica essa visão médica de neo-regulamentaristas em que une alguns aspectos abolicionistas com regulamentaristas essa fase se inicia e ganha força nos primeiros anos do século XX.

Torres propõe que se crie uma Comissão com três acadêmicos para se ocupar da questão, e se esta comissão não chegasse a um acordo, seria necessário levar a votação para a Academia propondo o seguinte: “A regulamentação da prostituição é medida eficaz para impedir ou limitar a propagação da syphilis e das molestias venereas?” (BRAZIL-MÉDICO, 1913, nº24, p.245). Se acaso a votação negativa ganhasse seria necessária uma comissão dentre os que votaram negativo para pensar medidas contra esta moléstia, porém se a votação vencedora for a favor da regulamentação, não seria necessário a criação da comissão, pois não caberia a

Academia a formulação de projetos de leis, nem regulamentos. Werneck Machado também se manifesta respeito do assunto trazendo para o debate a visão regulamentarista, lembrando as falas do médico Souza Lima e da importância do exame de núbentes, ou pré-nupcial, de acordo com Carrara (1996), embora Machado fosse um sífilógrafo reconhecido dentro e fora do país, as suas ideias neste debate médico eram marginalizadas.

Com o passar dos anos a discussão a respeito da profilaxia da sífilis e da regulamentação da prostituição vai perdendo o espaço na Academia Nacional de Medicina, em alguns anos ela aparece, mas sem ganhar nenhuma força e sem nunca chegar a uma conclusão, nas páginas do *Brazil-Médico*, aparecem discussões a respeito de casos sífilíticos, novos remédios e formas de tratamento que surgiram com o passar dos anos. A discussão é retomada com mais força no ano 1919, período que já estava em alta as ideias eugênicas no Brasil, que também vão influenciar a forma como vai ser tratada esta temática. Segundo Souza (2012), a eugenia era um instrumento civilizador, previa uma reforma social higiênica. Viam as doenças venéreas, tuberculose, alcoolismo como hereditários que poderiam degenerar as proles futuras, prejudicando o progresso do país.

O Boletim médico publicado na *Brazil-médico*³⁷, demonstra a preocupação com a questão da profilaxia da sífilis, apontando-a como o maior mal da nossa raça, enfatizando no papel do médico e do higienista. Ao médico caberia a cura do enfermo e ao higienista impedir a propagação da doença. O problema era que só depois de que a doença já havia se alastrado é que se moveram profissionais para observar os maus que esta moléstia havia causado e partir daquele momento se assistiria o despertar pela solução do problema do saneamento do país e o decisivo momento de ação teria chegado com a nomeação de Theophilo Torres para Diretor Geral de Saúde Pública.

A discussão sobre a profilaxia da sífilis na Academia Nacional de Medicina é puxada pelo médico Antônio Aleixo, professor da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, que apresentou exemplos das medidas profiláticas tomadas na cidade de São Paulo, a instalação de postos profiláticos e dispensários, como também a instrução de todos e principalmente dos jovens. Sobre a prostituição, diz ser contrário a uma regulamentação que só atinge parte das prostitutas e deixa em

³⁷ *Brazil-Médico*, ano XXXIII, nº14, 1919, p.111

liberdade as clandestinas, demonstrando a ineficácia da regulamentação na cidade de Buenos Aires e a necessidade de aplicação de penalidades para os delitos de transmissão.

Em 1920, com o decreto 14.189 de 26/03/1920 que transformava a antiga Diretoria Geral de Saúde Pública em Departamento Nacional de Saúde Pública, que buscava centralizar os serviços sanitários, aumentando a sua importância e dividi-las em sub-diretorias, dentre elas a criando a Inspeção de Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas. A inspeção de doenças venéreas ficou a cargo de Carlos Chagas e sob a diretoria de Eduardo Rabello. Segundo o Editorial da *Brazil-Médico*³⁸, o regulamento traria instruções impressas para os médicos do departamento. Segundo este regulamento as prostitutas deveriam ser submetidas a exames duas vezes por semana realizados pelos médicos da inspeção, obrigadas a fazerem carteira de matrícula nos dispensários e isolamento em hospital se o médico determinasse. Na revista é relatado que fora visada uma regulamentação, mas enfatiza que se esquecem que a prostituição não possui existência legal, não é uma profissão reconhecida e garantida pela polícia, sendo assim não conseguiria atingir todas as prostitutas.

Esqueceram-se, porém, os auctores do regulamento de que a prostituição não tem existência legal entre nós, não constitue profissão reconhecida e garantida pela polícia. Nenhuma hetaira confessara ao médico do Departamento que vive da prostituição só pelo prazer de submeter-se aos vexames e rigores prescriptos no regulamento. Serão todas elas modistas, costureiras, amasiadas, etc. Redundará inutil, portanto, todo o esforço dos médicos do Departamento. Inutil e extremamente pernicioso será esse esforço, pois receiosa dos efeitos do regulamento a grande maioria das prostitutas fugirá dos médicos, mesmo os extranhos ao Departamento, suspeitando, na sua ignorancia, uma possível denuncia. Teremos assim multiplicados os malefícios da verdadeira regulamentação. (*BRAZIL-MÉDICO*, 1920, p.500).

Segundo a Revista, criando bons dispensários com propagandas intensivas pelos meios apropriados o Departamento realizaria ótimos serviços, desde que cumprisse o regulamento. A instauração deste novo regulamento sanitário agitou o meio médico. Em resposta ao Editorial da *Brazil-médico* Eduardo Rabello, responde por meio da Academia Nacional de Medicina, sobre a prostituição, o médico responde:

³⁸ *Brazil- Médico*, ano XXXIV, nº31, 1920, p.500

Sobre as doenças venéreas, depois de estabelecer as condições precisas para a regulamentação da prostituição, busca provar que nenhuma dellas se vê no regulamento, do qual lê artigos: nem a inscrição como profissional; nem o exame obrigatório; nem o isolamento compulsorio das prostitutas, nem finalmente a perseguição das clandestinas. Diz que *a priori* se poderia dizer que não existe regulamentação porque não foi estatuído no regulamento a menor penalidade para os que não se submeteram á campanha de educação hygienica anti-venerea, única coisa de que cogita o regulamento nesse caso de prostitutas e de todos os outros, homens, mulheres ou crianças mais perigosas ao contágio. (BRAZIL-MÉDICO, 1920, p.562).

Na Sociedade Brasileira de Medicina e Cirurgia a discussão sobre o novo regulamento sanitário e em especial a parte que compete a Inspetoria de Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas, o médico Arnaldo Cavalcanti se manifesta:

Dr. ARNALDO CAVALCANTI faz a critica das disposições do novo regulamento referente às doenças venéreas e mostra-se partidário da hospitalização obrigatoria de todos os doentes sem recursos. Acha que a vigilância sanitaria, nesse particular, não poderá ser feita pelos actuaes inspectores, por não haver número sufficiente. Diz que a prophylaxia dessas doenças só poderá ser feita nestas condições: vigilancia da prostituição, educação sexual dos rapazes, campanha contra a prostituição clandestina e exame pre nupcial. Lê dois pareceres assignados por Astolpho de Rezende e Evaristo de Moraes, asseverando a constitucionalidade do regulamento da prostituição. (BRAZIL-MÉDICO, 1920, p. 617)

Com as ideias eugênicas em alta neste período, a regulamentação eugênica do casamento é trazida para o debate por Renato Kehl, buscando chamar a atenção para o exame pré-nupcial obrigatório e a proibição de casamentos entre indivíduos considerados inaptos para uma boa procriação.

O texto *A regulamentação eugênica do casamento*, publicado por Renato Kehl na *Brazil- Médico*³⁹, que fora apresentado em sua sessão como posse de membro da Sociedade Brasileira de Medicina e Cirurgia, trata sobre proibir a descendência da degeneração e abastardamento, proibindo o “casamento a indivíduos, degenerados, tarados, portadores de doenças transmissíveis por contágio e herança, de procrearem, de gerarem, proles anormais e de criminosos” (Kehl, 1920, p.689). Os indivíduos perigosos para a raça deveriam ser isolados, os males mais degenerantes se tornam mais perigosos sem uma regulamentação

³⁹ Brazil-Médico, ano XXXIV, nº42, 1920, p.689.

eugênica do casamento seriam a sífilis, o alcoolismo e a tuberculose, para garantia de uma prole que daria continuidade a uma nação sadia e pura.

Também era exigido o exame pré-nupcial o de defloração para saber se a mulher era virgem antes do casamento, para os homens apenas atestado de doença venérea. Para garantir o bom desenvolvimento da raça também se discutia sobre a esterilização dos indivíduos considerados degenerados.

Segundo Oliveira (2003), o casamento constituía como uma das variantes centrais da eugenia, a normatização eugênica e a disciplina na escolha do cônjuge pesavam no discurso de pureza racial.

Desde o final do século XIX, o saber médico investia no corpo familiar brasileiro, utilizando técnicas de sujeição como a disciplina, a vigilância hierárquica entre pais e filhos e marido e mulher e o controle das atividades sexuais inerentes a cada gênero. As identidades começam a ser classificadas de normal ou patológica, determinando os comportamentos e estereotipando a população. A instauração do regime republicano e o saneamento da família tornaram a medicina social brasileira ainda mais vigilante, mais classificatória, detentora de um biopoder sobre o sujeito. A medicina social, enquanto um dispositivo de poder/saber disciplinar, instaura práticas sanitárias em nome da higiene urbana, social e pessoal, prescrevendo lugares 'certos' e 'errados' para os membros da família, inclusive os loucos, que ganharam o espaço do hospício, um ambiente corretivo, punitivo e classificatório. (OLIVEIRA, 2003, p.17).

Segundo Sousa *et al.* (2014), em 1918, na cidade de São Paulo sob mobilização da elite médica nasceu a Sociedade Eugênica de São Paulo, como forma de institucionalização do movimento eugênico na América Latina, que ganhou ênfase durante as décadas de 1920 a 1940. Um dos maiores representantes deste movimento foi Renato Kehl que fundou o *Boletim de Eugenia* entre 1929 a 1933, que divulgava os ideais eugênicos entre a comunidade científica.

Nas páginas do *Boletim de Eugenia*, a preocupação com a prostituição também aparece. Em uma nota publicada na revista⁴⁰, em 1929 são apresentadas quais seriam as causas determinantes da prostituição baseado nos dados de uma pesquisa de um psicólogo e geneticista inglês Cyril Burt feita com 113 prostitutas. Segundo os dados dessa pesquisa, em todas as prostitutas se era notável um temperamento sexual hereditário, em algumas ficava evidente a instabilidade emocional e tendência ao alcoolismo. A deficiência mental e hereditariedade criminal

⁴⁰ Boletim de eugenia, 1929, Vol.1, nº4, p.3.

foi encontrada em 67% das mulheres e 50% das mulheres pertenciam a classes baixas.

A associação da prostituição com a criminalidade, não era uma novidade, ela surgiu no final do século XIX, com o médico italiano Cesare Lombroso, alguns médicos como Nina Rodrigues e Afrânio Peixoto escreviam sob influência de Lombroso, com o movimento eugênico em alta no Brasil, suas ideias foram retomadas com mais força.

2.3 ANTROPOLOGIA CRIMINAL E AS MULHERES CRIMINOSAS

A criação do Código Penal republicano, buscava uma limpeza social, segundo Gruner (2012) baseado em ideias positivistas, trazia novas formas de compreender o criminoso e a experiência criminal. Percebemos isto a partir do número de campos científicos que surgiram neste contexto como a sociologia, o higienismo, a eugenia, a demografia, o urbanismo, a psicologia e a medicina social, na tentativa de compreender estes fenômenos e apresentar mecanismos úteis com a intenção de eliminar o “mal-estar” ou pelo menos amenizá-lo e como parte deste novo elenco de disciplinas temos a criminologia, chamada inicialmente de antropologia criminal.

Algumas perspectivas associam a prostituição a criminalidade, como mostra Rago (2008), na obra Cesare Lombroso e G. Ferrero em *La donna delinquente, la prostituta e la donna normale*, publicada em 1893, onde se traça um perfil entre a mulher normal e a prostituta. A mulher “normal” não sente atração pelo relacionamento sexual e a prostituta seria a degenerescência física e moral da mulher, fazem uma comparação genética entre a prostituta e a mulher “normal”, a prostituta tem atração pelos vícios e pelo roubo e que este seria o lado feminino da criminalidade. Para essa perspectiva a explicação para a existência da prostituição era a debilidade psíquica da mulher que é decorrente de uma configuração orgânica patológica, influenciadas pelas teorias eugenistas, “apontavam para uma inferioridade biológica do “sexo frágil”, sugerindo a existência de ameaçadora de uma prostituta em potencial em cada mulher”. (RAGO, 2008, p. 166).

Na obra *A mulher delinquente*, Lombroso e Ferri (2017), apontam para o fato de a mulher ser menos delinquente que o homem, apesar de ser inferior moralmente, devido a função de maternidade. Trazendo a ideia de que a

criminalidade nata da mulher estaria na figura da prostituta. Porém, não considera um delito prejudicial para a sociedade, pois, ela alimenta os vícios masculinos e pode se tornar uma válvula de garantia à moral pública, e que mesmo errando e sendo brutalizada a mulher ainda assim é útil.

Fazem uma comparação fisiológica das fêmeas no mundo animal e com as fêmeas dos seres humanos, baseados em teorias de Darwin e Spencer. Os médicos eugenistas apontavam que o peso e estatura entre os seres humanos, nas mulheres sempre é inferior ao homem. Através de uma diferenciação anatômica de homens e mulheres, e a partir de Darwin tentam demonstrar que não é somente nos caracteres físicos e no crânio que a mulher se difere do homem, mas também nos traços degenerativos, as mulheres apresentariam menos características degenerativas.

As mulheres também apresentariam uma sensibilidade sexual menor, e a prostituição feminina seria um dos exemplos dados para explicar essa baixa sensibilidade sexual, pois, ela serviria para satisfazer os desejos masculinos que eram maiores que os das mulheres, demonstrado quase inexistência da prostituição masculina.

Os autores apontam para as comparações de emoção x razão, onde a mulher seria muito mais levada pelas emoções, demonstram sentimentos mais que os homens como o choro, mas buscar consolidar suas hipóteses através de ditados populares de várias sociedades, nada baseado em comprovações científicas.

Em geral, na mulher, ele diz, 'predominam as formas de reação ou parálitica ou exagerada, sendo mais comum o choro. Parece que um dos traços mais salientes da célula nervosa feminina é o de descarregar rapidamente a tensão que invade, o que também pode ser visto em expressões dolorosas. Nelas, em geral, os hemisférios cerebrais são mais fracos e, portanto, têm uma menor virtude moderadora das ações reflexas, de modo que a expressão é quase sempre mais intensa e mais rica. Em provérbios e ditos populares de muitas línguas se pode encontrar consagrada esta verdade: quem é homem não chora; se você chorar, é um mariquinha; você é um homem e não um escravo de sua dor, etc. etc.' (MANTEGAZZA, 1880, *apud*, LOMBROSO E FERRI, 1893, p. 70)

Afrânio Peixoto um grande leitor de Lombroso aponta para esse traços em suas em sua obra *Eunice ou a Educação Moral da Mulher* (1936), em várias passagens apresenta a referência de Lombroso e também apresenta as diferenciações físicas entre homens e mulheres apresentando passagens de Darwin para justificar o determinismo sexual.

Afrânio Peixoto (1936), aponta também as vantagens de ser mulher, elas seriam mais poupadas, possuíam maiores reservas, pois a gordura é mais abundante e aponta que a natureza deu compensações as mulheres, segundo o médico, o número de crianças meninas abortadas era menor que meninos, entre os nati-mortos o número de mulheres também seria menor que de homens que seriam mais fracos nos primeiros dias de vida, porém as mulheres morrem mais que os homens e todas as outras idades.

As mulheres também teriam uma maior resistência a dor e a doença e também sofrimento físico e moral que os homens, também são menos defeituosas. O crime não é feminino, nem o alcoolismo, pois apontam algumas características de mulheres criminosas como características masculinas, mas a maternidade tiraria todo o saldo possível.

Quando tratam da inteligência feminina, Lombroso e Ferri, relatam a existência de mulheres gênios⁴¹, elas não poderiam ser comparadas com os gênios masculinos que seriam indiscutivelmente superiores, mas não apontam o porquê. Mas ressaltam que estas mulheres gênios apresentavam caracteres masculinos por isso chegaram a esta condição, mas mesmo assim lhes faltava originalidade, e que elas não possuíam inclinações para qualquer arte ou ciência.

Apontam também que as mulheres também escreviam menos que os homens, porém para os autores era devido a um menor desenvolvimento do centro ortográfico, porém elas falam muito mais. Mas os autores não levam em consideração que as mulheres escreveriam menos devido a um baixo acesso de escolaridade no período, as poucas mulheres que tinham acesso à educação elas eram voltadas para as afazeres domésticos e leituras de revistas e literaturas voltadas para isso não era interessante saber ler e escrever.

Afrânio Peixoto (1936), justifica a disparidade sexual entre homens e mulheres pelo seu desenvolvimento. As mulheres se desenvolviam mais cedo, mas paravam de se desenvolver antes, já os homens teriam um tempo maior de desenvolvimento.

Ele vai indo e só aos 20, ou depois, é que é mesmo homem. O homem prosseguiu e chegou até o termo do seu possível desenvolvimento. A mulher ficou 'acampada perto da adolescência' segundo a admirável frase de MARANON, 'com sua diferenciação sexual ou maternal completa,

⁴¹ Alguns exemplos dos nomes citados: Safo, Corinne, Telesilla, Browning, dentre outras.

enquanto o homem vai completando a sua mais adiante, até a maioridade, até depois dela' (PEIXOTO, 1936, p. 129).

Para Afrânio Peixoto (1936), a mulher era menos desenvolvida porque teria um tempo menor de desenvolvimento que o homem. Tenderiam para o lado sentimental e estético e o homem do ponto de vista racional e lógico. Os homens seriam mais dotados de espírito crítico, melhor dotado de literatura e matemática, são bons gênios, a mulher devido ao seu instinto materno conserva as vantagens adquiridas de uma superioridade moral, o que seria necessário para o conforto e consolo de suas famílias e o lar, os homens e mulheres não se opõem, se completam.

Ao mesmo tempo em que Afrânio Peixoto demonstra as vantagens de ser mulher, no capítulo sobre Educação Intelectual, ele inicia fazendo uma crítica ao movimento sufragista, chamando as de endemoniadas, pois “quebraram vitrinas a martelo, derramaram litros de ácido sulfúrico nas caixas do correio” (PEIXOTO, 1936, p.193), tudo isso pelo direito ao voto, não bastava terem outros direitos, pois já eram escritoras, jornalistas, médicas elas também queriam se sentar no parlamento e nos bancos do governo. Traz exemplos da ineficiência das mulheres no júri:

No jure a inexperiência é patente. Se o criminoso é jovem tem-lhes as simpatias delas. Todas as mulheres para ela são inocentes... O julgamento, pela lógica do sentimento é o que domina: o advogado fez tantos esforços, que devia ser recompensado, com a absolvição do réu, aliás confesso.... Aliás também não seriam precisas mulheres no tribunal para isso. Um criminoso uxoricida, em Goiaz, da prisão para o jure, em meio de uma escolta, recebe tiros de um cunhado, que exclama: --'Eu sei que é que serei absolvido!' O jure, com ou sem mulheres, serve para absolver scelarados, ou condenar inocentes, anti-paticos...E' uma loteria. Na vida profissional as mulheres também não recorrem a medicas, nem a advogadas: todas elas preferem os homens. Não é injusto? Isto dá, razão por sua vez, aos homens. (PEIXOTO, 1936, p. 195)

Afrânio Peixoto, defende uma igualdade feminina diante da lei, uma igualdade intelectual, econômica, mas não como homem e sim como mulher, iguais mais diferentes, assim como a natureza os fez.

Retomando a criminologia feminina de Lombroso e Ferri (2017), não fazem só a comparação anatômica entre homens e mulheres, mas também entre a anatomia da mulher normal, da criminosa e da prostituta, a partir de uma análise antropométrica dos cérebros de prostitutas e criminosas. Apontam a prostituta com a

menor capacidade craniana dentre todas, as mulheres honestas e loucas superam a capacidade de prostitutas e criminosas.

Contrariamente ao que ocorre com as criminosas, essas mulheres são relativamente, se não geralmente bonitas; mas não está ausente entre elas este tipo especial que usamos para caracterizar criminosas. [...] Os rostos dessas mulheres são singularmente monótonos com comparação com o dos criminosos. A número 1,2,3,4,6,8,12 e 14 parecem ter o mesmo rosto, os mesmos maxilares, zigomas e cabelos. (LOMBROSO E FERRI, 2017, p.306)

A falta de características brutas nestas mulheres parece contradizer os argumentos de que as prostitutas são igualmente criminosas, as prostitutas possuíam uma grande juventude que esconde suas anomalias.

As tatuagens são algo frequente nos homens criminosos, mas nas mulheres é algo raro, mas entre as prostitutas, principalmente as de classe baixa o número de tatuagens é maior, nas tatuagens femininas há uma ausência de desenhos, epigramas, sinais obscenos, geralmente são nomes e iniciais de amantes, e que isto demonstraria um menor grau do intelecto feminino, que mesmo criminoso é inferior ao homem. Dentre as prostitutas, as tatuadas seriam as mais depravadas.

A menstruação acontecia de forma precoce nas criminosas, entre as prostitutas era a irregularidade menstrual sem motivos aparentes, os médicos italianos apontam esta precocidade como uma característica hereditária de animais selvagens. As prostitutas também apresentariam voz e caligrafia masculina, Lombroso e Ferri atribuem isto a degeneração, que tende a confundir e aproximar os dois sexos, explicando também a homossexualidade, onde os indivíduos se sentem pertencentes a outro sexo.

Lombroso e Ferri (2017), classificam as criminosas e as prostitutas como natas e ocasionais. As chamadas criminosas natas apresentam características acentuadas de degeneração, elas não são “levadas” ao crime, são deficientes no sentido moral, mas são mais perversas que o criminoso nato masculino. As criminosas natas seriam aquelas que se dedicam a vários crimes, marcados na maioria das vezes por crueldade, apresentando esta explicação:

Em suma, podemos afirmar que, se as criminosas natas são em menor número do que os homens, eles são, muita vez, mais ferozes. Como explicar este fato?

Vimos que a mulher normal é, naturalmente, menos sensível à dor do que um homem, e que a compaixão é consequência direta de sua sensibilidade.

Se uma delas falta, faltará também a outra. Nós também vimos que as mulheres têm muitos traços em comum com crianças; que seu sentido moral é deficiente; que são vingativas, ciumentas, inclinadas a vingança de refinada crueldade. Nos casos comuns, esses defeitos são neutralizados pela piedade, maternidade, falta paixão, frigidez sexual, fraqueza e inteligência subdesenvolvida. (LOMBROSO E FERRI, 2017, p.377)

Essas mulheres possuem uma sexualidade exagerada, por isso a prostituição é apresentada como primeiro delito, possuem pouco afeto maternal, e a sua sexualidade exagerada é o suficiente para torná-la uma má mãe. Isto se deve porque ela pertence mais ao sexo masculino do que ao feminino.

As criminosas ocasionais apresentariam vícios mais suaves, também há presença de amor maternal e outros aspectos que quase não as difere da mulher honesta e na maioria dos casos seus crimes são influenciados por terceiros ou por tentações. Dentro desta categoria apresentam a criminosa passional, que é aquela que comete o crime motivado pela paixão.

Apresenta a maternidade como uma função anti-criminosa e que o amor familiar é raramente o motivador de crimes.

As prostitutas natas estariam muito próximas dos loucos morais (aqueles que não possuem senso moral, seriam indivíduos perigosos), nestas mulheres há uma ausência de afetos naturais como o familiar, e presença de sentimentos como inveja, ciúme, espírito de vingança. Há uma ausência de sentimentos maternais, deixando-as próximas a categoria de criminosos natos. A miséria não é o principal motivador para a vida viciosa, mas a ausência de pudor e a loucura moral. Cometem outros delitos além da prostituição, possuem paixão pelo alcoolismo, apresentando o tipo completo de loucura moral.

Posteriormente entram em uma contradição, quando falam que a sexualidade exagerada não leva uma mulher a se prostituir, mas sim a frieza sexual, pois encontram na prostituição uma forma de ganhar a vida sem trabalhar. Pois, quando tratam da criminosa nata, apontam a sexualidade exagerada como uma característica que faz com que seu primeiro delito seja a prostituição.

A frieza sexual torna-se inclusive uma vantagem, uma adaptação darwiniana pois, para uma mulher muito facilmente excitável, a vida de uma prostituta seria muito cansativa; para as prostitutas, ao contrário, uma vez que o coito é um ato insignificante, tanto do ponto de vista moral quanto físico, elas conseguem realiza-lo facilmente porque é lucrativo. (LOMBROSO E FERRI, 2017, p. 462)

As prostitutas natas apresentariam excessivo amor pelos animais, que compensa sua falta de amor aos seres humanos, seus amantes são seus proxenetas, que seriam reflexos do sentido moral delas. Apresentam três vícios capitais: gula, inclinação para bebidas e o hábito de mentir. Um dos prazeres mais apreciados por elas é o ócio, o terror ao trabalho, que as leva a prostituição. Além das prostitutas natas, vão classificar as prostitutas ocasionais, que seriam aquelas que não sofrem de loucura moral, mas que tem uma intensidade menor de vícios e características psicológicas anormais, porém dentro das classificações feitas pelos médicos italianos, estão mais próximas da prostituta nata do que da mulher normal, pois os maus hábitos prevalecem sobre os bons sentimentos.

Possuem um senso moral maior e o pudor não lhes é extinguido, pois envergonham-se da prostituição, apresentam sentimentos maternos e familiares. Na sua grande maioria a motivação para a prostituição foi a perda da virgindade precoce por sedução ou por estupro, algumas recrutadas pelo tráfico, outras pela miséria e maus exemplos dos pais.

Mas ainda assim a prostituta ocasional é psicologicamente mais anormal que a criminosa ocasional, pois a verdadeira degeneração das mulheres estaria na prostituição e não na criminalidade. Lombroso e Ferri vão classificar a prostituição como o lado feminino da criminalidade. Em várias obras de Afrânio Peixoto, Lombroso aparece como referência.

CAPÍTULO 3- A SEMENTEIRA QUE PROVÊ A SÍFILIS- AS REPRESENTAÇÕES DA PROSTITUIÇÃO NAS OBRAS DE AFRÂNIO PEIXOTO

Neste capítulo, nos dedicaremos a analisar as obras e escritos médicos de Afrânio Peixoto que tratam direta ou indiretamente da temática da prostituição. Afrânio Peixoto é uma figura preocupada com as mulheres e sua sexualidade, isso fica bem marcado nos seus escritos médicos como também nos escritos literários.

As seguintes obras serão analisadas: *Prophylaxia publica da syphilis e enfermidades venereas* (1904), *Elementos de hijiene* (1913), *Noções de hijiene* (1914), *Higiene* (volume 1) -higiene geral (1922), *Higiene* (volume 2) -*medicina preventiva* (1922), *Criminologia* (1933), *Novos Rumos da medicina legal* (1933), *Sexologia forense* (1934), *Medicina Legal* (volume 1) -*medicina forense* (1936), *Medicina Legal* (volume 2) -*psico-patologia forense* (1936), *Educação moral da mulher* (1936).⁴²

Algumas obras se repetem no seu conteúdo, outras são reformuladas e apenas com o título modificado. Não será apresentado obra por obra, mas um panorama geral estabelecido a partir das representações identificadas no pensamento de Afrânio Peixoto. Notamos três formas de representação no pensamento de Afrânio Peixoto, ao qual discorreremos por três tópicos neste capítulo. A Primeira intitulada “Para a sífilis e as doenças venereas é necessário a esterelização das lazeiras da prostituição: a sífilis e a prostituição”, tratamos sobre a representação da prostituta como principal transmissora da sífilis, aquela que deveria ser esterilizada e controlada. A segunda intitulada “A prevenção e o

⁴² Ressaltamos que aqui apresentamos o ano de publicação das obras e não a edição utilizada pela autora. No decorrer do texto quando citadas, serão apresentadas as edições utilizadas pela autora, por isso pode haver modificações no ano apresentado da obra. As únicas obras que neste trecho apresentamos as datas de edição e não publicação são as seguintes: *Medicina legal*-volume 1 e volume 2 e *Higiene*- volume 1 e volume 2 pois não foi possível encontrar as datas exatas das publicações.

saneamento da prostituição: higiene e eugenia”, tratamos sobre a influência do campo da higiene e dos estudos eugênicos em Afrânio Peixoto e como estes campos influenciam na construção da representação da prostituição, os ideais de raça e de modernização e a prostituição aparece como um “perigo” a este desenvolvimento. A terceira representação intitulada “A prostituição como equivalente feminino da criminalidade”, tratamos sobre a influência da criminologia na visão de Afrânio Peixoto ao apontar a prostituta como um equivalente feminino da criminalidade.

Este terceiro capítulo se trata, portanto, de uma análise da influência do campo médico e teorias que estavam em alta neste período contribuem para as representações da prostituição apresentadas por Afrânio Peixoto em suas obras. No segundo capítulo foram apresentadas algumas ideias do campo médico em torno da problemática da prostituição. Pois ano de 1902, a Academia Nacional de Medicina traz à tona novamente a discussão sobre a profilaxia pública da sífilis e a regulamentação da prostituição como uma das formas para resolução deste problema pelo médico Públio Mello, várias e várias sessões foram dedicadas a discussão desta temática, a maioria dos médicos se posiciona contrário a uma regulamentação, mas posteriormente elaboram algumas medidas a respeito deste problema que iam mais para um lado de regulamentação do que de medidas abolicionistas, por mais que declarem contrários a uma regulamentação, porém estas medidas nunca foram colocadas em prática.

3.1 PARA A SIFILIS E AS DOENÇAS VENEREAS É NECESSÁRIO A ESTERELIZAÇÃO DAS LAZEIRAS DA PROSTITUIÇÃO: A SÍFILIS E A PROSTITUIÇÃO

A associação da prostituta como uma das principais fontes de contágio da sífilis não é uma ideia que se instaura na República, este debate já vinha sendo feito no Brasil durante boa parte do século XIX.

Segundo Del Priore (2011), o número de mulheres públicas aumentaria com a presença significativa das imigrantes. A autora comenta que, em 1845, o médico dr. Lassance Cunha assegurava em um estudo intitulado “A prostituição”, em particular na cidade do Rio de Janeiro, havia três classes de meretrizes na capital do Império: as chamadas prostitutas aristocráticas eram aquelas sustentadas por

políticos e fazendeiros as denominadas também de francesas; as prostitutas de sobrado seriam as mulatas, que atendiam roceiros ricos e esperavam seus clientes em ruas e praças públicas na região do Botafogo e Jardim Botânico e as chamadas prostitutas de escória eram as que viviam em casebres e mucambos as chamadas “casas de passe” e que se vendiam a baixo preço.

Segundo Carmo (2011), durante o século XIX os médicos buscavam demonstrar cientificamente que a sexualidade feminina possuía um baixo desejo sexual e que o sexo masculino, por sua própria constituição biológica, tinha o impulso sexual mais acentuado que a mulher, fato que explicava a procura da prostituta pelo homem casado, pois evidenciava sua virilidade longe de desprezar a esposa, a qual não era considerada como um ser desejável, mas apenas como maternal reprodutora. Caso as mulheres optassem pela comercialização do corpo, isto não ocorria devido à necessidade sexual, e sim graças a outras razões como a vaidade, a preguiça, o desejo de ganho fácil, a luxúria e a vingança contra homens.

Para estes médicos, o desejo sexual era considerado como força ameaçadora e destrutiva que deveria ser reprimida e bem administrada pelo intelecto. Sendo assim a prostituição passa a fazer parte dos textos e discussões médicas vista como marcada como um espaço de sexualidade pervertida, degeneração física e doença.

Engel (2004), faz uma análise do tema prostituição nos meios acadêmicos da medicina e demonstra que há uma tendência no sentido de associar a prostituição as moléstias venéreas, servindo para que o estudo sobre prostituição pudesse ser absorvido pelo meio médico como um objeto de conhecimento médico, mas para que também se legitimasse a ação saneadora do médico.

Fazendo surgir os debates médicos em torno de uma regulamentação e abolição da prostituição. Segundo Engel (2004) no século XIX, os defensores de uma regulamentação sanitária da prostituição no Rio de Janeiro eram maioria e justificavam sua posição baseados na afirmação do crescimento de moléstias venéreas principalmente a sífilis, demonstrando a dimensão que esta discussão teria tomado no Rio de Janeiro.

A temática de uma possível regulamentação da prostituição ainda é um frequente debate no início da República⁴³, porém constatamos que a percepção

⁴³ Ver capítulo 2, item 2.2-Regulamentar ou não regulamentar a prostituição? Eis a questão.

muda, pelos menos nos debates feitos na Academia Nacional de Medicina, a maioria dos posicionamentos eram contrários a uma regulamentação embora apresentassem medidas que tendiam para um lado mais regulamentarista como o controle e visitas médicas, exames, em algumas cidades as prostitutas chegaram a possuir uma carteira sanitária para controle médico e também a repressão policial sobre sua presença dentro do espaço urbano.

A sífilis desde seu “aparecimento” era vista como uma doença como moléstia polimorfa, que iniciava como uma afecção local denominada de cancro. Segundo Carrara (1996), uma pequena ferida instalada no ponto em que o vírus se introduziu no organismo.

Assim, diante de estatísticas bastante precárias, quase inexistentes, os médicos da passagem do século ancoravam suas denúncias sobretudo em sua experiência clínica e nos dados fornecidos pela população hospitalizada. É verdade que, ao avaliarem a extensão da doença no Brasil, alguns deles também se apoiavam no senso comum, para o qual, como revelava explicitamente Juliano Moreira em 1899, o Brasil parecia ser a morada ideal da sífilis. Segundo o ilustre médico baiano, era comum se dizer ‘em família’ ante qualquer afecção: ‘isto é gálico’. Tanto o vulgo, quanto os médicos, tinham a tendência, segundo dizia, a exagerar o ‘círculo do qualificativo’, ‘batizando’ de sífilis ‘a mais banal das dermatoses 80 – Tributo a Vênus: a Luta Contra a Sífilis no Brasil parasitárias, o mais trivial dos acnes, a mais genuína blefarite, a mais simples das conjuntivites’. Segundo relatava, era ‘comum’ se ouvir dizer: ‘pois há brasileiro que não tenha a sua tara sífilítica?’. Para Juliano Moreira, ‘descontando o exagero’, bem se via aí ‘a fórmula indicadora da disseminação do mal’. (CARRARA, 1996, p. 79-80)

Segundo Carrara (1996) os dados da sífilis alarmavam os médicos brasileiros e no Rio de Janeiro sua atenção parece ter se voltado mais intensamente.

Segundo Aguiar (2016), as cidades eram vistas como doentes e impuras, contaminavam o ambiente aqueles que possuíam comportamento desviante como mendigos, prostitutas, alcoólatras e menores abandonados e os médicos são os primeiros disseminadores de um projeto de normatização. A prostituição é inserida nos debates médicos a partir da disseminação da sífilis.

No ano de 1902 nas páginas da Revista Brazil-médico, nas publicações sobre as discussões da Academia Nacional de Medicina há um intenso debate a respeito de uma possível regulamentação da prostituição devido a um projeto que havia sido proposto pelo médico e Senador Lopes Trovão no Senado. A discussão é iniciada pelo médico Publio Mello, a maioria dos médicos presentes nas sessões se

posicionaram contra a regulamentação da prostituição como Theophilo Torres, Souza Lima, Augusto Hygino, dentre outros.

Afrânio Peixoto chegou na cidade do Rio de Janeiro em 1902, neste contexto fervoroso de modernização, saneamento e higienização do espaço urbano. O Rio de Janeiro era o centro destas discussões, onde as principais instituições que legitimavam o discurso médico estavam presentes. Afrânio Peixoto buscava se estabelecer dentro deste campo médico, ainda não obtinha prestígio e lugar de fala dentro da Academia Nacional de Medicina e de outras instituições, mas se mostrava preocupado e inteirado das discussões que ali aconteceram. Publica um artigo na Gazeta médica da Bahia em 1903, denominado *Prophylaxia publica da syphilis e enfermidades venereas*, no ano seguinte também publicado na revista *Brazil-Médico*.

Este texto debate especificamente a prostituição como o principal problema da disseminação da sífilis, “a prostituição é a sementeira que provê a sífilis e infecções venéreas da humanidade” (PEIXOTO, 1904, p. 271)

Afrânio Peixoto apresenta dados do sifilógrafo Fournier, que demonstrou que apenas 5% das estatísticas dão a sífilis outras causas de contágio, que não as relações sexuais e quando as mulheres contraem sífilis conjugalmente, a origem tem nesses casos todos a prostituição.

[..] 5% de uma estatística de FOURNIER dão a syphilis como provindo de outros meios, que não as relações sexuaes, e si em cinco mulheres doentes, uma contrahiu *conjulamente* a enfermidade, a origem foi nesses casos a prostituição, de onde uns e outros, no começo, a fôram buscar. Meninos infectados por amas doentes, amas contagiadas por meninos enfermos, transmissão accidental pelo beijo, pelo toque, por aparelhos, pelo trato matrimonial, todo o mal vem mediata ou immediatamente da prostituição. (PEIXOTO, 1904, p. 271)

Ou seja, as mulheres “honestas” que contraíram a sífilis, seria porque seus maridos fizeram uso de serviços sexuais de prostitutas e acabaram contraindo a doença e posteriormente transmitiram a elas, demonstrando o quanto a prostituição é perigosa não somente para os homens contraírem a sífilis, mas também para suas esposas, não pensando propriamente no corpo e na saúde da prostituta enquanto indivíduo.

Afrânio Peixoto também apresenta quais seriam essas outras formas de contágio como: as amas doentes contagiadas por meninos enfermos, transmissão

acidental através do beijo, pelo toque, aparelhos, trato matrimonial e ainda assim aponta que mesmo nesses casos a prostituição é a maior forma de contágio seja ela direta ou indireta. Também critica as pessoas que defendem e legitimam o dano e a degradação moral que a sífilis provoca, dizendo serem insensatas.

O médico associa as prostitutas a ratos, pulgas e mosquitos que transmitem propagações infectuosas, perpetuando o mal da sífilis, já que elas seriam seu principal meio de disseminação que deve ser esterilizado, era, portanto, necessário esterilizar as lazeiras da prostituição.

A outra circumstancia a pensar seria nesta ingerencia do maior mal, a syphilis e as molestias venereas, que se fermentaram neste permeio e que encontraram no facto mesmo da facilidade de transmissão pelas praticas prostitucionaes meio de persistencia pelo circulo vicioso em que occorrem. Não são estas enfermidades *castigos* adrede para a prostituição: não houve providência que tal preparasse zelozamente; a prostituição em que incidiram é apenas o meio que permite a perpeuação do mal, tal como os mosquitos e pulgas dos ratos infectados permittem a conservação da malaria, e da peste, pelas propagações e infeccções sucessivas. Si a guerra a este é possível, melhor vale, é a certeza geral, lhes poupar o contagio, o que é mais facil, isto é, esterelisar a peste e malaria do doente. Para a syphilis e doenças venereas si o genero humano não é differente, como vehiculador, mas de hierarchia mais nobre, ao menos, sob o nosso ponto de vista, o recurso seria o ultimo: esterelisar as lazeiras na prostituição. (PEIXOTO, 1904, p. 272)

A prostituição determinada pelos costumes religiosos seria a decadência moral ou decadência erótica, culpando a economia precária de nossa sociedade pela existência da prostituição. Culpa os homens pelo seu instinto sexual aflorado, que por falta de meios econômicos para procurar o amor legítimo, procura o seu derivativo o amor barato.

O primeiro ponto a apurar, sem escrupulos pre-concebidos, seria, que a prostituição, si for outrora determinada por costumes religiosos, ou decadencia moral,ou degeneração erótica, na hora que passa é principalmente uma resultante economica de nossa precaria organização social. (PEIXOTO, 1904, p.272)

A miséria social também seria culpada, pois leva as mulheres a essa vida como forma de obter ou melhorar seu sustento, pois as mulheres seriam deficientes de aptidões para concorrer com os homens no mundo do trabalho, pois seus encargos estavam destinados a procriação, o que acaba levando essas mulheres a terem uma forma de vida desonesta, a prostituição. Primeiramente essas mulheres

se entregariam por amor, depois entregam-se por dinheiro e por outros meios de ganhar a vida.

A prostituição é o recurso suplementar dessas desgraçadas, e, por desleixo, por habito, por vicio, consecutivamente, e, então, principalmente pela impossibilidade de reabilitação, o meio de vida inteiro de inumeras dellas. Entregues pela primeira vez por amor, por credulidade á seducção ou por curiosidade inexperta, entregam-se, em seguida por dinheiro ou por outros meios de vida inteiro de inumeras dellas. (PEIXOTO, 1904, p. 271)

Afrânio Peixoto aponta que maioria das prostitutas se entregam a esta vida por más condições econômicas, não as aponta como criminosas, pois aspiram honestidade para suas filhas. Também aponta que existem algumas exceções que se entregam pela necessidade do seu organismo, por apetites depravados, tipos aberrantes da norma da espécie.

Existem sim uns typos aberrantes da norma da especie, degeneradas que nascem para o alcoice, existem sim appetites depravados e incontinentes de luxo que não sabem prover honestamente a seu fausto, e que vendem o corpo para vesti-lo e adereçal-o: são excepções, porém, na innumeravel vestidão dos casos comuns – feito das más condições economicas das sociedades. (PEIXOTO, 1904, p. 271)

Afrânio Peixoto apresenta dois meios de profilaxia que estariam em debate: a profilaxia por meio da regulamentação da prostituição e medidas e outra por meio do tratamento, aponta a segunda opção como a mais a mais adequada. Aponta que os médicos interferiram administrativamente como um meio profilático na regulamentação da prostituição que pretenderia um fim que nunca foi atingido que era a extinção da sífilis e das doenças venéreas, se referindo a países onde a prostituição foi regulamentada e que não houve sucesso como também a tentativa de alguns médicos brasileiros pensar uma regulamentação no país como medida profilática.

Aponta que vai discorrer sobre os dois: a profilaxia pela regulamentação e profilaxia pelo tratamento. Mas acaba discorrendo apenas sobre uma, trazendo para uma visão mais abolicionista, sobre a regulamentação apenas críticas, como uma visão insustentável e que não se defendeu cabalmente. A partir destes preceitos aponta a regulamentação da prostituição no texto como sendo **ilegal, injusta e inútil**.

Illegal, porque viola o direito de cada um usar e abusar da sua pessoa, é uma questão vencida e aponta como uma cegueira médica, uma teimosia, ignorância jurídica.

Illegal, porque sobre violar um direito – o de cada um usar e abusar de sua pessoa (FEUILLOLEY) – pois a lei nos permite até a morte pelo suicídio, não punindo sua tentativa - pelas prisões que faz infringe os princípios de direito constitucional que protegem a liberdade individual., pelos julgados que emite infringe o princípio de direito administrativo, pelas condenações que edita infringe as regras do processo criminal e o princípio de direito penal que exige que toda pena seja prevista em lei (DOLLEANS). Com textos legais em mão, autoridades jurídicas de peso lançaram o veto de arbitrariedade e ilegal, e se chamam FAUSTIN HALIE, GARRAUD, VIVIEN, BATBIE e lhes fazem côro sociólogos de noemada que se dizem YVES GUYOT, FIAUX, MORSIER, DORLLEANS. É uma questão vencida que apenas a cegueira médica recalcitra, por ignorância jurídica ou teimosia de opinião feita. (PEIXOTO, 1904, p. 272)

Injusta, pois afetaria somente as mulheres, não abrangeria a parte masculina que também é responsável pela disseminação da sífilis, como também não atinge nem a parte luxuosa e clandestina da prostituição. Não adiantaria, prender as mulheres contaminadas, se os homens continuariam livres e transmitindo a doença.

A mulher, exclusivamente a mulher. O homem público, fazendo a relação e servindo de parelha á mulher pública, é typo que não existe. Ha lugar para um reparo: mas esse delicto *racolage* ou provocação da via publica foi instituido, diria melhor inventado, exatactamente para prover pela coacção á prostituição, os mal feitos venéreos prostituicionais, e para as necessidades da dialectica se esquecem do fim e já argumentam como o meio infeliz. Entretanto, é absolutamente falso a provocação publica seja simplesmente feminina: si estas mulheres provocam pelo olhar, pelo gesto, pela palavra, os homens que passam, qualquer que sejam eles, - os homens que não são chamados, entretanto, publicos, como ellas, provocam tambem pelo olhar pelo gesto, pela palavra, abordando, seguindo, acompanhando, distillando blandiciais, lisonjas, seducções, prometendo prazeres, joias, compensações, exatamente entre ás mocinhas desamparadas, ás pequenas costureiras e operarias que voltam do trabalho, ás creadinhas que transitam, em uma palavra as menores de que se faz o sorteio a prostituição. (PEIXOTO, 1904, p. 272)

E por último aponta como **inútil** porque não alcança seus fins e favorece os males que se propõe a evitar. Apresenta dados de países para demonstrar a ineficácia da regulamentação e um aumento crescente da prostituição clandestina, todas as mulheres eram levadas à força para o dispensário, nenhuma se apresentaria por vontade própria.

*Inutil e muita vez nociva, porque não alcança os seus fins e favorece antes os males que se propõe evitar. Em Paris, por exemplo, existem 60.000 prostitutas (GAUCHER), ou mesmo metade, 30.000 (FOURNIER); apenas 6.000 mulheres destas mulheres são inscriptas e submetidas ao regimen dos exames regulamenares: a consequencia é que 24.000, isto é, quatro vezes mais, escapam a vigilancia, ou em 5 mulheres capazes de transmittir a syphilis e as molestias venereas apenas 1 é inscripta, tem cartão, soffre exames, é presa e enviada a Saint-Lazare, sob o pretexto de prophylaxia. [...] O hospital-prisão de venereos tem 500 leitos: alem deste numero restricto o Estado *permette*, por sua insufficiencia, que a syphilis, prohibida a esta minoria, se propague. E ainda firmando no *argumento do bom senso*, talvez panglossianamente se ufane. Falei em nocividade. É logico e é a voz dos numeros. Uma consequencia da regulamentação é o augmento assombroso da prostituição clandestina: ameaçada de degradação publica, violentamente presa, inscripta, forçada ao exame, encarcerada em Saint-Lazare, a prostituta se dissimula e, doente, jamais recorrerá ao dispensário. (PEIXOTO, 1904, p. 273)*

Afrânio Peixoto apresenta duas proposições para um programa prático de luta: o tratamento e a esterilização da sífilis e uma educação higiênica popular que seria sua prevenção. O tratamento da sífilis antes se realizava nas consultas gratuitas dos ambulatórios hospitalares e com a hospitalização dos enfermos. Para qualifica-las Afrânio Peixoto traz a referência do sifilógrafo Fournier novamente, apontando-as como vexatórias, inconvenientes, humilhantes e odiosas, pois deixava os doentes expostos, fazendo com que abandonassem os hospitais e levando para a sociedade uma sífilis maltratada. A hospitalização é apontada como um recurso de extremidade, aceita em último caso pelos doentes.

*Duas proposições que resumem um programa practico de lucha. O *tratamento* eis a esterelisação da syphilis e das doenças venereas: a *educação hygienica popular* eis sua prevenção: desta somma a única prophylaxia publica que a sciencia e a consciencia popdem sem reservas applaudir.*

O tratamento publico da syphilis e das doenças venereas realiza-se hoje em dia nas consultas gratuitas dos ambulatorios hospitalares e na hospitalização dos enfermos. FOURNIER falando das primeiras, qualificava-as de vexatorias, inconvenientes, humilhantes e odiosas. [...] A hospitalização é um recurso que o venereo só aceita em na ultima extremidade, contemporisando com seu mal, envenenado-se e envenenando os outros, até não poder mais dispensar essa assitência obrigada. (PEIXOTO, 1904, p.273)

A partir destas críticas, Afrânio Peixoto aponta como seria um tratamento e uma prevenção ideal a ser implementada. Um dispensário de educação para a prevenção, consultas, tratamentos e assistência domiciliar, situado no centro e que ao mesmo tempo não chame a atenção daqueles que a frequentassem, com entradas e saídas de fácil acesso, gabinetes e salas de exame isolados, para que os

doentes não fossem constrangidos durante as consultas, conversas ou observações, um número alto de médicos para evitar o acúmulo de doentes, um trato cuidadoso e criterioso, omitindo nomes e confiando apenas a uma ficha numerada para inspirar confiança nos enfermos. Conferências e cursos venéreos para demonstrar a ameaça dessa afecção para o indivíduo e para a espécie, os meios de evitá-las e de tratá-las.

Uma organização complexa, mas realizável talvez sem consideráveis dispendios, seria de louvar nets emergencia: é o dispensario de educação, prevenção, consulta, tratamento e assistência domiciliar, apropriado aos mistéres da lucta nestes terrenos todos. Situado no centro da zona a servir, sem aparato, nem ostentação de modo a não chamar a curiosidade dos demais para os frequentassem com entradas e saídas faceis, gabinetes e salas de exame e tratamento isolados, para os doentes se não vexarem com encontros, conversas ou observações penosas; pessoal de medicos e internos adestrados em numero bastante á necessidade do serviço para evitar accumulo de doentes, que origina, além de grande perda de tempo por parte delles, a pressa em desembaraçar-se dos mesmos e o exito negativo de todo tratamento como prophylaxia; trato cuidadoso, criterioso, insinuante, omitindo indagações de nomes e confiando a apenas uma ficha numerada, individual, a menção do tratamento e dos cuidados hygienicos, para evitar as prevenções, attrahir e inspirar confiança aos enfermos. (PEIXOTO, 1904, p.274)

O médico acredita que com a criação destes dispensários disseminados na área urbana e não aglomerados dentro de um ambulatório, acessíveis, sem constrangimento de quem os procura, receber diagnóstico e fazer tratamento, não haveria ninguém que não quisesse se tratar e ficar bem.

As prostitutas seriam as primeiras, pois elas têm todo interesse na sua saúde, pois seu físico é seu meio de vida, seria mais moral tratar e cuidar destes males do que escondê-los na vergonha.

Estas prostitutas de tanto mal se diz serão as primeiras: ellas têm todo, absolutamente todo, o interesse em sua saúde – por autofilia conservadora, tanto mais presavel quanto seu physico é o seu meio de vida mediatamente e, por necessidade instante de seu commercio, imediatamente. Convencido que todo mundo está da curabilidade da syphilis e das doenças venéreas, todas as quererão tratar: dissimula-se uma tuberculose, uma lepra, mas ninguém guardará uma dessas mazelas, absolutamente suprimíveis. (PEIXOTO, 1904, p. 274)

Para Afrânio Peixoto, a profilaxia pública da sífilis deve, pois, ordenar-se para o êxito completo, e que cada um saiba dos perigos que correm e possam

defender a si mesmos, e a sociedade deve colocar ao alcance de todos os meios de defesa e de tratamento.

Segundo Del Priore (2011), junto com os bordéis aparece o problema da sífilis, que foi obsessivamente estudada pelos médicos.

Multiplicam-se os manuais de venereologia, e descobertas feitas na primeira metade do século XIX permitiam diferenciar os cancros simples dos infectantes. Descreviam-se obsessivamente os desdobramentos da doença nos rins, no fígado e no sistema nervoso, criando uma angústia surda em torno do assunto. Usava-se e abusava-se de mercúrio para sanar as chagas fétidas, assim como de negrinha virgens a quem se creditava limpar o sangue. Os jornais estampavam anúncios de remédios milagrosos e não foram poucos os homens públicos senadores e poetas que morreram deste mal. (DEL PRIORE, 2011).

Segundo Oliveira (2003), desde o final do século XIX, o saber médico investia no corpo familiar brasileiro, utilizando técnicas de sujeição como a disciplina, vigilância hierárquica entre pais e filhos, marido e mulher, como também o controle das atividades sexuais, classificando as identidades como normais e patológicas, determinando comportamentos e estereotipando a população.

A instauração do regime republicano e o saneamento da família tornaram a medicina social brasileira ainda mais vigilante, mais classificatória, detentora de um biopoder sobre o sujeito. A medicina social, enquanto um dispositivo de poder/saber disciplinar, instaura práticas sanitaristas em nome da higiene urbana, social e pessoal, prescrevendo lugares 'certos' e 'errados' para os membros da família, inclusive os loucos, que ganharam o espaço do hospício, um ambiente corretivo, punitivo e classificatório (OLIVEIRA, 2003, p. 17).

A modificação da forma como os hospitais se estruturavam anteriormente com o enclausuramento e segregação de doente e a modificação para lugares abertos, atendimentos a domicílio se necessários, tem a ver com o que Foucault apresenta como a passagem de uma sociedade disciplinar para a chamada sociedade de controle, apresentados por Deleuze (1992), a sociedade de controle tem como sua técnica principal o confinamento, onde deixamos de lado para entrar na chamada sociedade disciplinar, que não funcionam por meio do confinamento, mas por meio do controle contínuo e da comunicação instantânea.

Segundo Aganbem (2005), compreender o que seria dispositivo nos ajuda a compreender como essas questões de saber-poder agem no processo de subjetivação dos indivíduos gerando indivíduos dóceis e "livres", mas que assumem

sua liberdade enquanto sujeitos, mas perfeitamente calculados em técnicas do governo.

O termo dispositivo para Foucault, segundo Agamben (2005), é decisivo na estratégia de pensamento de Foucault, utilizado principalmente a partir dos anos 70, quando ele descreve o termo “governabilidade” que vai apresentar três pontos: o primeiro é por ser um conjunto heterogêneo, que inclui virtualmente qualquer coisa linguístico e não linguístico, ou seja, discursos, instituições, edifícios, leis medidas de segurança e proposições filosóficas. O dispositivo em si mesmo é a rede de relações que se estabelece entre esses elementos. Por segundo, o dispositivo tem uma função de estratégia concreta e se inscreve sempre em uma relação de poder. O terceiro ponto, ele se apresenta geral, como uma “rede”, porque inclui a episteme que para Foucault, é aquilo que se apresenta em uma certa sociedade que se permite ser aceito como um enunciado científico ou não.

Podemos perceber este discurso de modernização e higienização brasileiro como um dispositivo, que atua inconscientemente nos indivíduos, mas pautados de saber poder que possui um objetivo final ao normatizar estes corpos, mas não como uma imposição, mas partir de uma ideia de “liberdade”. Pois:

Generalizando posteriormente a já amplíssima classe dos dispositivos foucaultianos, chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o panóptico, as escolas, as confissões, as fabricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc, cuja conexão com o poder e em um certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e - porque não - a linguagem mesma, que e talvez o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata - provavelmente sem dar-se conta das consequências que se seguiriam - teve a inconsciência de se deixar capturar. (AGAMBEN, 2005, p. 13).

Os médicos ao normatizar os indivíduos e ao criarem saberes denominados científicos para normatização destes corpos, buscavam um objetivo final que era uma nação sadia e pura, para que a nação fosse considerada civilizada, avançada e isto era essencial para o progresso, inclusive em suas teorias há uma constante comparação entre o Brasil e outros países.

Mas o Rio de Janeiro não era a única cidade que apresentava esta preocupação médica com a prostituição. Segundo Mazzeiro (1998), na cidade de

São Paulo a primeira notícia sobre regulamentação aparece em 1879, o chefe de polícia dizia ser necessário pôr um fim na exploração de mulheres por caftens e que seria necessário um regulamento sanitário-policial para as prostitutas obrigando as meretrizes a assinarem um “termo de bem viver” que seria um termo de punição do indivíduo considerado desqualificado.

No ano de 1897 foram dadas as seguintes instruções aos guardas e as mulheres:

- a) Estavam proibidos os hotéis ou conventilhos, podiam as mulheres morar em casa particular, nunca em número superior a três, procurando evitar dessa forma o caftismo;
- b) As janelas das casas deviam estar com cortinas duplas e persianas, impedindo assim que o que ocorresse nos seus quartos fosse visto de fora;
- c) Não podiam chamar, provocar nem conversar com os transeuntes;
- d) De noite, as persianas dos quartos deviam ficar fechadas e elas não podiam ficar na porta da casa;
- e) Deviam se vestir de forma decente e cobrindo todo o corpo, principalmente o busto;
- f) Deviam guardar todo o recato nos teatros e divertimentos públicos, não podendo conversar com homens nesses lugares. ‘Julgamos necessário reduzir a escrito e publicar essas instruções sob o título de Regulamento Provisório da Polícia de Costumes’, sendo entregues cópias às mulheres. (MAZZIEIRO, 1998, p. 5)

Foi criado um livro com registro de nomes, idade e nacionalidade de 220 mulheres. Não há uma regulamentação do meretrício na cidade de São Paulo, mas essas medidas surgem como forma de controle, segundo Mazzeiro (1998) a polícia quis evitar ataques a “moral” e aos “bons costumes” para garantir paz as famílias e a moralidade pública nas ruas.

Em 1908, criou-se uma tentativa de disciplinar o meretrício paulistano e em 1913 um projeto foi apresentado à Câmara de São Paulo, que não foi aprovado:

- Ele propunha: a) Proibição de localizar casas de prostituição nas ruas movimentadas e perto de: quartéis, colégios, escolas, fábricas, templos, teatros e outras casas de diversão; b) Elas precisariam ter permissão para funcionarem; c) As casas não podiam distinguir-se por qualquer sinal; d) Incluíram-se os hotéis e pensões que recebessem prostitutas; e) Ficavam proibidos nessas casas jogos, bailes, reuniões e venda de bebidas e comestíveis; f) Os responsáveis pelas casas deviam ser registrados; g) As prostitutas deviam se submeter a um exame médico e receber uma cardeneta de saúde, além de se sujeitar à inspeções médicas; h) As doentes deviam ser internadas em um hospital até a cura; i) As menores de 18 anos deviam ser entregues ao juízes de órfãos; j) Proibia-se a entrada de menores nas casas; k) As prostitutas não podiam exhibir-se nas portas e janelas. (MAZZIEIRO, 1998, p. 5)

Segundo Mazzeiro (1998), criou-se um discurso médico e uma prática policial para a regulamentação, tendo como base a repressão ao lenocínio e ao

atentado ao pudor. A medicina se transformava em poder de polícia usando o controle da saúde pública como forma de controle da sexualidade em nome de preservar a saúde da burguesia e manter a classe trabalhadora com um mínimo de saúde para a produção.

Também julgava-se necessário criar o medo da sífilis, como o "mal do século", e de outras doenças venéreas como forma de controlar os "desvios sexuais".

Embora a maioria dos médicos do período assim como Afrânio Peixoto, se posicionam contra uma regulamentação da prostituição. Estes médicos apresentavam uma série exemplos de países onde isso foi aplicado e foi ineficaz, que acabava somente legalizando o vício. Mas, muitos desses médicos apresentavam algumas medidas que deveriam ser tomadas para acabar com sífilis sem uma regulamentação, medidas que mais tendiam mais a um regulamentarismo da prostituição do que de visão abolicionistas. A exemplo do controle médico, proposta de dispensários para exame dos doentes, exames das amas de leite, cursos e conferências para conscientização, exames pré-nupcias, dentre outros.

3.2 A PREVENÇÃO E O SANEAMENTO DA PROSTITUIÇÃO: HIGIENE E EUGENIA

A preocupação com a sífilis e sua associação direta com o meretrício não acontecia somente nos grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo Henrique e Amador (2014), a partir de fins da primeira década do século XX, médicos e intelectuais paraenses começaram a demonstrar preocupação com um suposto aumento de prostitutas em Belém. Os autores trazem relatos do médico Hilário Gurjão por volta de 1922, da zona de meretrício em Belém, associadas a sujeira, falta de higiene e doenças especialmente a sífilis e o reforço da imagem ruim que as meretrizes trariam a saúde da cidade.

Gurjão havia feito uma descrição das zonas de meretrício, interiormente e externamente, descrevendo-os como um espaço não arejado, com pouca iluminação e conforto, sujo, portanto doentio. As mulheres eram retratadas como pobres e miseráveis, acompanhadas de vícios e doenças venéreas. Seu discurso legitimava a intervenção médica nestes espaços em busca de uma sociedade saudável. A

principal medida defensiva para a não expansão da prostituição apontada pelo médico seria o estabelecimento de uma zona exclusiva na qual as prostitutas deveriam exercer o seu ofício, afastadas do centro da cidade a chamada “localização do meretrício”.

Segundo Carrara (1996) ao construir a imagem da sífilis como inimiga nacional os médicos e sifilógrafos se tornaram a figura principal de combate à doença.

De acordo com Henrique e Amador (2014), no final do século XIX se associou a sífilis a discussões relacionadas a degeneração e na década de 1920, o Brasil buscava se livrar das acusações de decadência tropical e degeneração racial, pois na visão europeia o calor dos trópicos seria o responsável pela incapacidade do homem branco de prosperar e também de uma suposta degeneração do povo.

Segundo Carrara (1996), em 1909 começa a utilização do arsênio como medicamento para neutralização da sífilis. Desenvolvido na Alemanha conhecido como “salvarsan”, “bala mágica”, “606” e esta mesma equipe desenvolveu posteriormente o “914” que seria uma versão menos tóxica denominado de “neo-salvarsan”.

Carrara (1996) apresenta um posicionamento de Afrânio Peixoto frente a nova descoberta alemã, o médico aponta que num intervalo de 50 anos a sífilis estaria erradicada. Porém essa nova descoberta não curava a sífilis ela apenas tratava e reduzia feridas contagiosas. O tratamento mais efetivo contra a sífilis só veio na década de 1940 com o uso da penicilina.

Neste período percebemos a forte influência da eugenia nas discussões dos problemas nacionais principalmente no campo da Higiene, mas também atinge outros como a Psiquiatria, Medicina legal e a Criminologia.

Na obra *Higiene- volume 2- medicina preventiva* (1922), algumas partes do texto Profilaxia pública da sífilis e enfermidades venéreas (1904) é publicado novamente, na parte em que é destinada para as causas e prevenção da sífilis.

Nesta obra aponta duas formas de profilaxia a individual e pública, a individual seria feita por meio da contenção sexual até a época do casamento que é uma prática de higiene tão importante, mas segundo Afrânio Peixoto ignorada pelos países latinos. A profilaxia pública seria a desinfecção da sífilis pelo mercúrio, como também medidas de prevenção social, a regulamentação da prostituição entre elas,

nesta parte o texto se repete ao escrito da Profilaxia Publica da sífilis e enfermidades venéreas.

Todas as medidas de prevenção social da sífilis – regulamentação da prostituição, exames periódicos, isolamento das pessoas infectadas – constitui medidas precárias, injustas, contrapudocentes, representando apenas residuos ou reminiscencias barbaras daquelas leis antigas que puniam e enxotavam os contagiosos e os contaminados. Precárias, porque tais coacções e violencias não permitiam sempre conhecer e atingir á sífilis; injustas, porque visavam apenas a mulher um dos comparsas na infecção; contrapudocentes, porque açulavam e produziam a prostituição clandestina, mais numerosa e nociva, que a outra, punida pelo Estado com inauditos vexames, e para apenas determinar uma falsa garantia. Por isso, em toda a parte, quando o respeito humano não obrigou a abolição, a ineficacia convencida foi-lhe produzindo o mesmo descredito. Desgraçadamente alguns Estados europeus emperram nessa regulamentação ominosa, talvez entretida pelo parasitismo administrativo que vive dela. Não só os miseráveis *caftens* vivem da prostituição, mas os funcionarios da regulamentação, com o pretexto da saude publica: os outros são menos hipócritas. (PEIXOTO, 1922, p. 164)

Afrânio Peixoto faz uma crítica as leis antigas que segregavam e enxotavam os doentes nos remetendo a discussão apresentada por Foucault (1997), na obra O nascimento da clínica, onde o hospital se torna uma máquina de curar, antes do século XVIII, o Hospital é um lugar paradoxal. O indivíduo que estava morrendo era o principal objeto dessa instituição, alguém que precisava dos últimos cuidados e do sacramento. No imaginário popular, o hospital era um lugar onde se morria assistido, pelo menos, espiritualmente. O pessoal caridoso do Hospital oferecia a oportunidade da salvação espiritual e não exatamente a cura física. O Hospital também servia como depósito de loucos, devassos, prostitutas e de leprosos. Era público e notório que se tratava também de um espaço produtor de cruel segregação social.

Até o século XVIII, a doença é produto da relação do homem com o meio, o Hospital deve ser um local de cura, não mais da caridade e da salvação espiritual. E a soberania do hospital passa para aqueles que sabem mais, o médico, aquele que detém saber e poder. Pacientes agora recebem identificação, registro de acompanhamento, de saída e morte do paciente.

Em algumas passagens anteriores desta mesma obra, Afrânio Peixoto trabalha a Higiene da espécie e aponta que a higiene também se interessaria pela descendência do indivíduo. Alguns caracteres dos indivíduos nem sempre são felizes trazendo deformações e degenerações, as doenças ocorrem perturbando a saúde e a vida do seu futuro ser, Afrânio Peixoto defende a esterilização destes

indivíduos para o auto saneamento da espécie e indica como proposta a eugenia trariam as boas gerações e que podem corrigir ou melhorar as gerações futuras.

E assim pode-se dizer realiza-se o 'auto-saneamento' da espécie. Um individuo se desencaminha no alcoolismo; o filho sera convulsivo na infancia, depois epilético; o neto imbecil ou idiota, e nele felizmente se extingue a raça depurada a especie, que continua com os outros exemplares perfeitos ou capazes de se aperfeiçoarem, da degeneração em que porventura caíram, á regeneração a que podem subir com higiene e medicina, ortobiose que é o preço da sobrevivencia. (PEIXOTO, 1922, p. 19).

A proposta de esterilizar indivíduos considerados degenerados ou que poderiam transmitir taras e vícios para sua prole, provém dos ideais eugênicos que por volta dos anos 1920, estava em alta no Brasil, disseminadas pelo médico Renato Kehl.

Segundo Stepan (2005), em 1918 foi fundada no Brasil a Sociedade Eugênica de São Paulo, a primeira sociedade de eugenia brasileira, poucos meses mais tarde vindo a nascer também na Argentina e somente seis anos após nasce na França e em dez anos na Inglaterra. Isto demonstrou que os médicos brasileiros estavam empenhados com essa discussão e que esses acontecimentos tinham uma relação maior com a América Latina do que com os Europeus. Um dos fatores seria a Primeira Guerra Mundial, a queda dos países europeus a barbárie, projetou o nascimento de um forte nacionalismo nos países latinos visto que os países europeus determinavam o que era "civilizado" como também apresentavam os países latinos como atrasados. Outro fator seria a necessidade de encontrar soluções próprias para os problemas da América Latina.

Na segunda década do século XX, a pobreza e a saúde dos mais pobres se tornam uma questão nacional, os negros e mulatos eram os grupos que mais inquietavam os médicos sanitaristas, que presumiam que doenças sociais se acumulavam pela hierarquia sócio-racial, a exemplo os pobres seriam pobres porque seriam indivíduos anti-higiênicos, sujos, ignorante e hierarquicamente inadequados. Nesta década a pobreza, a migração e imigração levaram o país a um período de radicalização política, com protestos e deflagração da primeira greve nacional em 1917. Neste mesmo período alguns médicos fizeram a primeira defesa nacional da eugenia como um caminho capaz de aliviar as tensões sociais.

Ainda segundo Stepan (2005), a greve demonstrou o potencial político dos trabalhadores, mas também sua fragilidade frente ao poder das autoridades e o uso da polícia para sufocar as manifestações. A elite temia a violência e o perigo que os negros e mulatos representavam e os retratavam como preguiçosos, indisciplinados, doentes e em permanente vagabundagem.

Essas demonstrações nos levam ao conceito de “classes perigosas” Chalhoub (1996), pois o higienismo tinha como objetivo segregar e eliminar esta população dos centros urbanos, pois estes tornavam o ambiente insalubre e propagador de doenças. Os pobres seriam viciosos, a ociosidade do trabalho geraria malfeitores, portanto aqueles que viviam na pobreza carregavam vícios, os trabalhadores honestos escapariam a pobreza. A pobreza seria suficiente para considerar um indivíduo malfeitor, eles também apareciam como perigo de contágio, por isso seria necessário a repressão aos vícios e mau hábitos.

Em sua obra *Elementos de Higiene* (1913), Afrânio Peixoto demonstra preocupação sobre a procriação dos indivíduos, o desenvolvimento perfeito da criança bem como sua educação e sua saúde que convêm ao indivíduo e também a sua raça.

A escolha sexual de dois individuos aptos á procreação, em que os interesses da atração reciproca dominem os subalternos das conveniencias sociais; a procreação, no momento propicio da maturidade genesica de ambos; a cultura adequada no seio materno do ser produzido, de sorte a lhe permitir o desenvolvimento perfeito, o nascimento; a criação; a educação; o exercicio; a vida, em suma, regrada para proteger, defender, permitir, facilitar entre as causas ocurrentes variadas, nocivas e proficuas, as que convem ao individuo e a raça... é esse todo e máximo desiderato da hijiene, porque a saude, sua preocupação, será a consequencia preparada. (PEIXOTO, 1913, p. 355-356)

Na obra *Higiene* (1922), volume 1, de Afrânio Peixoto há uma parte dedicada a profilaxia de doenças transmissíveis, para impedir a transmissão dessas doenças na escola, o alvo seriam as crianças.

Para impedir o acesso as doenças tranmissiveis na escola é preciso ter a garantia de saude não só dos alunos em particular, mas de todo o pessoal que serve a educação (mestres, professores) como no entreterimento da casa escolar (guardiãs, serventes, bedeis). A tuberculose, s sífilis, a febre tifica, pelos portadores de bacilos, podem assim, desconhecidas e não afastadas por um diagnostico oportuno, se propagar aos alunos, em contagio possivel e provavel. Principalmente as doenças e infecções frequentes na infancia exigem reconhecimento pronto, para evitar contágio dos sãos pelos infecciosos e infestados: é o caso do sarampo, da varicela,

da varíola, da escarlatina, da erisipela, da coqueluche, da cachumba ou trasorelho, da gripe, da difetéria, da sarna da ptíriase, do impetigo, do eclima, da tinha favosa ou tricofilitica... ou ainda da meningite cerebro-espinhal, da tuberculose, da sífilis, da febre tífica e outras muitas... (PEIXOTO, 1922, p. 329)

É na família que se concentravam todos os problemas da modernidade, que se apresentava ameaçada. Neste período mulheres e crianças eram os maiores alvos dessas políticas higiênicas, visto que a mulher era quem geraria os futuros filhos da nação e as crianças que deveriam ser educadas higienicamente para que se atingisse o progresso esperado.

Em íntima relação com estes temas estava a própria família, na qual, para muitos, se concentravam todos os problemas da modernidade, ameaçando-a de colapso. As classe médias latino-americanas, antiquadas e formalmente católicas, veneravam a família tradicional como a instituição fundamental para uma boa sociedade. Nas primeiras décadas do século XX, essa família tradicional parecia cada vez mais ameaçada, seja pela crescente presença de mulheres nos locais de trabalho, seja pelos novos costumes sexuais trazidos pela modernidade e pela imigração, pela prostituição, a prole ilegítima, os abortos ilegais e o alcoolismo que acompanharam a crescente industrialização, as migrações internas, a urbanização e a pauperização. Uma das respostas possíveis ante os dilemas postos por um corpo político doente constituía-se em sanear, moralizar e 'eugénizar' a família. (STEPAN, 2005, p. 52).

Segundo Stepan (2005), uma população saudável e apta era considerada essencial para uma riqueza material. As altas taxas de enfermidades eram vistas como abomináveis e um empecilho para o progresso.

Na medida em que cresciam as expectativas quanto ao controle das enfermidades, as doenças associadas a pobreza como as infecções venéreas, tuberculose, alcoolismo, forçavam a expandir as fronteiras do conhecimento médico.

Nas páginas da Revista Brazil Médico no ano de 1920, encontramos uma preocupação com a utilização de cocaína e outras drogas e sua associação com a prostituição.

Nesse particular, o maior número de vítimas é feito entre os rapazes de 18 a 23 anos, no início da sua vida sexual, quando procuram bordéis e pensões de prostitutas.

Não se encontrará, talvez, uma só dessas casas no Rio de Janeiro onde não viviam adeptas fervorosas da morfina, da cocaína ou do ether. Essas pobres mulheres, presas do mal, às vezes satisfeitas, outras mais desesperadas por lhe sofrerem as consequências, ou por vingança, ou por maldade, ou por inconsciência, incitam, convidam, obrigam às primeiras provas os jovens inexperientes que as procuram. E estes últimos, na sua inconsciência, entre si se ufam e se, estimulam mutuamente, contribuindo

com uma dolorosa efficacia com a propagação do vicio. (BRAZIL-MÉDICO, 1920, p.159)⁴⁴

Neste mesmo ano encontramos um texto do médico Serafim Vieira de Almeida intitulado “Cocaína e cocainomania”, onde ele traz uma citação de Afrânio Peixoto apontando para que 90% dos casos de pessoas intoxicadas por cocaína serem prostitutas.

Uma prova está que 90% destes intoxicados são raffinés, prostitutas e rufiões que as frequentam e se associam ás suas intemperanças e peversões. Já é anomalo não se contentar com as sensações costumeiras da vida quotidiana; os que procuram prazeres raros e sensações novas são tarados e predispostos; acabam doentes (AFRÂNIO PEIXOTO). (ALMEIDA, 1920, p. 236)

Na cidade de São Paulo a imprensa também fazia esta associação de mulheres prostitutas como as principais causadoras dos vícios em drogas. Rago (2008) mostra a construção da imagem da prostituta como “mulher fatal”, muito explorada na imprensa paulista ao noticiar escândalos sensacionalistas que excitavam a imaginação pública na década de 1920 em São Paulo, na manchete do *Correio Paulistano*, de 19/12/1923 “Mais uma vítima de cocaína – Mulher fatal - A morte de moço no Imperial hotel”:

Cocainômana contumaz Edith Moniz é uma *dessas venenosas e fatais flores da orgia*, que arrastam para o abismo da perdição e da morte rapazes incautos que tão facilmente se deixam levar na vertigem dos pecados ‘chics’ e das abominações elegantes(...) Horácio Martins devia ser mais uma vítima da *mulher demoníaca*. (CORREIO PAULISTANO, 1923, *apud* RAGO, 2008, p. 231)

O homem é completamente absorvido por sua própria morte, vitimizado pela sua fragilidade e a prostituta recebe todos os adjetivos estigmatizantes que tornam extremamente poderosa e mortal e, no entanto, assim como os rapazes que se intoxicavam e morriam pelo abuso das drogas, muitas prostitutas sofriam a igual sorte.

O ano de 1920 também é palco de uma reforma dos serviços sanitários, instaurada pelo decreto 3.987, que reorganiza os serviços de saúde pública.

⁴⁴ BRAZIL- MÉDICO, ano XXXIV, março, 1920, nº10.

Segundo a Revista Brazil-médico (1920), em vez da criação de um ministério da saúde pública que era o reivindicado, foi realizada uma reforma nos serviços sanitários, dentre eles o serviço de profilaxia das doenças transmissíveis, e o novo regulamento apresentaria quase que uma regulamentação da prostituição.

Segundo reza o regulamento, serão submetidas as prostitutas a exames bi-semanaes, feitos pelos medicos da inspeccoria, obrigadas a carteiras de matricula nos dispensarios e a isolamento no hospital, sempre que o deterinar o medico do Departamento. Evidentemente foi visada a regulamentação. Esqueceram-se, porém, auctores do regulamento de que a prostituição não tem existencia legal entre nós, não constitue profissão reconhecida e garantida pela policia. Nenhuma hetaira confessara ao medico do Departamento que vive da prostituição só pelo prazer de submeter-se aos vexames e rigores prescriptos no regulamento. Serão todas ellas modistas, costureiras, amasiadas, etc. Redundará inutil, portanto, todo o esforço dos medicos do Departamento. Inutil e extremamente pernicioso será esse esforço, pois receiosa dos efeitos do regulamentoa grande maioria das prostitutas fugirá dos medicos, mesmo os extranhos ao Departamento, suspeitando, na sua ignorancia, uma possivel denuncia. Teremos assim, multiplicando os maleficios da verdadeira regulamentação. (BRAZIL-MÉDICO, 1920, p.500)⁴⁵

A publicação do texto “A regulamentação eugênica do casamento” de Renato Kehl na Revista Brazil médico nos demonstra a inserção do cenário das teorias eugênicas se fortalecendo no Brasil.

Segundo Stepan (2005), a eugenia atraia uma crescente classe médica com o intuito de promover seu papel de especialista na vida social. A emergência da eugenia na América Latina era condicionada pelas ideologias da região, esses intelectuais confrontavam com textos de médicos europeus como Henry Thomas Buckle, Benjamin Kidd, Georges Vacher de Lapouge, Gustave Le bon e conde de Gobineau, que demonstravam que o Brasil era um exemplo privilegiado de degeneração. Esses médicos e vários outros darwinistas sociais citavam suas teorias de inferioridade dos negros, degeneração de mulatos e decadência tropical, dos Estados Unidos vinha a mesma mensagem de que o cruzamento de promíscuos havia produzido povos degenerados, instáveis e incapazes de desenvolvimento progressivo. No entanto, as classes educadas da América Latina desejavam ser brancas e temiam não ser e por esta e outras razões no final do século XIX, há um incentivo de imigração europeia, pois acreditava-se que a mão de obra europeia contribuiria para a formação de uma sociedade mais progressista e para melhorar a imagem do Brasil e de uma população potencialmente branca.

⁴⁵ BRAZIL-MÉDICO, ano XXXIV, 1920, julho, nº 31.

Embora de início Renato Kehl não tivesse conseguido organizar no Rio de Janeiro uma sociedade eugênica como a fundada em São Paulo, a eugenia encontrou espaço no campo da higiene mental, e ligada a essa associação a eugenia também aparece ligada aos problemas de criminalidade, prostituição, “patologias de pobres” e da população negra e mestiça. A higiene mental no contexto latino-americano esteve profundamente marcada pelo hereditarianismo, muito influenciado pelo criminologista Cesare Lombroso.

Afrânio Peixoto esteve ligado ao campo de estudos da higiene mental, tanto que no ano de 1922 é criado no Hospital Nacional de Alienados o Dispensário Afrânio Peixoto, destinado para tratamento da sífilis, mas em especial a sífilis nervosa. Neste mesmo ano foi fundada a Liga de Higiene Mental no Rio de Janeiro.

Segundo Stepan (2005), fundada por Gustavo Reidel, a Liga de Higiene Mental se propunha a realizar um programa prático de profilaxia mental centrado principalmente nos deficientes, perturbados, delinquentes, aqueles que seriam mais propensos a prática de crimes e que precisavam ser identificados e diagnosticados e se necessário segregados da restante população. A liga se consolidou rapidamente e reuniu mais de 120 membros, liderada pelo médico Ernani Lopes. A liga também conseguiu obter sanção oficial para as atividades, a exemplo de uma nova lei de assistência aos mentalmente doentes, proposta por Afrânio Peixoto. Essa lei deu aos psiquiatras e higienistas mentais o poder de internar indivíduos mentalmente doentes em asilos, como também para a expansão de dispensários em diversos locais da cidade.

Outro terreno onde a eugenia atuou foi o da medicina legal. Por volta da segunda década do século XX, várias cátedras e institutos de medicina legal haviam sido estabelecidos dentro das faculdades de medicina. Dentro da área de medicina legal, os problemas de crime e responsabilidade ficaram intimamente ligados a questões raciais e eugênicas, no qual Afrânio Peixoto teve grande contribuição.

Afrânio Peixoto escreveu diversas obras sobre temas eugênicos, promovendo o uso da eugenia no trabalho policial e na redução da criminalidade hereditária e advogando, de forma geral, cooperação entre as profissões jurídica e médica. Nessa ocasião, a eugenia apareceu também nos debates da Academia Nacional de Medicina, onde Miguel Couto fez da eugenia e da imigração seus tópicos distintivos. No museu Nacional, Roquette-Pinto, produziu, em 1927, um livro que continha um longo capítulo sobre as “leis da eugenia” e sua importância antropológica para o Brasil. (STEPAN, 2005, p. 60)

Segundo Stepan (2005), na década de 1920 a eugenia também havia sido incorporada nos debates médicos mexicano e argentino. No México em 1921 houve o Congresso Mexicano da Criança que levantou questões eugênicas e sexuais, houve até uma votação em favor da esterilização de criminosos. E em 1931 foi fundada a *Sociedad Eugénica mexicana* e também a instauração de um Código Mexicano de eugenia. Na Argentina em 1918 foi fundada a *Sociedad eugénica Argentina* e em 1932 a *Asociación Argentina de biotipología, eugenesia y medicina social*. Embora as décadas de 1920 e 1930 sejam o período onde as teorias eugênicas estiveram em alta o movimento é um pouco anterior a este período como podemos perceber com o Primeiro Congresso Internacional de eugenia que ocorreu em 1912 em Londres.

No Brasil em 1923 temos o Primeiro Congresso de Higiene e em 1929 o Primeiro Congresso brasileiro de Eugenia. A partir do ano de 1923, analisando as páginas da Revista *Brazil-médico* percebemos uma preocupação higiênica maior com a sífilis, cuidados de prevenção principalmente e não somente publicações sobre tratamento e as manifestações da doença em diferentes órgãos.

Segundo Stepan (2005), nas décadas de 1920 e 1930 o discurso sobre gênero e raça ficou cada vez mais atrelado ao discurso de nação.

O desejo de 'imaginar' a nação em termos biológicos, de 'purificar' a reprodução das populações para adequá-las às normas hereditárias, de regular o fluxo de pessoas através das fronteiras nacionais, de definir em novos termos quem poderia pertencer à nação ou não – todos esses aspectos da eugenia giravam em torno de questões de gênero e raça e produziram propostas ou prescrições de novas políticas invasivas de Estado voltadas para os indivíduos. Em resumo, por causa da eugenia, gênero e raça ficaram ligadas à política de identidade nacional. (STEPAN, 2005, p. 117)

É neste contexto que a eugenia surge na América Latina, apresentava a fertilidade feminina como um recurso crucial para a nação, confinando mulheres a papéis reprodutivos. Uma das formas de controle da sexualidade feminina era o chamado exame pré-nupcial, que seria um exame realizado pelos casais recém antes do casamento a fim de avaliar a saúde de cada um, não somente a saúde, mas as degenerações que poderiam ser hereditárias, no caso das mulheres na maioria das vezes também se exigiam o exame de defloramento para atestar a sua virgindade antes do casamento.

Segundo Stepan (2005), Renato Kehl, Belissário da Penna, Afrânio Peixoto dentre outros eram defensores da obrigatoriedade desses exames no Brasil.

Nestes escritos de Afrânio Peixoto citados anteriormente os dois volumes da obra Higiene (1922) e o texto Profilaxia Pública da sífilis e doenças venéreas (1904), percebemos a preocupação de Afrânio Peixoto com a prostituição, enquanto um problema de saúde pública, voltado para resolver um problema maior que seria a sífilis. Não somente Afrânio Peixoto como os médicos voltavam sua preocupação principalmente com a saúde dos indivíduos sadios e não com a saúde das mulheres prostitutas, que apareciam apenas como o problema. Não se pensava em outras políticas para tirar as mulheres desta profissão, assim como vimos anteriormente na fala de Afrânio Peixoto que a maioria das mulheres vai para a prostituição por más condições econômicas, mas não se é pensado em formas de tirá-las deste impasse, mesmo que algumas não exercessem tal atividade por mera escolha.

Posteriormente em algumas obras a perspectiva tratada por Afrânio Peixoto a respeito da prostituição se modifica, ela tende mais para o campo da criminologia e da patologia, do que de uma preocupação com a saúde pública apresentada anteriormente, embora estabeleça ainda algumas críticas a regulamentação em algumas obras. Percebemos esta influência dos ideais eugênicos nos escritos de Afrânio Peixoto, primeiramente nos seus escritos próximos e posteriores a década de 1920, a preocupação com a prostituição estava voltada para a questão de saúde pública e regulamentação, posteriormente ela é voltada para o campo da criminologia e da higiene, perpassada pelos ideais eugênicos quando apresenta também uma preocupação com casamentos “legítimos”, “normais”, exames pré-nupciais e também a esterilização de indivíduos considerados degenerados.

3.3 A PROSTITUIÇÃO COMO EQUIVALENTE FEMININO DA CRIMINALIDADE

Segundo Wit e Borges (2016), nas décadas que antecederam o estabelecimento do Código Penal de 1940 havia um intenso debate sobre aqueles que subvertiam a ordem e a moral e a construção do ser mulher na sociedade brasileira.

A situação da mulher criminosa foi muito debatida durante o período de vigência do Código Penal de 1890. As práticas discursivas, que abrangiam as temáticas relacionadas ao crime, segurança, punição e ao sistema

jurídico, criou na população um medo de estar nas ruas. Os espaços públicos eram perigosos, era onde a população estava exposta a todos os tipos de ameaças: delitos, doenças, loucura, alcoolismo, prostituição. E as delinquentes representavam uma parcela desse mau. (WIT e BORGES, 2016, P. 2)

Ainda segundo Wit e Borges (2016), há também uma modificação de discurso antes as ações que eram criminalizadas, passaram ser vistas como patologias que deveriam ser estudadas por especialistas. O indivíduo se torna inimigo e subversivo a norma, a moral e sobretudo a nação e passa a ter sinônimo de doença, de anormalidade.

Segundo Mazzeiro (1998), a partir da análise da obra de um dos maiores criminólogos brasileiros, o jurista Evaristo de Moraes na virada do século XIX e XX, apresenta a prostituição como um "mal necessário" para a preservação da moral no lar, não podendo ser considerada crime, entretanto ela foi criminalizada como "ato imoral" que ameaçava a vida social.

Na obra *Criminologia* (1933), o médico apresenta a prostituição como um meio e causa da criminalidade, mas também de uma perspectiva patológica.

Na parte dedicada a endocrinologia, Afrânio Peixoto traz algumas associações de condutas criminosas associadas a problemas hormonais, indicando que algumas crises endócrinas estão ligadas a sexualidade do indivíduo como a puberdade, menstruação, prenhez, parto e menopausa, pois as glândulas sexuais, testículos e ovários, sofrem ação de outras glândulas e dessas interações se deduzem todas as ações genitais e sexuais. O amor materno e a maternidade seriam exigências glandulares. Apresenta que uma das causas da prostituição pode ser a grande presença de foliculina, que é o hormônio liberado pelo ovário antes da liberação cíclica do óvulo, o estógeno. "A virtude, a castidade, a honra... Porque não? Uma insaciada e insaciável Messalina, as 'Donas Juanas' de 'oestro' permanentemente, têm apenas foliculina demais, ou hormônio principal do ovário, que já se obtém cristalizado..." (PEIXOTO, 1933, p. 58).

Segundo Afrânio Peixoto (1933), a modificação de uma glândula endócrina perturba, necessariamente o equilíbrio geral do corpo. Os hormônios governam o corpo e a alma e também as ações individuais e sociais, o crime, portanto pode ser e é na maioria das vezes segundo Afrânio Peixoto, determinado hormonalmente. A hipófise e a epífise seriam as glândulas que colaboram para os crimes sexuais.

Tanto a hipófise, como a epífase, colaboram nos crimes sexuais: a hipoplasia genital e a inversão sexual prendem-se a hipopituitarismo. Os crimes de violência, dependem do timo. Uma mulher asexual, amenoréica, perversa e tríbade, curou-se, vindo a normalidade, apenas com uma transplantação do ovário, que lhe fez ENGELBACH. LYONS HUNT conclue que é preciso transformar a prisão em hospital moral. Se assim é, em hospital, simplesmente. (PEIXOTO, 1933, p.63)

As prostitutas também aparecem classificadas no que Afrânio Peixoto determina como histeria, que seria “a nevrose da mentira, ainda e principalmente da mentira “sincera”, inconsciente. Pelo exagero “espetaculoso” de suas manifestações, parecia que o carácter histérico devesse levar facilmente ao crime.

Na esfera afectiva tomam-se de ódios por certas pessoas, pelo marido, até pelos filhos, maltratam, caluniam, difamam, por *cartas anónimas, denúncias, falsos depoimentos...* Casos de repulsão pelo marido, prostituição, paixões lesbicas escandalosas, afrontando o pudor...(PEIXOTO, 1933, p. 195).

A maternidade também seria uma exigência glandular do organismo feminino.

O amor, o amor materno, a maternidade, o aleitamento... são exigências glandulares. MONTAIGNE já falava ‘Vênus que buscava descarregar os seus vasos’: injeções, depois secreções. Ao alívio do seio vazio, esvai-se, com o leite, a ternura. (PEIXOTO, 1933, p. 58)

No texto anterior sobre a Prophylaxia publica da syphilis e enfermidades venereas (1904) Afrânio Peixoto apresenta as prostitutas como não criminosas, nesta obra o cenário se modifica um pouco elas são meio e causa da criminalidade, a criminalidade é classificada como:

A criminalidade é uma espécie de doença social, dependente em suas formas e vicissitudes, da propria sociedade, seus defeitos de organização e seus vícios, etc.

A criminalidade, a vagabundagem, a mendicidade, o espirito de revolta e descontentamento, prendem-se á estrutura economica actual, aos excessos do capitalismo, á deploravel repartição de bens: ao pauperismo que tolhe ás grandes massas, com a esperança, a energia e a actividade fecunda, produzindo o esgotamento fisico e moral, constituindo a degeneração fisica e social, ao alcance facil da criminalidade. (PEIXOTO, 1933, p. 207).

Afrânio Peixoto apresenta a prostituição como o derivativo criminal das mulheres baseado nas teorias apresentadas por Lombroso, como também o argumento de que a mulher seria mais infantil e primitiva que o homem, portanto ela

seria também menos criminosa, não pode ser apresentado quando se considera a prostituição, que seria o equivalente criminal ou crime específico do sexo

A prostituição tem sido considerada como meio e causa da criminalidade. Que seja até o derivativo criminal das mulheres foi opinião, rebatida aliás, de LOMBROSO. Talvez recurso, a princípio, de argumento, ao lhe objectarem que a mulher, embora mais infantil e primitiva, tinha, entretanto, menor criminalidade: não foi a resposta, quando se considera prostituição como equivalente criminal, se não crime específico do sexo. (PEIXOTO, 1933, p.211)

As mulheres também teriam outros crimes que lhes são próprios como aborto, infanticídio, envenenamentos, que ficariam segundo Afrânio Peixoto, ignorados e impunes. A degeneração nos homens era carregada de feios estigmas, mas nas mulheres seria ao contrário lhes “dotava às mulheres de encantos, recrutadas que são as prostitutas entre as mais bonitas.” (PEIXOTO, 1933, p.211).

Nesta obra *Criminologia* (1933), Afrânio Peixoto aponta duas causas essenciais para a prostituição. A primeira seria biológica/patológica, considerada pelo médico menor, que viria da doença mental, da neurastemia, histeria, degeneração, incitações pervertidas, incapacidade de trabalho fixo, as chamadas **prostitutas de índole**. A segunda causa seria social/econômica, que seria causada pela desigualdade entre os sexos, pelo egoísmo masculino, que não consegue sustentar a casa e leva as mulheres a explorar a própria carne.

A prostituição tem duas causas essenciais: uma, menor, biológica ou patológica, vem da deficiência mental congênita, neurastemia, histeria, degeneração que, por incitações pervertidas, eróticas, ou por incapacidade de trabalho fixo, disciplinado, levam á orgia (*prostitutas de índole*): e outra maior, social ou econômica, vem da desigualdade entre os sexos, mantida pelo egoísmo masculino, que obriga a concorrência de trabalho para comer e subsistir, á mulher, naturalmente mais fraca e gravada do onus da procriação, gestação, maternidade, aleitamento, criação e educação dos filhos... Se o parceiro foge á responsabilidade da obra comum, o menor esforço, uma irremovível incapacidade de ganhar a vida como êle, leva-as a explorar a propria carne, fazendo o homem pagar pelo gozo facil, embora envenenado, o que lhe furta, quando não cumpre honestamente o dever. (PEIXOTO, 1933, p. 212).

As prostitutas de índole seriam consideradas doentes, fracas de espírito e débeis mentais, teriam também taras endócrinas (hormonais), como a hiper-função que aumenta o apetite sexual, a menstruação precoce, prematuridade sexual, ou a hipo-função o útero infantil e seios pequenos. Essas prostitutas natas que se se

encontram fora da prostituição seriam minoria, mas se encontram nos casamentos e no adultério, mas a sociedade faz o seu maior número.

Aquelas prostitutas de indole são doentes: KRETSCHMER diz que são em geral fracas de espirito, debeis mentais. VIDONINI lhes acentuou as taras endócrinas: estados adiposos por hipo-função ovariana, devida a blenorragia; caracteres viris, dos pêlos, da laringe, das nadegas, mongolismo, por hipo-função ovariana que dá hormônios 'virilgenéticos'. [...] São minorias essas prostitutas natas, que se encontram mesmo fora da prostituição, no casamento, no adultério. A sociedade faz o resto, o maior numero. (PEIXOTO, 1933, p. 212-213)

Ou seja, Afrânio Peixoto aponta as relações econômicas e sociais como as principais responsáveis pela prostituição, as de causa biológica ou patológica seriam em menor número, que seriam classificadas por ele como prostitutas de índole ou prostitutas natas, onde a influência familiar também pesaria na gênese da prostituição.

De acordo com Mazzeiro (1998), a prostituição no discurso da Criminologia um fenômeno fisiológico, orgânico ou patológico, doentio na maioria das vezes, ela era vista por moralistas, sociólogos e criminólogos como resultado do meio social, tendo como principal causa a miséria, portanto a prostituição seria inevitável, pois boa parte das mulheres tem a prostituição como único meio de subsistência.

Cândido Motta um dos principais criminólogos da cidade de São Paulo tornando-se posteriormente chefe de polícia e Secretário de segurança pública do Estado de São Paulo escreve em 1897 que a "prostituição era considerada um "fenômeno social fatal e necessário", como o crime, uma resultante de fatores antropológicos, físicos e sociais." (MAZZIEIRO, 1998, p.2).

Segundo Oliveira (2003), as mulheres ao longo da história têm sido vítimas de uma armadilha social que as coloca em uma posição de docilidade e fragilidade sempre em uma posição de inferioridade. No campo criminal não é muito diferente, as mulheres também eram vistas como o fruto da docilidade e menos capazes de cometer crimes em relação aos homens e quando cometidos estavam vinculados a influência de um homem ou por motivos de paixão. Ao universo feminino não é dado o direito a violência e condutas que demonstrem a capacidade de inverter o papel de inferioridade que lhes é atribuído.

Na obra *A mulher delinquente* de Lombroso e Ferri (2017), isso pode ser demonstrado, as chamadas criminosas natas seriam as prostitutas percebido como

equivalente feminino da criminalidade, as criminosas ocasionais seriam aquelas que cometeriam outros crimes predominantemente femininos como o adultério e o aborto, morte do marido por envenenamento, não se associa crimes masculinos a mulher, embora aponte que algumas criminosas desenvolvem características masculinas.

Segundo Mazzeiro (1998) alguns criminólogos, apesar das preponderâncias das causas sociais para a prostituição apontavam também para casos patológicos de mulheres que se entregavam a prostituição por exigências mórbidas do seu organismo.

O nome de Lombroso aparece frequentemente como uma referência de Afrânio Peixoto para a construção do texto da obra *Criminologia* (1933). Percebemos essa influência também quando apresenta as duas causas essenciais para a prostituição: a biológica/patológica e a econômica/social. As mulheres que se tornaram prostitutas devido as causas biológicas/patológicas, as **prostitutas de índole** seriam classificadas no que Lombroso aponta como **prostitutas natas**. Essas mulheres apresentam ausência de afetos naturais como o familiar e afeto maternal, e presença de sentimentos como inveja, ciúme, espírito de vingança. Nestes casos, a miséria não é o principal motivador para a vida viciosa, mas a ausência de pudor e a loucura moral. Cometem também outros delitos além da prostituição.

As mulheres não são menos criminosas que os homens; na criminalidade doméstica elas nos igualam (OETTINGEN) e ainda muitos ha que lhes são proprios (DURKHEIM): infanticídios, abortos, envenenamentos, que ficam ignorados, desconhecidos, impunes: isto compensa que, na rua, onde as relações delas são menores e menos vivas, pratiquem menor numero de delitos. (PEIXOTO, 1933, p.211-212).

Para demonstrar esta influência familiar na prostituição Afrânio Peixoto cita a obra de Abraham Flexner, *La prostitution em Europe* de 1913 e Pierre Lepine, *Prostitution et réglementation*, 1930, sobre a regulamentação na cidade de Paris. Apresenta dados de 1000 prostitutas onde apenas 363 tinham uma família regular, em 60% dos casos o pai é alcoólatra e a mãe de procedimento não ilibado, ou seja, não possuía um caráter integro. Dois terços são filhos de pais separados, órfãos de pai ou de mãe, ou dos dois.

Aponta esses 363 casos de prostituição em famílias “normais”, devido a uma numerosa quantidade de filhos que dificultaria o bem-estar e a educação dos filhos. As denominadas famílias normais, seria a chamada família nuclear/tradicional (pai, mãe e filhos) e que não possuíam histórico de alcoolismo ou de degenerações, de doenças mentais.

A partir desses dados são apontadas algumas outras causas para a prostituição como: mulheres que foram seduzidas e abandonadas grávidas, mulheres que se casaram muito cedo e se divorciaram, mulheres que chegaram a exercer algum ofício na sociedade mesmo que passageiro como cabelereira, governantas, professoras, manicures, neste último caso a inferioridade dos salários e a amoralidade dos patrões que contribuiu para o descaminho dessas mulheres.

A influencia familiar, que prepodera na gênese da prostituição, pois que em 1.000 apenas 363 prostitutas tinham família regular: o pai alcoolista em 60% dos casos e a mãe de procedimento não ilibado. Nos dois terços paes divorciados, separados, orfãos de pai ou de mãe, ou dos dois. Nesses 363 casos de familias normais ha 80,44% de familias numerosas, com mais de tres filhos: a sobrecarga da prole dificulta o bem estar, transtorna a educação, impede a vigilancia moral – razões afastadas, mas prementes, de prostituição. A instrução suficiente, o oficio no ateiier aos 13 anos, são causas adjuvantes e dependentes dessas. (PEIXOTO, 1933, p. 213)

Segundo Mazzeiro (1998), tudo que perpassava a ordem burguesa como família procriação, propriedade, herança era criminalizado, tudo devia ser punido, também associavam o surgimento dessas perversões a uma família sem estrutura. O alcoolismo também foi visto pela Criminologia como causa da desmoralização dos filhos o pai alcoólatra perdia a força moral, tornava-se apático ou violento, deixando ser aquela figura calma e defensora da família.

Tanto que nas publicações dos Archivos brasileiros de higiene mental tem uma sessão denominada de “Trabalhos de anti-alcoolismo” onde são publicadas as ações da Liga de Higiene Mental na campanha intensa contra o alcoolismo. Ernani Lopes em um destes textos apresenta a visão de Afrânio Peixoto sobre esta questão:

Afrânio Peixoto, sentencia com justeza: ‘é o alcoolismo o maior inimigo da humanidade’. Immediatamente, após, todavia, julga-se no dever de acrescentar: ‘falo seriamente’. Nada mais expressivo, como vê V. Ex. Um professor de hygiene, grande observador dos costumes de sua época, julga-se obrigado a avisar expressamente que esta falando serio, quando

classifica o alcoolismo na sua verdadeira significação de maximo flagello do genero humano. (LOPES, 1930, p. 178)⁴⁶

Margareth Rago (2008), em sua obra *Prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*, retrata que antes da industrialização da cidade de São Paulo as mulheres raramente saíam as ruas, não frequentavam escolas e as compras eram realizadas por pajens. Com a urbanização, há uma transformação radical na condição feminina, fundamental para a compreensão do novo estatuto conferido a prostituta nos centros urbanos.

Rago (2008), também retrata na cidade de São Paulo após o período de industrialização as mulheres pobres circulavam em maior número pelas ruas estreitas da cidade, como as quitadeiras negras e vendedoras, lavadeiras e agregadas e a dificuldade em distinguir as prostitutas e as mulheres pobres que exerciam essas outras profissões.

Segundo Del Priore (2011), a prostituição ameaçava as mulheres das denominadas “famílias puras” de duas formas: a primeira pelo desvio de ação, pensamento ou movimento, poderia aproximar e confundir o espaço privado da casa com o espaço público da rua, a janela como a fronteira entre a casa e a rua considerado lugar suspeito e perigoso, a segunda era a de ser substituída pela mulher pública e não desempenhar a contento as tarefas e as funções impostas. As mulheres públicas foram descritas por todos os vícios, pecados e excessos.

A mulher tinha que ser naturalmente frágil, bonita, sedutora, boa mãe, submissa, doce. As que apresentassem tributos diferentes desses eram consideradas anormais, seres antinaturais. Acreditava-se que o instinto materno anulava o instinto sexual, então aquela mulher que sentisse prazer era considerada anormal. A sexualidade feminina era considerada um terreno perigosíssimo, a iniciação de práticas sexuais seguidas do abandono dos amantes poderia levar a degeneração, o adultério também aparecia no olha médico como sintomas de histeria. (DEL PRIORE, 2011).

A higienização da família era crucial para defender a civilização e a construção de uma nação saudável que seria fundamental para a modernização do país. Neste contexto cientistas, se viam com o dever de fazer o progresso do país acontecer e junto com a igreja, a escola, os hospitais buscavam proteger a

⁴⁶ Archivos brasileiros de hygiene mental, ano III, maio, 1930, nº5.

honestidade da família, principalmente por meio da higiene, focada principalmente em mulheres e crianças. Pois as mulheres seriam aquelas que proveriam os futuros filhos da nação e as crianças aquelas responsáveis para o progresso futuro.

Dos 1000 casos apresentados no texto de Afrânio Peixoto, 350 dessas prostitutas, teriam exercido as funções de copeira, doméstica, costureira, arrumadeiras e a falta de instrução seria colaboradora da amoralidade dos donos de casa, filhos e até amigos. Afrânio Peixoto aponta a os pais como culposos pela iniciação dos filhos na prostituição pelo fato dessa iniciação acontecer precocemente entre os 13 e 16 anos, pela sedução da novidade e das tentações precoces.

Regra geral, na prostituição domina a iniciativa masculina e as modestas profissões, que mais fornecem prostitutas ao mercado, são as mais submissas á frequencia masculina. O fechamento tardio das oficinas, lojas, grandes armazens de modas, expõe, á solicitação dos homens de fora, as que escapam aos homens de dentro. Acode, insensivelmente, o que disse JORGE FERREIRA DE VASCONCELLOS, o clássico português: 'toda fruta tem o seu bicho: o da mulher é o homem...' Com eles, os homens, concorrem as velhas prostitutas que recrutam, para prostíbulos ou para o tráfico de brancas, as suas vítimas. (PEIXOTO, 1933, p. 214).

Neste trecho Afrânio Peixoto aponta a culpabilidade masculina para o tráfico de mulheres, mas não faz nenhum apontamento sobre as mulheres que exercem a prostituição devido ao tráfico e por coerção dos cafetões. Como por exemplo, mulheres que eram forçadas a se prostituir possuíam algum problema patológico/biológico? Más condições econômicas? Como isso poderia ser reduzido se não estava ao alcance dessas mulheres que eram obrigadas a se prostituir pelos cafetões? Afrânio Peixoto não aponta nenhuma resolução para a prostituição neste quesito apenas aponta apenas para a culpabilidade feminina.

Outro ponto muito apontado pelo médico é que as más condições econômicas que fazem na sua maioria mulheres prostitutas, pois necessitavam sobreviver, na maioria dos casos não possuíam marido para prover o sustento do lar para que pudessem se dedicar ao lar e maternidade. As funções que as mulheres poderiam exercer neste período eram escassas e muitas acabavam recorrendo a atividade de prostituição para prover o seu sustento, mas não aponta nenhuma solução para a resolução do problema econômico social para que estas mulheres pudessem sair destas condições para não precisarem realizar determinadas atividades.

Aponta também a prostituição como um fenômeno essencialmente urbano, devido a inferioridade dos salários femininos, da riqueza da cidade e do modo como essa riqueza favorece a vida noturna e o prazer, mas Afrânio também aponta os passeios, jardins e cinemas, luxo, automóveis, bebidas como condutoras das mulheres sequiosas de gozo, joias e vestidos ao prostíbulo.

De um inquérito geral, JEAN BENEUCU, conclui: “a prostituição é um fenômeno urbano: é função da inferioridade dos salários femininos, da riqueza da cidade e do modo como essa riqueza favorece a vida noturna e a vida do prazer” É óbvio: os passeios e jardins, cinema, o *dancing*, o luxo, as ceias automóveis, bebidas, prazer... conduzem as raparigas inexperientes e sequiosos de gozo, joias e vestidos, ao prostíbulo. (PEIXOTO, 1933, p. 214).

Evaristo de Moraes assim como Afrânio Peixoto também aponta para a industrialização como o destruidor dos elos e freios familiares. Segundo Mazzeiro (1998) os baixos salários femininos faziam com que a prostituição fosse uma complementação da renda ou a única em muitos casos. Evaristo de Moraes também apontava para a relação entre o desenvolvimento industrial e a prostituição precoce, pois o ambiente das fábricas aproximava os sexos e afastava a vigilância familiar.

Nesta obra *Criminologia* (1933), Afrânio Peixoto volta a fazer críticas a regulamentação da prostituição, aponta os Estados Unidos como um exemplo a ser seguido, onde a prostituição é considerada crime e punida com o cárcere, aponta críticas aos países latinos que preferem ficar com a parte mais cômoda da prostituição e chamá-las de mal necessário. Novamente aponta os exemplos de países que regulamentam a prostituição e não obtiveram eficácia como França, Portugal, Uruguai e Argentina, oficializando o proxenetismo. Cita o exemplo dos países nórdicos onde a prostituição é livre e ignorada, suas mazelas são tratadas nos ambulatórios.

No final deste texto o médico reforça novamente a causa econômica como o principal fator da prostituição:

Como quer que seja, a prostituição, na imensa maioria dos casos, é um mal econômico, e civil, das sociedades, em que o casamento, o divórcio, as leis de responsabilidade econômica desamparam as mulheres para proveito e exploração dos homens. (PEIXOTO, 1933, p.216).

Percebemos na fala de Afrânio Peixoto, várias passagens onde ele aponta o mal econômico como o principal fator para a prostituição, como também uma preocupação com as leis que favorecem somente os homens em proveito das mulheres, mas em outra obra posterior a esta da criminologia a obra *A educação moral da mulher* faz uma dura crítica as mulheres e ao feminismo que busca uma igualdade social.

Sobre a educação intelectual Afrânio Peixoto aponta uma crítica ao feminismo, principalmente ao movimento sufragista que eclodiu na Inglaterra servindo como uma má influência para outras mulheres.

Foi a 'propaganda pelo facto' e essas mulheres endemoninhadas incendiaram uma usina, destroçaram jardins de Kew, laceraram a 'Venus de espelho', a tela primorosa de coleção de Wallace, quebraram vitrinas a martelo, derramaram litros de ácido sulfúrico nas caixas do correio... Miss Davidson lançou-se diante do carro do Rei e a pata do cavalo esmagou-lhe o crânio; outra arracou o colarinho e a gravata do chefe de governo; ASQUITH... o ministro MACKENNA teve de fugir de um meeting porque, se não, ficava em trajes menores.

Isso tudo pelo direito ao voto... Já não tinham outros direitos... já eram escritoras, jornalistas, médicas, bacharelas, tudo o que os homens eram. Não bastava era mister serem eleitoras, irem ao júri, se assentarem no parlamento ou nos bancos do governo. (PEIXOTO, 1936, pg. 193)

A fala de Afrânio Peixoto é contraditória em alguns pontos, pois ao mesmo tempo em que culpabiliza os homens também pela sífilis e pela prostituição, principalmente por más condições econômicas, critica um movimento que busca a igualdade política feminina, alegando que elas já ocupam outros lugares, que já são médicas e bacharéis. Aponta que há um grande equívoco com essas mulheres de querer imitar o homem, contrafazê-lo que deve ser essa reivindicação feminina, a igualdade diante da lei seja ela intelectual, econômica, sentimental e política sim, mas não como homem e sim como uma mulher, iguais, mas diferentes.

O médico também aponta dois erros a educação intelectual da mulher: a arrogância e o mal destino dado a essa educação, que acarretariam em excessos e erros, pois não seriam acostumadas liberdade e a cultura.

Mesmo após estas contradições nesta obra *A educação moral da mulher* (1936), Afrânio Peixoto também aponta as condições econômicas como o principal causador da prostituição.

A chaga da sociedade, de todos os tempos, foi, e é, a prostituição: é principalmente causada pela procura masculina, egoísta e mal educada e

pela oferta feminina, que determina o desejo de luxo, de prazeres, de conforto, na incapacidade de prover a isso pelo trabalho. São as más condições economicas do sexo, em 90% dos casos, os motivos da prostituição : 10% irão para o vicio, a debilidade mental, a ociosidade de certas mulheres, que o tédio leva ao descaminho... O trabalho feminino é, sob esse aspecto uma redenção. (PEIXOTO, 1936 p. 171)

Afrânio Peixoto também aponta que é preciso dar as mulheres uma educação séria, e uma educação profissional, pois é necessário que elas produzam, pois só o trabalho emancipou o homem e só o trabalho vai emancipar as mulheres.

A educação começaria no berço, uma mãe não educada sexualmente colocaria em perigo seus filhos e sua própria vida. Afrânio Peixoto defende o ensino da puericultura, que seria a arte de zelar pelas crianças, onde as meninas aprenderiam a cuidar de bonecas para posteriormente cuidar das bonecas vivas de amanhã.

A preocupação maior de Afrânio Peixoto é a educação feminina, pois dependeriam delas os filhos gerados para a nação do amanhã, embora aponte os homens como culpados pela situação, não apresenta argumentos e uma educação higiênica voltada para o sexo masculino.

A mulher é o ser sexual por excellencia. O seu sexo, em certas especies inferiores, basta a si mesmo para a reprodução; ainda na especie humana é o que maior prazo de vida dedicada a essa função.

A mulher puramente companheira de trabalho é um ser que mente á sua finalidade. A sua identificação ao homem, que não engravida, fa-la buscar a contracepção, que mais attende, geralmente, ao interesse feminino do que ao seu esposo.

Se tornando-se igual ao homem, pudesse cumprir a sublimação em tarefas caracteristicamente masculinas, ficaria impossibilitada de libertar femininamente, no amplexo, o seu impulso; estaria criado um terceiro sexo, absolutamente secundario, como o das abelhas operarias: nunca chegariam a exercer o mando essa abelha na colmeia humana.

Urge manter á mulher o seu sexo: orienta-la para profissões que correspondem devidamente ao seu impulso sexual; dar-lhe posição sexual que lhe torne desnecessaria a aspiração ao mando; educar os dois sexos para o amor de modo a prevenir o desejo da prostituição e da promiscuidade; tornar a maternidade função pouco penosa, pela hygiene physica e mental. (PORTO-CARRERO, 1930, p. 164)⁴⁷

Neste trecho do texto "Sexo e cultura" do Dr. Julio Porto-Carrero, percebemos a associação da função da mulher na sociedade vinculada ao seu biológico, inclusive no trabalho. A visão de associação dos sexos e os papéis sociais

⁴⁷ Archivos brasileiros de hygiene mental, ano III, maio, 1930, nº5.

vinculados a condição biológica era muito perpassadas pelos textos e teses médicas.⁴⁸

Os dois volumes da obra *Medicina legal, o Medicina legal- volume1- Medicina forense* (1936) e *Medicina legal- volume 2- psico-patologia forense* (1935), vão tratar sobre crimes praticados que envolvam o trabalho do médico legista, prostituição não é apontada algo a ser pensado pela medicina legal, mas ela aparece indiretamente quando se fala sobre os crimes de atentado contra o pudor.

A prostituição embora não aparecesse como crime no Código Penal brasileiro de 1890, ela se tornou alvo de uma repressão moral contra os “escândalos” causados pelas prostitutas. Havia uma penalização quanto à “conduta anti-social” das meretrizes que ofendessem a sociedade e o Estado.

[...] existiu uma repressão médica, que perpassava a profilaxia da sífilis, e uma repressão moral contra os ‘escândalos’ promovidos pelas meretrizes. Implantou-se, portanto, uma penalização quanto à ‘conduta anti-social (anti-higiênica ou desmoralizante)’ das meretrizes que ofendessem a sociedade e o Estado. A Medicina foi uma forma de penalizá-la, pois a polícia devia capturar as prostitutas para exames médicos. Tratava-se, então, de um controle da sexualidade vista como criminosa pelo discurso da Criminologia: declarava-se ser necessário uma Polícia Sanitária para criminalizar a prostituição (MAZZIEIRO, 1998, p.1)

No primeiro volume da obra *Medicina Legal Afrânio Peixoto* (1936), apresenta partes do código penal de 1890, dentre eles o artigo 263 que trata sobre o estupro de mulheres, que apresenta penas de peso diferente quando a mulher estuprada é considerada honesta ou pública.

Segundo Wit e Borges (2016), antes do Código Penal de 1940, não havia uma legislação específica sobre penitenciárias femininas e decisão ficava especificamente nas mãos dos juízes. Havia um debate muito grande sobre quais mulheres eram consideradas criminosas, pois nem todas que cometiam eram. Este debate discutia sobre aquelas que subvertiam a ordem e a moral pautados na construção de um ideal de ser mulher na sociedade brasileira.

Para Afrânio Peixoto, ultraje público ao pudor é a ofensa aos bons costumes ou hábitos de decência social, através de atos, gestos obscenos em lugar público, a exibição de partes pudendas ou íntimas em ruas e janelas, atos sexuais como

⁴⁸ Essa visão começa só vai começar a se modificar com o cenário do movimento feminista na década de 1960 principalmente com a obra da filósofa Simone de Beauvoir “O segundo sexo”, que trabalha a hierarquização social como algo cultural e não inato.

toques, beijos, abraços, a realização de atos sexuais em jardins, carros descobertos, vagões de trens. Caberia ao perito certificar-se do estado mental do acusado, pois como apresenta Afrânio Peixoto existem eróticos degenerados capazes de atos impudicos em público.

É a ofensa aos bons costumes ou hábitos de descencia social, por meio de exibições, actos, gestos obscenos, em logar publico, escandalizando a assistencia, embora sem agravo individual. A exibição de partes pudendas ao publico, em uma janela ou na rua, os actos sexuais como expansões previas, toques, beijos, abraços, ou posse, definitiva – a cópula em jardins, praças, carros descobertos, vagões de trem de ferro, etc., estão nessa hipothese. (PEIXOTO, 1936, p. 33)

O atentado ao pudor se refere ao ato obsceno exercido sobre a pessoa de um outro sexo. O coito normal não é considerado ato obsceno, apenas quando praticado com publicidade escandalosa ou realizado com sedução ou fraude de violência como o estupro e o defloramento.

Atentado contra o pudor é o acto obsceno exercido sobre pessoa de um outro sexo. O coito normal é excluído, porque, não é acto obsceno: apenas quando praticado com publicidade escandalosa (ultraje publico ao pudor) ou realizado com sedução, fraude ou violencia (defloramento e estupro) é passível de contaminação penal. Restam pois, por exclusão:

- a) Os toques, manobras e actos indecentes;
- b) As praticas de pederastia e acções sexuais congeneres;
- c) As praticas sexuais, vulvares ou periniais, com ou sem contaminação venerea. (PEIXOTO, 1936, p. 64-65)

Esses escritos se repetem na obra *Sexologia Forense* (1934), na parte dedicada ao amor criminoso.

Segundo Mazzeiro (1998), a criminalização de prostitutas também se dava pelo chamado atentado ao pudor, buscavam as justificavas no código 282 do Código Penal que punia aquele que ofendesse os bons costumes com exibições atos e gestos obscenos.

[...] se alguma mulher ‘comete um ato que escandalize o público, deve ser presa’. Alegando que nas ruas onde se explorava o meretrício as decaídas exibiam-se escandalosamente, ofendendo o pudor público, falando palavras obscenas ou provocando transeuntes ao deboche, as autoridades policiais procuravam enquadrar estes atos como crimes. (MAZZIEIRO, 1998, p. 1)

Durante o período republicano foram estabelecidos vários decretos, que dava poder ao Estado através da polícia de criminalizar as ações das meretrizes.

O Decreto nº 1.034-A, de 1º de Setembro de 1892, art.21 “Ter sob sua severa vigilancia as mulheres de má vida, providenciando contra ellas, na fórmula da lei, quando offenderem publicamente a moral e bons costumes.” (BRASIL, Decreto nº 1.034-A, 1892).

Outra forma de criminalização da prostituição foi sua equiparação com a vagabundagem, podendo a prostituta se enquadrar no Código Penal e ser presa: “Prender os vadios, mendigos, bebados por habito e vagabundos, para sujeital-os aos respectivos processos.” (BRASIL, Decreto nº 1.034-A, 1892).

E o Decreto nº 4.763, de 5 de fevereiro de 1903, dispôs que cabia aos delegados urbanos e suburbanos essa vigilância, “Ter sob sua vigilancia as prostitutas, providenciando contra ellas, sem prejuizo do processo judicial competente, da fórmula que julgar mais conveniente ao bem estar da população e á moral publica.”. Ou seja, caberia aos delegados urbanos e suburbanos a vigilância sobre as prostitutas fazendo o que achassem necessário para manter a moral pública. Em 1907, os decretos 1.631 e 6.440 destinaram essa função aos Delegados de Polícia dividindo as estâncias.

No volume 2 de *Medicina Legal- psico-patologia forense* (1935), quando Afrânio Peixoto estabelece o perfil dos criminosos ele apresenta a tatuagem como uma prática especifica entre os marinheiros e as prostitutas, principalmente a baixa prostituição. Associa também as tatugens a quem possui um longo tempo de ócio, sem trabalho.

A tatuagem não é só da pratica dos selvagens e dos criminosos: entre marítimos, por exemplo, por exemplo, há mais quem se tatue; a baixa prostituição recorre a esta pratica ideografica, correntemente. Os criminosos tatuam-se, ordinariamente, depois que entram para o carcere. A razão, a vista curta do preconceito não a pôde atender, vem dos longos ocios – nas viagens por mar, nos dias desocupados do meretrício, no tédio das prisões sem trabalho – que se entretêm, estampando uns nos outros taes figuras, com as quaes por imitação, por saudade, pela privação das afeições, pelo desejo de conservar uma memória, a inactividade se compraz. (PEIXOTO, 1935, p. 39)

Nesta obra a prostituição é novamente apresentada como um meio e causa da criminalidade, o texto se repete em várias partes do descrito acima na obra *Criminologia* (1933), apontando quais seriam as duas causas essenciais da prostituição a biológica/patológica e a econômica social.

O que se acrescenta a mais nesta obra é a prostituição como ocasião de crime, pois a atividade facilitaria e promoveria reações anti-sociais, devendo ter a intervenção da chamada polícia dos costumes, que deveria intervir e para cessar o escândalo de provocação, a exibição e publicidade do meretrício. Segundo Afrânio Peixoto não podemos confundir estas medidas com medidas de regulamentação da prostituição e novamente apresenta aqueles três pontos discutidos no texto *Prophylaxia publica da syphilis e enfermidades venéreas* (1904), que apresentam a prostituição como injusta, inútil e nociva que diferente do primeiro texto Afrânio apresenta como ilegal. “*Nociva* porque a regulamentação dá falsas garantias, que aos incautos impedem as prevenções adequadas, de onde maior perigo real.” (PEIXOTO, 1935, p. 86). Ou seja, a regulamentação apresentaria falsas garantias de resolução do problema.

A polícia deveria então segundo Afrânio Peixoto dobrar a vigilância, como é seu dever em todos os outros meios corrompidos, refrear o escândalo da prostituição já que suprimir não estaria ao alcance policial, isso dependeria da organização social e corrigir as prostitutas de índole que aponta como irremediável. Não caberia a polícia, portanto, extinguir a prostituição, mas controla-la, de evitar os seus escândalos. Segundo Mazzeiro (1998), a polícia faria a captura de prostitutas e os médicos ficavam responsáveis pelos exames e controles da sexualidade criminalizada.

Relativamente á saude publica, a segurança é nenhuma: a profilaxia da sifilis e das doenças venereas é feita pela prevenção individual e pelo tratamento facil, barato, efectivo nos dispensarios e ambulatorios que promovendo a cura do individuo, fazem a prevenção publica. [...] Contra as consequencias criminaes da prostituição, a policia deve apenas dobrar a vigilancia, como é seu dever, em todos os meios corrompidos. Refreá-la talvez, evitando o escandalo; suprimi-la não é para seu alcance, pois depende de uma viciosa e injusta organização social. E quando esta se corrigir, ainda as haverá, aquelas de indole, contra as quaes é duvidoso que algum remedio dê paradeiro. (PEIXOTO, 1935, p. 87)

Essas mesmas passagens sobre o denominado amor criminoso por Afrânio Peixoto, o atentado ao pudor, o ultraje público ao pudor, estupro e defloramento se repetem também na obra *Sexologia Forense* (1934), o texto se apresenta de forma idêntica.

Mas nesta obra especificamente Afrânio Peixoto se dedica a compreender a partir da medicina legal, questões ligadas a sexualidade, inicia o texto discutindo

sobre o casamento e o amor livre e o sobre as leis do casamento. O médico atenta para a falta delas em civilizações que se é notável a aceleração da sexualidade, pois quando se retarda o prazo do casamento, denominada por ele de satisfação legítima se facilita o aumento de práticas condenáveis como o onanismo(masturbação) e a prostituição que seriam derivativos frequentes da impossibilidade do amor normal e legítimo.

De acordo com Mazzeiro (1998), a sexualidade no lar tinha seus limites, sendo necessário respeitar a natureza e conter seus os excessos, o sexo deveria ser somente destinado a reprodução, para garantir uma sexualidade sadia.

Segundo Del Priore (2011), foi no século XIX que a sexualidade se dividiu. De um lado o sexo legítimo, pautado pela união legal, o matrimônio e do outro o sexo ilegítimo e clandestinos proveniente das relações adúlteras e da prostituição. Este sexo ilícito, herdeiro da libertinagem se consolidou graças ao bordel, que possuía então duas funções: a iniciação dos jovens e o estímulo das pulsões na idade adulta.

Sobre a inversão sexual que seria a homossexualidade, apontada como uma doença por Afrânio Peixoto. A inversão sexual feminina aconteceria mais inconscientemente do que conscientemente e aponta a prostituição como uma forma de manifestação, assim como colégios, pensionatos e conventos.

A inversão sexual feminina, mais inconsciente do que consciente, é muito vulgar: manifesta-se nos colégios, pensionatos, escolas, conventos e até na prostituição, pelas amizades estreitas, ciúmes, dedicações e até crimes, de que são capazes umas pelas outras até sem desconfiarem de uma inclinação homossexual: só uma minoria chega aos actos físicos que declaram a inversão. (PEIXOTO, 1934, p. 193)

As denominadas topo-inversões também constituem práticas de prostituição segundo Afrânio Peixoto. As topo-inversões segundo o médico seriam práticas venéreas em cavidades naturais, em partes do corpo indevidas como seios, axilas, dedos do pé, anal, bucal e sucção dos órgãos genitais femininos, a felação (ato de excitar o pênis com a boca) e a cunilíngua (ato de dar e buscar prazer com a boca), que seriam práticas de prostituição, não sendo acaso, nem raro esse desvio. Ressalta também que o caráter comum dessas perversões é que são todas dependentes de uma degeneração psíquica mais ou menos pronunciada.

São estas as inversões de logar, práticas venéreas em cavidades naturais e partes do corpo indevidas, por pessoa de sexo diferente. São exemplos o coito entre os seios, nas axilas, entre os dedos do pé, o coito anal nas mulheres; principalmente o coito bucal ou felação pelas mulheres (receio de doenças venéreas, hábito vicioso da parte do homem) ou na sucção dos genitais femininos, cunilingua, pelos homens (impotencia ou debilidade sexual masculina, hábito vicioso ou receio de procriação da parte da mulher). A felação e a cunilingua, entre homem e mulher, constituem a maioria das praticas prostitucionais contemporaneas: não sendo acaso, nem raro desvio, mas preferencia obsesssiva, impõe-se o estudo, á parte, como uma especie de inversão sexual. (PEIXOTO, 1934, p. 193-194)

Na obra *Novos Rumos da Medicina legal* (1933), Afrânio Peixoto traz a discussão do casamento monogâmico e aponta que embora haja diversas variações sexuais, o casamento monogâmico foi consagrado pela igreja e por isso deve ser privilegiado pelo Estado e cercado de garantias que interessam aos cônjuges.

O médico aponta esta forma de casamento como “normal” e correta por ser consagrada pela igreja católica, e pede garantias legais a partir disso. Embora a separação igreja-estado, entrar em vigência no país com a proclamação da República em 1891. Como também é importante ressaltar que a medicina deste período era perpassada por questões morais embora estivesse em um período de legitimação científica com forte influência do positivismo no desenvolvimento científico do Brasil.

Quando fala sobre casamento, aponta o prazer vicioso e o amor mercenário como estéril:

O prazer vicioso, o amor mercenario, é esteril. Um ditado universal assimila as prostitutas, que não tem filhos, aos caminhos muito trilhados, onde não nasce erva. O amor legitimo ou ilegitimo, que não pode procriar, - por imperativos de honra ou vergonha publica, por doença que transmita degeneração, por necessidade material de viver, para restringir uma prole que numerosa seria infeliz, e reduzida poderá ser melhor criada, educada, - justificam o neomaltusianismo. O ideal social já não é ter muitos filhos para a guerra ou para a exploração do capitalismo: o ideal é ter filhos sãos, que possam ser educados, criados, prestadios, a si, e á comunidade. (PEIXOTO, 1933, p.64).

O neomaltusianismo citado por Afrânio Peixoto no texto aponta o intenso crescimento populacional como o responsável pelo aumento da fome e da pobreza, portanto um obstáculo para o desenvolvimento. O ideal não é ter vários filhos ainda mais quando estes são de amores ilegítimos, pois o ideal social é ter filhos sãos criados, educados e prestativos a si e a comunidade.

Nesta obra Afrânio Peixoto (1933) aponta a natureza humana como tarada de vício original, junto a uma educação defeituosa que permite a efetivação desses

instintos transformados em atos anti-sociais, considerando, portanto, o criminoso como mal-educado e insocial, utiliza Freud como referência para apontar a criminalidade como doença.

Se a natureza humana é assim tarada de vício original é, entretanto, a educação defeituosa que permite a efectivação desses instintos mal recalçados transformados em actos anti-sociais. Um character violento, exigente, contra a propriedade alheia, até a kleptomania, vem de uma delonga do aleitamento, satisfação demasiada de uma sexualidade pregenital, no periodo oral da personalidade. (PEIXOTO, 1933, p. 132)

Sobre a endocrinologia e antropometria de criminosos a partir das referências de Lombroso e Vidoni, aponta que os criminosos contra a moral tanto homens como nas prostitutas aponta para o tipo brevilineo, ou seja, pessoas que possuem estatura pequena, e nas prostitutas também se notou traços de caráter masculino e também sinais de mongolismo.

“Os delinquentes contra a moral e as prostitutas apresentam hábito hiper-genital ou disgenital, com anomalias endócrinas genitais” (PEIXOTO, 1933, p.146). O hipergenitalismo seria o desenvolvimento anormal dos órgãos genitais e a puberdade precoce. Essas anomalias hormonicas não seriam necessárias para a etiologia da criminalidade, mas seriam facultativas, mas sem perder a importância, pois o crime resultaria de uma personalidade corrompida por anomalias degenerativas e degenerantes dentre elas o desequilíbrio hormonal.

Lombroso e Ferri (2017) apresentam a menstruação precoce como características de criminosas, entre as prostitutas a irregularidade menstrual não possuía motivos aparentes, os médicos italianos apontam esta precocidade como uma característica hereditária de animais selvagens.

Na obra *A educação moral da mulher* (1936), Afrânio Peixoto trata sobre a puberdade em meninos e meninas. Sobre as meninas a eclosão da puberdade daria uma tristeza passiva, nostálgica, mística que determina exageros sexuais por suas camaradas ou mestras.

A mulher tente a um ponto de vista sentimental e estético, o homem do ponto de vista racional e lógico. O instinto materno conservaria algumas vantagens femininas como a superioridade moral, que a leva ser providência para o conforto e consolo de suas famílias, para Afrânio Peixoto homens e mulheres não se opõem, mas se completam.

Como bem evidenciou Michel Foucault (2014), na obra *História da sexualidade- vontade de saber*, o fenômeno mais amplo que sustentou a *scientia sexualis* foi estimulado pelo projeto de saber/fazer falar o prazer alheio com o fito de controlá-lo e inculcar nos corpos sexualizados a face da norma e da moralidade burguesa. Tratou-se de medicalizar a experiência feminina e a sua sexualidade, cada vez mais colocada sob o prisma da natureza (a maternidade higiênica) ou da mulher nervosa (histeria), como também se instituiu com grande empenho a pedagogia do sexo das crianças e o controle das homossexualidades. A medicina mental, toma para si a tarefa de construir etiologias sobre os prazeres sexuais, apontando o que seria normalidade e anormalidade dentro do campo da sexualidade, disseminando saberes a respeito do ato de reprodução. Dentre estes estímulos e proibição foram se constituindo saberes que se apontavam como legítimos a falar sobre a sexualidade em nome de uma ciência que propuseram conjuntos normativos que tinham como objetivos controlar os corpos e silenciar as resistências para alcançar o caminho desejado.

Segundo Wit e Borges (2016), com o código penal de 1890, com a mudança do regime monárquico para o republicano e a criação do de um novo projeto de nação, viu-se a necessidade criar um novo código legislativo, que recebeu diversas críticas de juristas, criminologistas e médicos, pois a legislação era muito focada no crime e não no criminoso. E durante este período no Brasil, acontece uma modificação no discurso, se antes as ações desse indivíduo eram criminalizadas, agora passa-se a patologizar suas ações. O indivíduo se torna um inimigo subversivo da norma, da moral, sobretudo da nação, o crime passa a ter sinônimo de doença, de anormalidade.

Durante o início da República o Brasil passa por um processo modernizador, motivados pela higienização e pela modernização, o fluxo de mudanças intenso das áreas rurais para os centros urbanos, as mudanças no cenário urbano acontecem com o intuito de purificar o cenário urbano, partir da padronização da família, que passam a ser regulados pelos médicos higienistas, e o intuito de retirar da cidade ou afastar aquelas pessoas que eram consideradas “indesejadas” para o crescimento e desenvolvimento da nação. E esses mecanismos foram os responsáveis por tornar o Brasil uma sociedade disciplinar.

As ruas se tornam lugar de doença, sujeira e vadiagem, lugar habitado por pessoas indesejadas: prostitutas, bêbados, músicos, ladrões e de doenças como a sífilis e o alcoolismo que se disseminava nestes espaços. (WIT E BORGES, 2016).

Ainda segundo Wit e Borges (2016), o estado passa a delimitar os espaços físicos a serem ocupados por cidadãos, como também a restringir os papéis e as funções destes indivíduos. A mulher cabia o papel de cuidadora do lar e responsável pelos filhos e a criança deveria estar na escola, todos longe das ruas, indivíduos disciplinados, limpos e trabalhadores, mas com vigilância constante.

A partir disto se cria um ideal de feminilidade a ser seguido, criado por médicos, juristas, criminologistas que debatiam qual o papel da mulher nesta sociedade. Primeiramente apelam para o discurso do caráter biológico, onde existiriam duas espécies com qualidades e aptidões diferentes: aos homens cabia a racionalidade e mulher os sentimentos/ emoções. A partir disto criavam papéis pré-determinados como determinar a mulher o cuidado com lar e com os filhos e contrariar essas determinações fazia com que as mulheres fossem taxadas de vagabundas e prostitutas e para punir as mulheres consideradas criminosas era necessário criar um saber sobre o ser mulher.

Segundo Vásquez (2018), a medicina voltada para a mulher, aparece como um saber científico inquestionável, o ser biológico, mulher é explicado principalmente pela maternidade. Principalmente a partir da sífilis, é criado um novo modelo de mãe e maternidade a ser seguido, promovendo um novo modelo de sociedade a partir do movimento higienista.

A partir deste discurso que se estabelece pensar a criminalidade feminina e o surgimento de teorias como a Cesare Lombroso como vimos anteriormente, e do jurista Viveiros de Castro, que também apresenta a prostituição como o derivativo feminino da criminalidade, mas apresentava a prostituta como não passível de solução como a histérica e a delinquente, além disso ela era também ameaçadora de doenças e de roubos. Para as histéricas o retorno ao lar e o cumprimento do seu papel social lhes bastava para sua recuperação, vários médicos apontavam a maternidade como curadora de distúrbios femininos.

Percebemos, portanto, que a sexualidade foi controlada por meios repressivos e também por outros meios, criminalizada e objeto de discussões e intervenções médicas. A modificação do discurso de punir para o discurso de curar e principalmente de uma forma não repressiva.

Durante o percurso pelas obras de Afrânio Peixoto, percebemos principalmente um acompanhamento dos discursos presentes no campo médico apresentado no segundo capítulo deste trabalho “*Mulheres e meretrizes como objeto de intervenção médica*”, pois, inicialmente embora já apresentasse tendência ao campo da criminologia e da medicina legal, influenciado por Nina Rodrigues, seu primeiro escrito sobre a prostituição *Prophylaxia publica da syphilis e enfermidades venéreas* (1904), demonstrava uma preocupação estritamente sanitária, para a resolução de um problema relacionado a saúde pública, que estava sendo amplamente debatido na Academia Nacional de Medicina no período, demonstrando que Afrânio Peixoto estava atendo as discussões do campo médico e buscando se estabelecer dentro deste espaço quando publica um texto sobre a temática discutida e apresentando soluções para o problema, seu posicionamento contrário a respeito da regulamentação da prostituição, demonstrando sua concordância com maioria dos médicos de não instaurá-la.

A prostituição aparece como uma problemática em variados campos médicos que Afrânio Peixoto interagiu: na Higiene, na Criminologia e também na Medicina Legal.

No campo da Higiene a prostituição aparece como algo a ser evitado, prevenido por meio desta ciência, a preocupação maior vinha a partir da higiene da espécie baseado em uma visão eugênica de garantir indivíduos saudáveis e puros no futuro, apresentando preocupações principalmente em torno da sífilis. Pois, segundo Afrânio Peixoto (1922), a higiene corrige na regeneração tipos anômalos, reintegrando-as as normas primitivas, na descendência. E sobre as doenças transmissíveis era necessário a garantia de saúde de alunos e professores, pois a eugenia seria para Afrânio Peixoto (1922) o estudo das causas sujeitas a influência social, suscetíveis a melhorar ou atenuar as qualidades da raça ou das gerações futuras.

Sobre as obras no campo da Medicina Legal e Criminologia, percebemos um discurso modificado por parte de Afrânio Peixoto, pois a prostituição não passa a ser somente um problema de saúde pública, mas também um problema criminal e patológico, a prostituição vista como crime ou como um problema degenerativo, mental que na maioria das vezes não poderia ser corrigido. Nas obras de Medicina Legal, a preocupação também com a conservação da espécie a partir do momento em que estabelece o que seria o “amor legítimo” e o “amor criminoso”, e qual seria a

interferência da prostituição na constituição do amor legítimo, principalmente na depravação das relações sexuais.

Percebemos, portanto que Afrânio Peixoto, foi um intelectual cientista engajado a pensar e participar da modernização proposta ao Brasil no início da República, principalmente a partir das teorias do movimento sanitarista e higienista, preocupado principalmente com a normatização familiar e constituição dos futuros filhos da nação brasileira, participando ativamente de associações e instituições científicas importantes e reconhecidas neste período, também foi grande influenciador e percussor do campo da criminologia e medicina legal no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sanear, higienizar eugenizar são palavras frequentes utilizadas pelos médicos no início da República no Brasil. Não só debatiam as problemáticas que surgiam neste período, mas interferiam de forma direta e indireta nas políticas estabelecidas pelo estado.

Com o fim do regime de trabalho escravocrata, se busca modernizar o país e a ciência se apresentava para cumprir essa missão, estabelecendo novos valores e novas condutas para o espaço urbano.

A prostituição se tornou objeto de intervenção médica por aparecer como uma das principais fontes de contágio da sífilis, mas ela também vai aparecer como um problema moral, podemos perceber isso a partir do próprio Código de 1890 que não criminalizava a prostituição, mas criminalizava as suas práticas “escandalosas”, ao incomodar e má influência as famílias de “boa conduta”, como o artigo 282 sobre

o atentado contra o pudor e o Decreto nº 1.034-A, 1892, sobre a prisão de vagabundos, bêbados e mendigos.

A regulamentação ou abolição do meretrício era amplamente debatida no campo médico. Os debates eram intensos faziam proposta de medidas que deveriam ser tomadas para que se resolvesse o problema da prostituição e conseqüentemente a sífilis. Debatiam também as outras formas de contágio sífilítico como do esposo para a sua “esposa inocente”, de crianças a partir da amamentação seja da mãe ou das amas de leite, mas ainda assim apontavam na sua grande maioria a prostituição como a sua principal forma de contaminação.

“Meninos infectados por amas doentes, amas contagiadas por meninos enfermos, transmissão accidental pelo beijo, pelo toque, por aparelhos, pelo trato matrimonial, todo o mal vem mediata ou imediatamente da prostituição.” (PEIXOTO, 1904, p. 271)

Comparadas a ratos, pulgas e mosquitos por Afrânio Peixoto percebemos que a presença das prostitutas incomodava neste cenário urbano, principalmente na cidade do Rio de Janeiro a vitrine do país, aquela que deveria se demonstrar “civilizada” e moderna que deveria servir de exemplo às outras cidades. Há uma política intensa de modernização, saneamento e higienização do espaço urbano o que nos leva ao conceito de governamentalidade e disciplina de Michel Foucault, que segundo Candiotta (2010) se propõe analisar, a soberania, as disciplinas e a gestão governamental estão articuladas que estariam articuladas.

Por ‘governamentalidade’ entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, ainda que complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por forma maior de saber a economia política, por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Segundo, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não cessou de conduzir, e desde muito tempo, à preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros: soberania, disciplina, e que, por uma parte, levou ao desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, de outra parte], ao desenvolvimento de toda uma série de saberes (FOUCAULT, 2004, p. 111-112, *apud*, CANDIOTTO, 2010, p.39).

Segundo Candiotta (2010), a governamentalidade seria um conjunto de instituições, procedimentos, análises e reflexões que permitem o exercício do poder que tem como alvo principal a população. No Ocidente não foi a sociedade que paulatinamente passou a ser estatizada, mas o estado se tornou cada vez mais

governamentalizado. A governamentalidade seriam as táticas de governo que permitem definir quais são ou não as competências do estado, o público e o privado.

As chamadas disciplinas, denominadas por Michel Foucault (1975) na obra *Vigiar e Punir*, seriam técnicas, mecanismos, dispositivos de poder, seriam “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhe impõem uma relação de docilidade-utilidade.” (FOUCAUT, 1975, p.129). As disciplinas trabalham diretamente o corpo dos indivíduos, manipulam seus gestos e comportamentos, formam e adestram.

Segundo Herschmann (1996) no Brasil República na passagem do século XIX para o XX, o estabelecimento de povo e nação era perpassado por teorias científicas, os chamados homens de ciência, médicos, advogados, juristas, literatos, engenheiros, se viam com essa missão de modernizar o Brasil que aos olhos dos europeus era considerado um país atrasado. Esses intelectuais cientistas formularam modelos de conduta, conjunto de valores e a imagem do país, que orientava os indivíduos na construção de uma sociedade civilizada.

A medicina normatizou comportamentos sobre o corpo, sexo, raça e higiene. Crianças e mulheres foram os principais alvos dessas políticas médicas, as mulheres por serem as progenitoras do lar, aquelas que geram e educam os futuros filhos da nação. As crianças eram educadas higienicamente pois eram o futuro da nação.

Os médicos não atuavam somente dentro da sua área de especialidade eles interferiam em outras áreas, como a literatura e política, questões sociais e pedagógicas. Sobre as questões políticas que foram adotadas no início da República a respeito da prostituição, medidas sanitárias, e de controle sofreram grande influência de médicos e juristas.

Segundo Herschmann (1996), dentro da medicina neste período se desenvolveram várias áreas de especialização voltadas para a normatização social, como a medicina legal, a higiene, a criminologia, psiquiatria, a eugenia, dentre outras, que buscaram destruir vícios e perversões, causados por excessos e desvios. A medicina neste período produziu uma tecnologia capaz de ao mesmo tempo controlar os indivíduos e, fazendo com que se tornassem seres produtivos, mas ao mesmo tempo inofensivos, nos remetendo ao conceito de disciplina de Foucault (1975).

A prostituição era vista como um desvio, uma patologia e até mesmo um crime por Afrânio Peixoto e por alguns outros médicos do início do período republicano no Brasil. Considerada “perigosa”, tanto pela questão de saúde pela disseminação de doenças, ela aparecia também como um problema moral, que desestruturaria famílias pelo seu mal exemplo. Era, portanto, preciso controlar e educar higienicamente as meretrizes. Não somente as meretrizes, mas a população em geral, para que fosse possível a modernização a nação com indivíduos “sadios” e “puros” fisicamente e moralmente.

As representações expressas no pensamento de Afrânio Peixoto, demonstram a influência do campo médico e do contexto para a produção das obras. O debate em torno da sífilis e de uma possível diminuição partir de um controle da prostituição, posteriormente com a entrada dos debates eugênicos no Brasil e a influência do campo da higiene na busca de uma modernização do país e ideia de uma erradicação de indivíduos degenerados que impediam o progresso do país, por último a influência do campo da criminologia e da medicina legal que pensava a prostituta também como uma criminosa, não somente por preceitos morais, mas principalmente por preceitos biológicos a partir de descontroles hormonais e características degenerativas passadas hereditariamente.

Percebemos Afrânio Peixoto muito atuante dentro deste contexto e do campo médico que buscava higienizar os indivíduos, isto reflete nos seus escritos médicos que ele estava a par das principais discussões do período. A respeito da prostituição, as discussões sobre sífilis, higiene, eugenia, criminologia perpassam as discussões da época do início da República e podemos ver o reflexo dela nas obras e escritos analisados neste trabalho.

FONTES

BRASIL. Decreto Nº 847, de 11 de Outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Rio de Janeiro:1890.

Brazil-Médico. Acervo digitalizado de Obras Raras da Fiocruz e acervo digitalizado da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. 1898-1936.

Gazeta- Médica da Bahia. Consultado no acervo digitalizado da Gazeta Médica da Bahia. Salvador. 1898-1936.

Jornal do Comércio. Consultado no acervo digitalizado da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. 1900-1904.

Jornal Correio da Manhã. Consultado no acervo digitalizado da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. 1900-1904.

PEIXOTO, Afrânio. **Noções de Higiene.** 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

PEIXOTO, **Novos Rumos da Medicina Legal.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1933.

PEIXOTO, **A educação moral da mulher**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

PEIXOTO, **Romances Completos**. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1962.

PEIXOTO, **Elementos de Medicina Legal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914.

PEIXOTO, **Elementos de Higiene**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1913.

PEIXOTO, Prophylaxia publica da syphylis e enfermidades venéreas. **Gazeta Médica da Bahia**, Salvador, v. XXXII, n. 12, p.529-543, jun. 1904.

PEIXOTO, "**Vida e obra de Nina Rodrigues**" IN RODRIGUES, Nina. As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil. (3ª ed. feita sobre a 1ª de 1894 e prefaciada por Afrânio Peixoto). São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938.

PEIXOTO, **Sexologia Forense**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1934.

PEIXOTO, **Higiene**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1922. 1 v.

PEIXOTO, **Higiene**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1922. 2 v.

PEIXOTO, **Criminologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1933.

PEIXOTO, **Medicina legal: psico-patologia forense**. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1935. 2 v.

PEIXOTO, **Medicina legal: Medicina forense**. 7. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1936. 1 v.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **A educação da mulher na visão do médico e educador Afrânio Peixoto**. Outros Tempos, São Luís, v. 7, n. 10, p.143-157, dez. 2010. Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/artigos%20em%20pdf/Elizabeth_Abrantes.pdf>. Acesso em: 14 set. 2018.

AGANBEM, Giorgio. O que é um dispositivo. **Outra Travessia**, Florianópolis, v. 2, n. 5, p.9-16, fev. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/viewFile/12576/11743>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

AGUIAR, Nayara Elisa de Moraes. **Um incômodo moral: o meretrício e seus meios de controle em Curitiba (1929-1937)**. 2016. 202 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/45161>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

ALMEIDA, Pires de. **A libertinagem no Rio de Janeiro perante a história, os costumes e a moral**. Brazil Médico, Rio de Janeiro, ano XVI, nº 16, 1902.

BARBOSA, Maria Rita de Jesus. A influência das teorias raciais na sociedade brasileira (1870-1930) e a materialização da Lei no 10.639/03. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 2, n. 10, p.260-272, ago. 2016. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/1525/502>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

BALERA, José Eduardo Ribeiro; DINIZ, Nilza Maria. **A eticidade de pesquisas bioantropológicas de delinquência no cenário científico contemporâneo**. Revista Bioética, Brasília, v. 3, n. 21, p.536-545, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bioet/v21n3/a18v21n3.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Seleção, organização, introdução e notas de Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 9. ed. Campinas: Papirus, 1996.

BORDIEU, Pierre. "Campo intelectual e projeto criador" IN: Jean POUILLON. Problemas do estruturalismo. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1968.

CANDIOTTO, Cesar. A governamentalidade política no pensamento de Foucault. **Filosofia Unisinos**, São Leopoldo, v. 11, n. 1, p.34-43, abr. 2010. Disponível em: <revistas.unisinos.br/index.php/filosofia/article/view/4632/1856>. Acesso em: 14 jul. 2019.

CARMO, Paulo Sérgio de. Entre a luxúria e o pudor: a história do sexo no Brasil. São Paulo: Octavo, 2011.

CARRARA, Sérgio. **Tributo a vênus**: luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

CHATIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 5, n. 11, p.172-191, nov. 1991. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601/10152>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: corticos e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, Gilles. **Conversações 1972-1990**. São Paulo: Editora 34, 1992. p. 223-230.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL (1832-1930). Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/esctroba.htm>>. Acesso em 10 de ago. 2019.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. 2. ed. São Paulo: USP, 2015.

DOSSE, François. **La marcha de las ideas**: historia de los intelectuales, historia intelectual. València: Universitat de València, 2007.

EDLER, Flávio. Afrânio Peixoto: Uma cruzada civilizadora por la nacion possible. Revista Biomédica, vol. 23, no. 3, 2012.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 2004.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: PRIORE, Mary del. **História da mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 322-357.

FACCHINETTI, Cristiana; CUPELLO, Priscila; EVANGELISTA, Danielle Ferreira. Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins: uma fonte com muita história. **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p.527-535, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v17s2/15.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2018.

FERREIRA, Leticia Carvalho de Mesquita. **Dos autos da cova rasa**: A identificação de corpos não-identificados no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro, 1942-1960. 2007. 197 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade: a vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1975.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1977.

GOMES, Gisele Ambrósio. **História, mulher e gênero**. 2011. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/virtu/files/2011/09/HIST%C3%93RIA-MULHER-E-G%C3%8ANERO.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

GRUNER, Clóvis. **Paixões Tropes, ambições sórdidas: Transgressão, controle social, cultura e sensibilidade moderna em Curitiba fins do século XIX e início do XX**. 2012. 342 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/28114/R%20-%20T%20-%20CLOVIS%20GRUNER.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 23 jan. 2012.

HENRIQUE, Márcio Couto; AMADOR, Luiza Helena Miranda. Da Belle Époque à cidade do vício: o combate à sífilis em Belém do Pará, 1921-1924. **História, Ciências, Saúde-manguinhos**, [s.l.], v. 23, n. 2, p.359-378, 26 jan. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702016000200359&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 14 jul. 2019.

HERSCHMANN, Micael. Entre a insalubridade e a ignorância: A construção do campo médico e do ideário moderno do Brasil. In: KROPF, Simone; HERSCHMANN, Micael; NUNES, Clarice. **Missionários do progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro 1870-1937**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996. p. 11-67.

JULIANO MOREIRA. Disponível em: <http://biografias.netsaber.com.br/biografia-2428/biografia-de-juliano-moreira>. Acesso em: 10 ago. 2019.

KEHL, Renato. **A regulamentação eugênica do casamento**. *Brazil Médico*, Rio de Janeiro, ano XXXIV, nº42, p.689-693, out. 1920.

KROPF, Simone Petraglia. **Carlos Chagase os debates e controvérsias sobre a doença do Brasil (1909-1923)**. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, supl.1, jul. 2009,p.205-227.

LECLERC, Gérard. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2004.

LIMA, Nísia Trindade de; HOCHMAN, Gilberto. **Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República**. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. p. 23-40.

LOMBROSO, Cesare; FERREIRO, Guglielmo. **A mulher delinquente**. Curitiba: Clube de Autores, 2017. Tradução de Antônio Fontoura.

MAIO. A Medicina de Nina Rodrigues: Análise de uma trajetória científica. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 11 (2), p. 226-237, abril/jun, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v11n2/v11n2a05.pdf>> Acesso em: 22 fev. 2018.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

MATHIAS, Cátia Maria. **O Pavilhão de Observação como espaço de ensino da psiquiatria no Distrito Federal**: 1921-1945. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 15., 2016, Florianópolis. **Anais**. p. 1 - 16. Disponível em: <https://www.15snhct.sbhc.org.br/resources/anais/12/1473954618_ARQUIVO_Mathias,C.-OPavilhaodeObservacao.pdf>. Acesso em: 14 set. 2018.

MAZZIEIRO, João Batista. **Sexualidade Criminalizada**: Prostituição, Lenocínio e Outros Delitos - São Paulo 1870/1920. Revista Brasileira de História, [s.l.], v. 18, n. 35, p.247-285, 1998.

MORAIS, Fernanda Teles; AMORIM, Wellington Mendonça de. **As contribuições do II Congresso médico latinoamericano para a enfermagem no Brasil**. Escola Anna Nery Revista de Enfermagem, Rio de Janeiro, v. 1, n. 13, p.56-65, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eand/v13n1/v13n1a09.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2018.

MOREIRA, Rosemeri. Corpo e maternalismo nos saberes jurídicos e criminológico. **História e Cultura**, Caxias do Sul, v. 11, n. 21, p.229-244, Jan/Jul, 2012.

MUAKAD, Irene Batista. **A medicina legal**: evolução e sua importância para os operadores do direito. 2013. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/FDir/2013/1o_2013/artigos/artigolrene_13_03.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

NETO, José Tavares. **Apresentação da Gazeta Médica da Bahia**, disponível em <http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia>, acessado em 14/05/2018).

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Fora da higiene não há salvação: a disciplinarização do corpo pelo discurso médico no Brasil Republicano. **Revista de Humanidades**, Caicó, v. 4, n. 7, p.14-29, mar. 2003. Disponível em: <[file:///C:/Users/Michelle/Desktop/161-Texto%20do%20artigo-334-1-10-20100630%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Michelle/Desktop/161-Texto%20do%20artigo-334-1-10-20100630%20(2).pdf)>. Acesso em: 14 jul. 2019.

PEREIRA, Cristiana Schettini. **Lavar, passar e receber visitas**: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, fim do século XIX. Cadernos Pagu, Campinas, v. 2, n. 25, p.25-54, jul, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0104-83332005000200002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 23 jan. 2019.

PORTO, Alfredo. **Pro syphilis**. Brazil Médico, Rio de Janeiro, ano XXII, nº27, p.261-263, jul. 1908.

PORTOCARRERO., V. **Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/p26q6/pdf/portocarrero-9788575413883-06.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2018.

RAGO, Margareth. **Prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da sociedade disciplinar 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary del. **História da mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 578-606.

RIBEIRO, Leonídio. **Afrânio Peixoto**. Rio de Janeiro: Edições Conde, 1950.

RODRIGUES, Marcela Franzen. Raça e criminalidade na obra de Nina Rodrigues: Uma história psicossocial dos estudos raciais no Brasil do final do século XIX. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p.1118-1135, Jul/Dez 2015. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/19431/14107>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

SALES, Fernando. **A Bahia de Afrânio Peixoto**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2001.

SANTOS, Eucléia Gonçalves. **Do sertão para a nação: Trajetória intelectual e escrita literária em Afrânio Peixoto (1897-1930)**. 2017. 361 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

SANTOS, Eucléia Gonçalves Diversas faces de um intelectual: a atuação científica e literária de Afrânio Peixoto nas primeiras décadas do século XX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013, Natal. **Anais...** . Natal: Anpuh, 2013. p. 1 - 10. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371262418_ARQUIVO_asdiversasfacesdeumintelectual.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ Lilia Moritz. Introdução: Marcas do período. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A abertura para o mundo 1889-1930**. Rio de Janeiro: Mapfre, 2012. p. 19-34.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p.71-99, jul/dez, 1995. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

SEIDL, Carlos. **Viagem ao Prata: notas e impressões de um médico brasileiro**. Brazil- Médico, Rio de Janeiro, ano XV, nº 30, p.298-299, ago. 1901.

SEIXAS, André Augusto Anderson; MOTA, André; ZILBREMAN, Monica L.. A origem da Liga Brasileira de Higiene Mental e seu contexto histórico. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 1, n. 31, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rprs/v31n1/v31n1a15.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2018.

SILVA, Alessa Patrícia Dias da. **O imaginário da Lapa: apogeu, decadência e reconstrução**. 2014. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Literatura, Cultura e Contemporaneidade, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/24765/24765.PDF>>. Acesso em: 14 set. 2018.

SILVA, Renata Prudencio da. **As ciências de Afrânio Peixoto: Higiene, Psiquiatria e Medicina Legal (1892-1935)**. 2014. 372 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/17800/2/207.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2017.

SILVA, Helenice Rodrigues . **Fragmentos da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas**. Campinas: Papirus, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 7-48.

SIRINELLI, Jean-François. **Abrir a história: novos olhares sobre o século XX francês**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 231-269.

SIRINELLI, Jean-François. As Elites Culturais. In: SIRINELLI, Jean-François; RIOUX, Jean Pierre (Orgs.). Para uma História Cultural. Tradução Ana Moura. Lisboa: Estampa, 1998.

SOUSA, Ana Carolina de et al. **A presença do tema Eugenia em uma revista de Divulgação Científica no período de 1990 a 2009**. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p.31-53, 2014. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/2485>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. As idéias eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entreguerras. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 6, n. 11, p.1-23, Jan/Jun, 2012. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/1877/1041>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

SOUZA, Ioneide Piffano Brion de. **Carlos Peixoto de Melo Filho**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MELO%20FILHO,%20Carlos%20Peixoto%20de.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

STANCIK, Marco Antonio. **Os jecas do literato e do cientista: movimento eugênico, higienismo e racismo na Primeira República**. Publicatio Uepg, Ponta

Grossa, v. 13, n. 1, p.45-62, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/535>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

STEPAN, Nancy Leys. **Eugenia no Brasil**, 1917-1940. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. História e Saúde collection, pp. 330-391. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/7bzx4/pdf/hochman-9788575413111-11.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2018

STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia**: reça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. Vênus nos braços de mercúrio, bismuto e arsênio: Notas históricas sobre sífilis gestacional antes da penicilina. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, v. 28, p.226-245, abr. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sess/n28/1984-6487-sess-28-226.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

WANDERLEY, Helmara Gicelli Formiga; OLIVEIRA NETO, Pedro Junqueira de. Afrânio Peixoto: uma biografia possível. **Revista Brasileira de Filosofia e História**, Pombal, v. 1, n. 5, p.1-7, 2016. Disponível em: <<http://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RBFH/article/view/4984/4267>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

WIT, Carolina Wanderley van Parys de; BORGES, Viviane Trindade. Prostitutas e criminosas: o discurso acerca da mulheres delinquentes para Cesare Lombroso e Giguilmo Ferrero. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 27., 2016, Florianópolis. **Anais...**. Florianópolis: Udesc, 2016. p. 1 - 2. Disponível em: <https://www.udesc.br/arquivos/udesc/id_cpmenu/6219/51_15034092501539_6219.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2019.